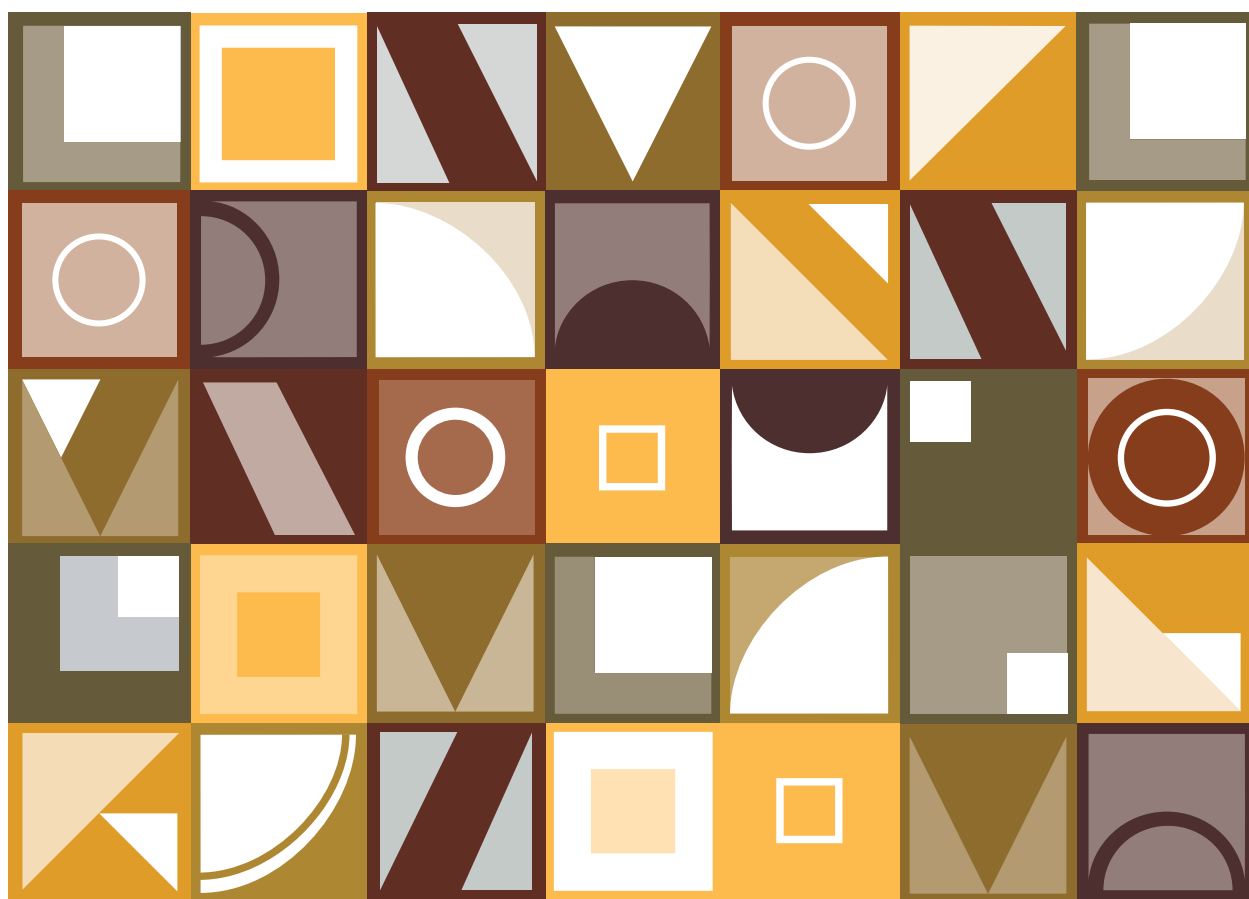


PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

# Instituto das Cidades

Instituto das Cidades  
CAMPUS ZONA LESTE





PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

# Instituto das Cidades

Instituto das Cidades  
CAMPUS ZONA LESTE



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Soraya Smaili  
**Reitora**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Angélica Minhoto  
**Pró-Reitora de Graduação**  
**Coordenadora do Projeto Político-Pedagógico**  
**do Instituto das Cidades**

Prof. Dr. Pedro Fiori Arantes  
**Pró-Reitor Adjunto de Planejamento**  
**Coordenador do Planejamento de Implan-**  
**tação do Campus Zona Leste**

**Comissão Mista do Conselho Universitário**  
**para Implantação do Campus Zona Leste**  
**(Resolução nº 93, de 13 de novembro de**  
**2013)**

**Representantes da Unifesp:**

Soraya Soubhi Smaili, Maria Angélica Pedra Minhoto, Maria Lucia Formigoni, Pedro Arantes, Raquel Aguiar Furuie, Cristina Gabrielloni, Carlos Alberto Bello, Luiz Leduínio de Sales Neto, Elaine Muniz Pires, Ramon Brandão

**Representantes do Movimento pela Universi-**  
**dade Federal na Zona Leste:**

Amauri Lima, Ana Martins, Anderson Migri da Cunha, Antonia Sarah Aziz Rocha, Claudio Cobos, Flariston Francisco da Silva Jorge Macedo, Luis França, Marcio de Almeida, Tião Soares, Valter de Almeida Costa, Waldir A. Augusti

**Projeto Político-Pedagógico aprovado no CONSU**  
**(17/12/2014 - versão 1.0) e no Conselho de Gradu-**  
**ação da Unifesp (23/08/16 - versão 2.0)**

**Site:** [www.unifesp.br/campus/zonaleste](http://www.unifesp.br/campus/zonaleste)

**Coordenação dos Projetos Político**  
**Pedagógicos dos Cursos**  
**(Portaria ProGrad nº5, de 15 de maio de**  
**2015)**

**Coordenação geral:**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Angélica Minhoto (Pró-Reitora de Graduação-Unifesp)

**Coordenação e vice-coordenação do PPPC de**  
**Administração Pública:**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gabriela de Breláz (EPPEN-Unifesp) e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marcia Carvalho de Azevedo (EPPEN-Unifesp)

**Coordenação e vice-coordenação do PPPC de**  
**Arquitetura e Urbanismo:**

Prof. Dr. Pedro Fiori Arantes (EFLCH-Unifesp) e Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Jr. (PUC-Campinas), em cooperação

**Coordenação e vice-coordenação do PPPC de**  
**Engenharia Ambiental e Sanitária:**

Prof. Dr. Zysman Neiman (ICAQF-Unifesp) e Prof. Dr. Cledson Akio Sakurai (IMar-Unifesp)

**Coordenação e vice-coordenação do PPPC de**  
**Engenharia Civil:**

Prof. Dr. Ricardo Moretti (UFABC) e Prof. Dr. Ioshiaki Shimbo (UFSCar), ambos em cooperação

**Coordenação e vice-coordenação do PPPC de**  
**Geografia (Licenciatura e Bacharelado):**

Prof. Dr. Jorge Luiz Barcellos da Silva (EFLCH-Unifesp) e Prof. Dr. Marcos Antonio de Moraes Xavier (ILATIT-Unila), em cooperação

**Colaboração com o PPPC de Engenharia Civil:**

Danilo Malta Ferreira (doutorando na EU-UFSCar)

**Colaboração com o PPPC de Engenharia**  
**Ambiental e Sanitária:**

Jumile dos Santos Moreira (ProPlan-Unifesp)

---

---

**Colaboradores ao longo do processo de elaboração dos Projetos Político Pedagógicos do Instituto das Cidades e seus cinco primeiros cursos**

**1) Primeiro Seminário sobre o Instituto das Cidades, realizado em fevereiro de 2014:**

Ana Martins (Mov. Univ. Federal na Zona Leste)  
Célio Turino (MinC e SMC-Campinas)  
Ermínia Maricato (FAU-USP)  
Fábio L.B. dos Santos (EPPEN-Unifesp)  
Fernando de Melo Franco (SMDU-SP)  
Lucio Gregori (SMT-SP, SVMA-SP, Cetesb)  
Manuel Fernandes de Sousa Neto (FFLCH-USP)  
Maria Adélia de Souza (FFLCH-USP)  
Mauro Zilbovicius (Poli-USP)  
Ricardo Moretti (UFABC)  
Rosana Miranda (FAU-USP)  
Virgínia Junqueira (ISS-Unifesp)  
Zysman Neiman (ICAQF-Unifesp)

**2) Workshops internacionais sobre o Instituto das Cidades, realizados em outubro e novembro de 2014:**

Camilo Boano (DPU-UCL - Grã Bretanha)  
Claudio Ferrari (UNSAM - Argentina)  
David Madden (Cities Programme - LSE - GB)  
Douglas Santos (PUC-SP)  
Gui Bonsiepe (HfG - Ulm - Alemanha)  
Marcos Xavier (Unila)  
Renato Dagnino (Unicamp)  
Ricardo Moretti (UFABC)  
Roberto E. dos Santos (UFMG)  
Ursula Peres (EACH-USP)  
Vincent Michel (Ensa Versailles - França)  
Wilson Ribeiro dos Santos Jr. (PUC-Campinas)

**3) Debates por curso realizados entre agosto e novembro de 2015 e apoio continuado na redação de cada PPC:**

**3.1) Arquitetura e Urbanismo**

Alexandre Delijaicov (FAU-USP e PMSP)  
Ana Maria Goes Monteiro (ABEA e Unicamp)  
Anderson Kazuo Nakano (Pólis e SMDU)

Daniela Fajer (Fenea)  
Evaniza Rodrigues (UMM)  
Guilherme Wisnik (FAU-USP)  
Joan Villà (FAU-Mackenzie)  
João Marcos Lopes (IAU-USP e Usina)  
Maria Amélia D. F. A. Leite (PUC-Campinas)  
Natacha Rena (UFMG)  
Reginaldo Ronconi (FAU-USP)  
Taís Reis (Fenea)

**3.2) Geografia**

Angela Katuta (UFPR-Litoral)  
Carlos de Almeida Toledo (FFLCH-USP)  
Diamantino Alves Pereira (EACH-USP)  
Douglas Santos (UFGD)  
Elvio Rodrigues Martins (FFLCH-USP)  
Fábio Bitioli Contel (FFLCH-USP)  
Marcos Bernardino de Carvalho (EACH-USP)  
Maria Mónica Arroyo (FFLCH-USP)  
Ricardo Mendes Antas Jr. (FFLCH-USP)

**3.3) Engenharia Civil**

Akemi Ino (IAU-USP)  
Bernardo do Nascimento Teixeira (UFSCar)  
Celso Santos Carvalho (MPOG e SPU)  
Francisco Assis Comarú (UFABC)  
Luiz Bandeira de Mello Laterza (Aqueduto)  
Marcos Tamai (SAAE-Gru e Semasa)  
Maria Lúcia D'Alessandro (SML-SP e FMU)  
Mauro Zilbovicius (Poli-USP)  
Tarcísio de Paula Pinto (I&T)  
Wilson Luis Italiano (Cohab-RP e Filocalia)  
Yopanan Conrado Rebello (Ycon e Escola da Cidade)

**3.4) Administração Pública**

Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho (Escola Paulista da Magistratura)  
Anny Karine de Medeiros (SMPG-Osasco)  
Daniel Vazquez (EFLCH-Unifesp)  
Douglas Mendosa (EPPEN-Unifesp)  
Gustavo Andrey Fernandes (EAESP-FGV)  
José Carlos Vaz (EACH-USP)  
Laila Bellix (Prolam-USP)  
Lucio Bittencourt (UFABC)  
Luis Paulo Bresciani (USCS e Cons. Grande ABC)  
Mario Aquino Alves (Eaesp-FGV)  
Marta Ferreira Santos Farah (Eaesp-FGV)  
Osmany Porto (PUC-SP)

---

Peter Kevin Spink (Easp - FGV-SP)  
Tania Mara Francisco (Etage - Unifesp)  
Tião Soares (PUC-SP e Movimento pela Universidade Federal na Zona Leste)

### **3.5) Engenharia Ambiental e Sanitária**

Jumile dos Santos Moreira (ProPlan-Unifesp)  
Márcia Freire dos Reis Gorny (Senac)  
Maria Fernanda Mattos Pereira (DGA - Diadema - Unifesp)  
Ronaldo Torres (IMar - Unifesp)  
Vanessa Honda Ogihara Silva (DGA - Diadema - Unifesp)

## **4) Equipes técnicas de apoio da Unifesp:**

### **4.1) ProGrad**

Cristiane Regina da Silva  
Isabel Melero Bello

### **4.2) ProPlan**

Alisson Rigitano  
Heloisa Molgara  
Rodrigo Turini  
Wagner Pinheiro  
Equipe de desenvolvimento dos projetos arquitetônicos do Campus Zona Leste

### **4.3) ProAdm**

Jairo Pinheiro  
Jaqueline Souza

### **4.4) ProEC**

Manoel Medeiros  
Simone Nacaguma

### **4.5) Departamento de Comunicação Institucional - Unifesp**

Ana Carolina Fagundes  
Ângela Cardoso Braga  
Celina Maria Brunieri  
Felipe Costa

## **5) Agradecimentos especiais:**

Ao Prof. Dr. Esper Abraão Cavalheiro, pelo apoio ao projeto e pela defesa da convergência de conhecimento em temas relevantes para o país e o mundo.

Ao Padre Ticão (Antonio Marchiori), por sua cotidiana luta pela educação, pela transformação da Zona Leste e por uma sociedade mais justa e solidária.

## Sumário

<b>1. APRESENTAÇÃO DO INSTITUTO DAS CIDADES .....</b>	<b>1</b>
<b>2. HISTÓRICO .....</b>	<b>2</b>
a. Da Unifesp .....	2
b. Do Instituto das Cidades e do Campus Zona Leste .....	3
<b>3. OBJETIVOS E PRINCÍPIOS.....</b>	<b>5</b>
<b>4. FUNDAMENTOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS E LINHAS INTERDISCIPLINARES.....</b>	<b>8</b>
<b>5. PERFIL DO EGRESSO .....</b>	<b>12</b>
<b>6. PERFIL DO DOCENTE .....</b>	<b>13</b>
<b>7. PRÁTICAS CONVERGENTES.....</b>	<b>15</b>
a. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão .....	15
a.1. Ensino de Graduação .....	15
a.2. Ensino de pós-graduação .....	19
a.3. Pesquisa em Cidades .....	19
a.4. Extensão .....	20
b. Espaços pedagógicos integrados de ensino (ELO) .....	23
c. Eletivas e certificações de competências .....	28
d. Optativas de fundamentos da educação básica .....	28
e. Exposições e Fóruns anuais.....	29
f. Memorial e trabalho de conclusão de curso .....	30
g. Atividades Complementares .....	31
h. Programa de intercâmbio e mobilidade estudantil.....	32
i. Programa de Residência em Cidades.....	33
j. Síntese das práticas convergentes .....	34
<b>8. RELAÇÃO UNIVERSIDADE-SOCIEDADE E SEUS CONSELHOS .....</b>	<b>37</b>
a. Conselho Estratégico de diálogo Universidade-Sociedade-Sector Público ..	37
b. Conselho de Rede de Escolas em cooperação com o Campus Zona Leste ..	37
c. Conselho de Atividades Culturais e de Memória do Campus Zona Leste ..	37
d. Conselho de Atividades Esportivas e de Lazer do Campus Zona Leste .....	38
e. Conselho de Atividades Econômicas e Desenvolvimento urbano e regional .....	38
<b>9. COOPERAÇÃO ACADÊMICA NACIONAL E INTERNACIONAL .....</b>	<b>39</b>
<b>10. AUTONOMIA ESTUDANTIL, REPRESENTAÇÃO E PROTAGONISMO .....</b>	<b>41</b>

---

a. Práticas emancipatórias de conhecimento .....	41
b. Representação estudantil .....	43
c. Autonomia e protagonismo .....	43
<b>11. APOIO AO DISCENTE .....</b>	<b>45</b>
a. Programas e Ações da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis .....	45
b. Programas e Ações da Pró-Reitoria de Graduação .....	47
<b>12. GESTÃO ACADÊMICA .....</b>	<b>49</b>
a. Gestão Acadêmica do Instituto das Cidades .....	49
b. Coordenadoria de Gestão de Espaços Pedagógicos .....	53
<b>13. ADMINISTRAÇÃO-ESCOLA E PERFIL DOS TAEs .....</b>	<b>54</b>
a. A administração-escola do campus e seu programa de estágio .....	54
b. Perfil dos Técnicos Administrativos em Educação – TAEs .....	55
<b>14. QUADRO DE SERVIDORES .....</b>	<b>57</b>
a. Docentes do Instituto das Cidades .....	57
b. Técnico Administrativo em Educação -TAEs do Campus Zona Leste .....	57
<b>15. INFRAESTRUTURA PLANEJADA DO INSTITUTO DAS CIDADES ...</b>	<b>58</b>
a. Campus como minicidade-escola .....	58
b. Plano Diretor e Fases de Implantação do Campus .....	58
c. Turnos e Horários de Funcionamento .....	61
<b>16. SISTEMA DE INGRESSO E POLÍTICA DE COTAS .....</b>	<b>62</b>
<b>17. ANEXOS .....</b>	<b>63</b>
Documentos Autorizativos do MEC e Unifesp para abertura do Instituto das Cidades .....	63

---

## 1. APRESENTAÇÃO DO INSTITUTO DAS CIDADES

*Esta é a segunda versão do Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades (IC) do Campus Zona Leste da Unifesp, atualizada em junho de 2016 e aprovada no Conselho de Graduação em 23 de agosto de 2016. A primeira versão foi elaborada ao longo de 2014 e aprovada pelo Conselho Universitário e pelo Conselho de Graduação naquele ano. Ao longo de 2015 e no primeiro semestre de 2016, o PPP do IC foi revisto por uma comissão interdisciplinar de onze professores, instalada pela ProGrad, e avaliado em workshops com quase uma centena de colaboradores, em articulação com a elaboração dos Projetos Pedagógicos de cada um dos seus primeiros cursos. Por isso, esse Projeto Político Pedagógico deve ser lido agora de forma integrada com os Projetos dos Cursos, que lhe dão concretude ao definir cada percurso formativo, matriz curricular, ementário, objetivos e princípios específicos, além de incluir o detalhamento das iniciativas comuns sob a perspectiva de cada formação.*

A Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), comprometida com a expansão do ensino superior público no Estado com menor porcentagem de vagas públicas por habitante, recebeu a incumbência da Presidente da República, em agosto de 2011 (quando foram anunciados 47 novos campi federais no Brasil), de implantar três novos campi. Destes, o Campus Osasco já se encontra em pleno funcionamento e, em 2014, foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Universitário (Consu) a implantação do Campus Zona Leste, em terreno desapropriado pela Prefeitura de São Paulo, em 2013.

Ao longo de 2013 e 2014, com a participação de especialistas do Brasil e do exterior, de movimentos sociais e profissionais de áreas afins, por meio de audiências públicas, seminários e *workshops*, formulamos a proposta de um instituto cujo tema estratégico e aglutinador fossem as cidades e assentamentos humanos, em sua diversidade de contextos, escalas e situações, em vista dos problemas históricos que se perpetuam e se agravam (mobilidade, água e saneamento, moradia, meio ambiente, desafios da gestão integrada de metrópoles, violência, degradação dos

espaços públicos, aumento das áreas de risco, desequilíbrios intraurbanos e regionais e imensas desigualdades sócioespaciais, entre outras) e da necessária pesquisa de soluções, os quais são hoje questões decisivas para o futuro das sociedades. Tal proposta compreende que a pesquisa e a análise crítica são fundamentais para a formação de profissionais engajados na formulação de novas políticas públicas, no Brasil e no mundo. Pretende, igualmente, tornar-se importante referência regional em redes internacionais de pesquisa em cidades, que têm crescido enormemente, com novos centros não apenas na Europa e Estados Unidos, mas também na Índia, China, África e América Latina.

A missão do **Instituto das Cidades** é favorecer contextos e práticas de ensino e aprendizagem, além da pesquisa e extensão, baseados em conhecimento convergente no tema, para enfrentar situações desafiadoras e resolver problemas complexos e multidimensionais, de modo a conceber, transformar, preservar e construir cidades melhores, mais justas e sustentáveis, em que novos modelos de desenvolvimento, modos de vida, bem-estar coletivo e uma ecologia integral sejam colocados em questão.

O Instituto das Cidades será formado pelos seguintes  **cursos de graduação**:

1. Administração Pública (bacharelado)
2. Arquitetura e Urbanismo (bacharelado)
3. Engenharia Ambiental e Sanitária (bacharelado)
4. Engenharia Civil (bacharelado)
5. Geografia (bacharelado)
6. Geografia (licenciatura)
7. Design (bacharelado)
8. Engenharia de Mobilidade e Transportes (bacharelado)
9. Turismo (bacharelado)

Os seis primeiros cursos (1 a 6) estão autorizados pelo Conselho Universitário da Unifesp e pactuados com o MEC para sua implantação. Os três últimos cursos (7 a 9) fazem parte do Projeto Político Pedagógico do Instituto, aprovado pelo Conselho Universitário (Consu) para implantação futura.



## 2. HISTÓRICO

### a. Da Unifesp

A Unifesp iniciou as suas atividades com a criação da Escola Paulista de Medicina (1933), a inauguração do Hospital São Paulo (entre 1936 e 1940) e a criação da Escola Paulista de Enfermagem (1939).

Com a federalização da Escola Paulista de Medicina (1956), a Instituição tornou-se pública e gratuita, transformando-se em um estabelecimento de ensino superior, de natureza autárquica, vinculado ao Ministério da Educação. A residência médica foi iniciada em 1957.

Na década de 1960, o reconhecimento conjunto do ensino, pesquisa e extensão, levou a Instituição à criação de mais três cursos de graduação, voltados para pesquisa e tecnologia em saúde. Nessa mesma década, o impacto da produção científica e a potencialidade da titulação do corpo docente possibilitaram a Instituição criar os primeiros programas de Pós-Graduação no Brasil.

Em 1994 a Escola Paulista de Medicina adquiriu novos contornos e transformou-se na Universidade Federal de São Paulo, inicialmente como universidade temática na área de saúde. Além dos cursos de Medicina (integral) e Enfermagem (integral), funcionam hoje no Campus São Paulo os bacharelados em Ciências Biológicas – modalidade médica (integral) e Fonoaudiologia (integral). No turno matutino, ministram-se os cursos superiores de Tecnologia Oftálmica, Radiologia e em Informática em Saúde. Em 2004, a Unifesp iniciou seu processo recente de expansão, fortalecido a partir de 2007, com o programa REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais).

O Campus Baixada Santista foi o primeiro a ser instalado no processo de expansão das Universidades Federais em todo o país. Foi fundado em 2004, quando se firmou um convênio entre a Unifesp e a Prefeitura de Santos. Atualmente o Instituto Saúde e Sociedade (ISS) oferece os seguintes cursos de bacharelado: Educação Física (integral), Engenharia Ambiental (noturno), Engenharia de Petróleo (integral), Fisioterapia (inte-

gral), Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia do Mar (vespertino e noturno), Nutrição (integral), Psicologia (integral), Serviço Social (vespertino e noturno) e Terapia Ocupacional (integral).

Ainda nesse processo de expansão, no final do ano de 2005, por iniciativa conjunta da Prefeitura de Diadema e da Reitoria da Unifesp, foi aprovada a criação o Campus Diadema. A partir de janeiro de 2006 foi designada uma Comissão, encarregada dos trabalhos iniciais de implantação do Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêuticas (ICAQF) que ministraria os cursos de bacharelado em Ciências Biológicas, Engenharia Química, Farmácia e Química, todos em período integral. Em um segundo momento, houve nova expansão da Graduação, com a inclusão do bacharelado em Ciências Ambientais (integral) e dos cursos noturnos em Engenharia Química, Química Industrial, além da licenciatura em Ciências (vespertino e noturno).

Em 2007, ainda dentro de seu projeto de expansão, a Unifesp inaugurou a Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH), no Campus Guarulhos, com os cursos de: Filosofia, Ciências Sociais e História e Pedagogia, nos turnos vespertino e noturno. Em 2009, foram acrescentadas à estrutura de graduação as áreas de Letras (em ambos os turnos) e de História da Arte (noturno). Com exceção de Pedagogia (licenciatura) e História da Arte (bacharelado), os demais cursos são oferecidos nas modalidades de licenciatura e bacharelado.

As atividades de ensino do Campus São José dos Campos iniciaram-se em 2007, com o bacharelado em Ciência da Computação, ampliando-se em 2009 com a instalação do bacharelado em Matemática Computacional. Em 2010, a unidade passou a ser denominada Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT) da Unifesp. Nesse mesmo ano, foi introduzido o bacharelado em Ciência e Tecnologia (BCT), ministrado em tempo integral e, a partir de 2013, também no período noturno. Em 2011 foram implantados os cursos de formação específica pós-BCT em Engenharia de Materiais (integral) e Engenharia Biomédica (integral). Em 2013, novos

cursos foram acrescentados: Engenharia da Computação e Bacharelado em Biotecnologia (ambos em período integral).

Como parte desse processo de expansão, em 2010 ocorreu a mudança das estruturas acadêmica e administrativa do nível central da universidade para instalações próprias. Assim, o Campus São Paulo – Vila Clementino, estabeleceu-se como tal, de forma independente da Reitoria (transferida para novo edifício), com suas duas Unidades Universitárias – Escola Paulista de Medicina e Escola Paulista de Enfermagem. As Unidades de Extensão Universitária de Santo Amaro e de Embu das Artes ficaram vinculadas respectivamente ao Campus São Paulo e à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

Em 2011, foram iniciadas as atividades da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN), no Campus Osasco, responsável pelos cursos de Graduação nas áreas de Administração, Ciências Atuariais, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Relações Internacionais, todos oferecidos em turno integral e noturno. Em 2015, foi aprovada pelo Consu a instalação do curso de Direito neste campus.

No período de 2014 a 2016, foram elaborados o Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades e dos seus cursos, no Campus Zona Leste, sendo autorizada sua abertura pelo Conselho de Graduação (CG) e Conselho Universitário (Consu).

## **b. Do Instituto das Cidades e do Campus Zona Leste**

O Campus Zona Leste é resultado não apenas da ação do governo federal e da Unifesp, mas sobretudo da mobilização de movimentos sociais da região para a instalação de universidades públicas que atendessem a uma população que hoje supera 4 milhões de pessoas. Na década de 1980, com a redemocratização e a ação de base de diversos movimentos, a zona leste tornou-se um campo importante de mobilização popular pela democratização. Além das ações em favor da ampliação do acesso à escola básica, da abertura das escolas no período noturno e da democratização da escola (participação de estudantes

e comunidades na gestão), os movimentos defendiam a criação de uma Universidade do Trabalhador, inspirada na pedagogia libertadora de Paulo Freire.

Na década de 1990, representantes desses movimentos visitaram as universidades públicas do Estado de São Paulo, inclusive a Unifesp que, cujo reitor à época, via a necessidade de expandir a instituição com a criação de um campus universitário na zona leste. Em 1996, o reitor Prof. Dr. Hélio Egydio Nogueira (1995-2003) nomeou uma comissão de estudos para efetivar a implantação da Unifesp naquela região, com a oferta de cursos na área de Ciências Ambientais. A localização prevista para o campus da Unifesp era a mesma onde hoje está situada a USP Leste – EACH. Essa comissão, formada por representantes da zona leste e da universidade, não teve prosseguimento.

Em 2005, foi inaugurado o Campus Leste da USP, com nove cursos de graduação. Em 2008, o movimento entregou ao então Ministro da Educação o documento de reivindicação para a implantação de uma universidade federal na região, indicando o terreno da antiga fábrica Gazarra, uma metalúrgica que falira, situada na Avenida Jacu-Pêssego, em Itaquera, nas proximidades da APA do Carmo. Em 2011, a Unifesp iniciou as negociações para a instalação do campus, tendo participado da escolha do terreno da Gazarra, em conjunto com o movimento pela implantação da universidade, Prefeitura e MEC. O terreno, de 173 mil m<sup>2</sup>, leiloado após a falência da fábrica, foi declarado de interesse público para fins de sua desapropriação, que se consumou em janeiro de 2013.

Em março desse ano, a Câmara Municipal aprovou lei autorizativa de cessão do terreno por 90 anos para a implantação do Campus Zona Leste, como parte do programa do MEC que previa a criação de 47 novos campi.

Após a realização de três audiências públicas na Câmara Municipal, na Assembleia Legislativa e na Zona Leste, em agosto de 2014 o Conselho Universitário nomeou uma Comissão Mista, com 12 membros indicados pela universidade e outros 12 pela sociedade civil. A Comissão analisou e debateu os cursos de graduação a serem implantados, as atividades de extensão universitária (já em andamento), os projetos de edificações e o

cronograma de implantação do campus, para que pudessem ser definidos e aprovados nos conselhos centrais da Unifesp.

O Projeto Político Pedagógico do Campus Zona Leste foi formulado em diálogo com os movimentos sociais da região e influenciado pelas jornadas de junho de 2013, que colocaram em evidência os problemas urbanos e o direito a serviços públicos mais eficientes e a cidades mais justas e democráticas. A partir das audiências e debates realizados, a comissão indicada pelo Consu elegeu o tema Cidades como pertinente, oportuno e relevante para articular os cursos do futuro campus - os quais não eram oferecidos pela instituição nos outros campi em funcionamento. Assim, ao final de 2013, a comissão definiu por consenso que o Campus Zona Leste deveria abrigar o futuro Instituto das Cidades da Unifesp.

Em 2014, o Projeto do Instituto das Cidades foi apresentado e debatido em Seminário nos dias 13 e 14 de fevereiro, com especialistas e representantes de movimentos sociais, que confirmaram sua importância e caráter inovador. A criação do Instituto foi a seguir aprovada por unanimidade na reunião ordinária do Conselho de Graduação, em 19 de fevereiro daquele ano. Em abril, o Ministério da Educação manifestou-se favoravelmente ao projeto político-pedagógico dessa unidade universitária, ratificando a pertinência do tema e do modelo de ensino interdisciplinar proposto. Durante os meses de outubro e novembro de 2014, foi realizado um novo seminário para aprofundamento desse projeto, em duas rodadas, totalizando quatro

dias de discussão, com 12 colaboradores, sendo cinco internacionais. No início de dezembro, após algumas rodadas de negociação com a Reitoria e o Ministério da Educação, foram definidos os termos de pactuação do campus (número de cursos, estudantes, professores e técnicos, recursos de custeio, capital e assistência estudantil).

Em sessão histórica do dia 17 de dezembro de 2014, com presença de representantes do Movimento da Zona Leste, o Conselho Universitário aprovou por unanimidade o novo campus, com diversas manifestações de apoio ao projeto inovador e estratégico do Instituto das Cidades e ao planejamento em elaboração. A seguir a Reitora Prof. Dr<sup>a</sup>. Soraya Smaili foi a Brasília e assinou a pactuação aprovada pelo Conselho, dando oficialmente início à implantação do Campus Zona Leste.

Em 2015, foram desenvolvidos os projetos político pedagógicos de cada um dos seis primeiros cursos, com o apoio de comissão formada por dez professores e coordenada pela ProGrad e a realização de debates públicos temáticos, com mais de cinquenta colaboradores convidados.

O planejamento de implantação avançou com a contratação dos Projetos Executivos dos primeiros edifícios e a reforma do edifício de extensão, o primeiro a funcionar no campus. O repasse de vagas de técnicos e professores, contudo, não cumpriu o cronograma pactuado em 2014.



Vista aérea do terreno do campus, com 173 mil m<sup>2</sup>, em Itaquera, defronte à av. Jacu Pêssego.

### 3. OBJETIVOS E PRINCÍPIOS

#### Objetivos:

- **Oferecer novos cursos de graduação necessários à consolidação de uma instituição superior plena, que fomentem o desenvolvimento de estudos e pesquisas em uma área de conhecimento estratégica para a Unifesp e para o Brasil**, propiciando a participação da universidade no debate global sobre cidades (das megalópoles às pequenas cidades) e assentamentos humanos (vilas rurais, aldeias indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas etc.), seus problemas e soluções;
- **Viabilizar as condições acadêmicas, espaciais, temporais e de infraestrutura física e recursos humanos** para que os cursos de graduação, pós-graduação e as atividades de extensão relacionadas ao urbano e assentamentos humanos agreguem e desenvolvam saberes e práticas comuns ao seu objeto;
- **Tornar-se polo de formação em políticas e tecnologias urbanas**, com reconhecimento nacional e internacional, participando de redes internacionais de pesquisa e colaboração na área;
- Ampliar a oferta de cursos de graduação, especialização, pós-graduação e extensão universitária, colaborando para **minimizar o desequilíbrio entre oferta privada e pública de ensino superior na zona leste**, considerando inclusive a baixa oferta de cursos voltados a essa área na região;
- **Promover a formação teórica, prática e convergente de profissionais e pesquisadores para refletir, produzir novos conhecimentos e tecnologias, planejar, construir e melhorar as cidades, atuando criticamente em situações complexas**, tais como:
  - A precariedade e a desigual distribuição das infraestruturas e serviços urbanos, com impactos socioambientais pouco avaliados, mitigados ou revertidos;
  - A má qualidade dos espaços públicos e equipamentos que abrigam serviços públicos, bem como sua precária conservação, dificuldades de acesso e desigual distribuição no território;
  - A segregação socioespacial entre bairros e classes sociais, com modalidades físicas e simbólicas de exclusão e violência;
  - A dificuldade de acesso à terra urbanizada e legal pela maior parte da população e a má qualidade da maioria dos espaços de moradia, sejam eles autoconstruídos ou produzidos em políticas públicas;
  - Os altos custos sociais, ambientais e econômicos do travamento da mobilidade urbana subordinada à indústria automobilística;
  - A falta crônica de saneamento básico e água potável em determinadas regiões, bem como sua transformação em mercadoria, com os problemas de saúde pública decorrentes;
  - A ocupação irregular de áreas ambientalmente frágeis e a recorrência de catástrofes ambientais que atingem sobretudo os mais pobres;
  - Problemas de poluição do ar, aquecimento do clima urbano, deterioração de rios e nascentes, redução da biodiversidade e das áreas verdes nas cidades, transformando-as em desertos urbanizados;
  - Etc.
- **Promover, no âmbito local, a interação entre Humanidades, Ciências Exatas, Ciências da Natureza, Arte e Tecnologia, por meio de práticas de conhecimento convergente baseadas em temas comuns** e da contextualização prevista nas matrizes curriculares dos cursos e ampliar a possibilidade de interação por meio de atividades acadêmicas intercâmpis;

- **Mobilizar métodos de ensino atualizados e inovadores, que estimulem simultaneamente o conhecimento teórico, empírico e experimental**, combinando o uso de tecnologias digitais, escritórios pedagógicos de projeto e políticas públicas, canteiros de obras experimentais, laboratórios de ciências aplicadas e oficinas de materiais, ofícios e modelos;
- **Colaborar com as instituições públicas formuladoras e gestoras de políticas urbanas** e territoriais, fóruns de prefeitos e redes de movimentos populares e organizações não governamentais – por meio da pesquisa, extensão, estágio e residência multiprofissional em Cidades;
- **Estabelecer relações com o entorno e sua população por meio da pesquisa, da reflexão e da ação, articulando a investigação acadêmica com políticas públicas diversas, tendo em vista o desenvolvimento da região.** A futura localização do Instituto é propícia: em seu entorno estão combinadas moradias (grandes conjuntos habitacionais, autoconstrução, mutirões autogeridos e produção de mercado), indústrias, eixos de transportes, equipamentos comerciais e de lazer/cultura, chácaras remanescentes e áreas de preservação ambiental, síntese complexa de situações recorrentes nas grandes metrópoles brasileiras e do mundo, o que permite ações e investimentos locais com caráter de exemplaridade.
- A **defesa da relevância e atualidade** na escolha de temas de ensino, extensão e pesquisa com a definição de problemas que afetam o cotidiano dos trabalhadores, em seus bairros e condições de vida nas cidades, a partir de uma realidade social, espacial e historicamente determinada, local e globalmente, como dado que precede e orienta a intenção e o método de pesquisar e ensinar;
- A **compreensão de que os temas, problemas e soluções sociais devem ser pensados considerando a dimensão territorial** pois resultam das relações físicas e sociais, de poder, classe, econômicas, étnicas e culturais que constituem o meio construído, enfatizando no ensino, pesquisa e extensão a condição fundamentalmente territorial da vida cotidiana, dos sistemas ambientais às políticas sociais e de desenvolvimento;
- A **defesa da cooperação, inventividade e prazer na relação com o conhecimento**, criando contextos de ensino e aprendizagem que sejam criativos, estimulantes, participativos, colaborativos – em que professor e estudantes construam situações de diálogos motivadoras no encontro com o saber, evitando as práticas e atitudes de opressão, humilhação, repetição, sofrimento e competição que muitas vezes caracterizam as formas convencionais de ensino-aprendizagem.

## Princípios:

- A **vocação pública**, coerente com os objetivos de uma Universidade Pública orientada pelas demandas sociais e novos modelos de desenvolvimento, deverá guiar o ensino, a pesquisa e a extensão no Instituto das Cidades, dirigidos às políticas e projetos que fomentem o interesse público, o bem comum, a equidade, a sustentabilidade, a ética, a criatividade e inovação, a economia solidária, em defesa do direito a cidades melhores, mais justas, inclusivas e saudáveis;
- O ensino, pesquisa e extensão em **interlocução com a sociedade civil e suas organizações**, com aqueles para os quais a cidade é meio de vida e valor de uso, mantendo uma visão atenta e crítica em relação ao Estado e ao Mercado, a defesa da democracia plena, caracterizando casos, problemas e pesquisando soluções de forma dialógica e cooperativa, ouvindo as demandas, ideias e posições da população e aprendendo igualmente com seu saber e sua inteligência resolutiva em relação às carências cotidianas, modos de vida e bem-estar coletivo;
- A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e sua **interlocução com os demais**

**produtores da cidade**, entendendo o profissional formado no Instituto das Cidades como um dos agentes de uma cadeia mais ampla na construção do ambiente urbano, tendo consciência profissional e ética das consequências econômicas, políticas, sociais e ambientais de seus atos, prescrições e projetos para os demais produtores, em suas condições de trabalho, saúde e segurança, dando-lhe visibilidade, voz e atuando em cooperação, em especial com aqueles que estão nas situações mais vulneráveis – na extração de matérias-primas, na fabricação de materiais de construção e nos canteiros de obra, por exemplo;

- A **atuação interdisciplinar e coletiva** na compreensão e resolução de problemas complexos, como os da urbanização, orientará contextos de ensino-aprendizagem com grupos de estudantes de múltiplas formações (internas ao IC, mas também com as outras unidades e áreas de conhecimento da Unifesp), que deverão levar para sua vida profissional o princípio de atuação cooperativa multidisciplinar na avaliação e enfrentamento dos grandes problemas urbanos;
- A **indissociabilidade entre teoria e prática**, como princípio formador e integrador das atividades de ensino-aprendizagem, evitando a fragmentação do currículo em momentos estanques, com permanente problematização e pesquisa de soluções no sentido de um profissional capaz de agir de forma reflexiva e propositiva, simultaneamente;
- A **indissociabilidade entre meios e fins**, como meio de evitar a autonomização das soluções em relação aos contextos e problemas reais, a emergência de uma razão técnica e instrumental dissociada das questões substantivas, de modo a sempre emitir juízos de valor, éticos e profissionais sobre as decisões que estão sendo tomadas na execução de projetos e políticas para as cidades.
- A proposição de **políticas e tecnologias sociais e sustentáveis**, em oposição às tecnologias que degradam, exploram e subordinam os trabalhadores e os recursos naturais e impõem situações de insalubridade e sofrimento à totalidade da população – estimulando o ensino, pesquisa e extensão para propor novas e resgatar antigas formas de produção da cidade, desenvolvidas e controladas pelo conjunto dos trabalhadores, sustentáveis social e ambientalmente;
- A **defesa da memória dos lugares e da qualidade do ambiente construído** é princípio indissociável na transformação progressista das cidades em espaços de solidariedade, harmonia, felicidade e bem viver para todos os cidadãos, procurando soluções políticas e técnicas que favoreçam cidades que atendam de forma inteligente e criativa as necessidades de suas populações, que preservem de forma viva e integrada sua história, sua cultura e seu patrimônio material, imaterial e natural, que reforcem o sentido do seu lugar no mundo, que sejam a expressão de cidades e territórios que valorizem a diversidade de seus habitantes e seus contextos socioculturais e ambientais;
- O caráter extensionista do Instituto das Cidades, em diálogo com órgãos e serviços públicos, com escolas da rede pública de educação básica, com organizações de trabalhadores e movimentos sociais, cooperativas populares, observatórios e centros de pesquisa e de memória, procurando promover colaborativamente o avanço nas políticas públicas e tecnologias sociais que envolvam a prática dos cursos do IC, incentivando a cidadania e o poder dos cidadãos na transformação das nossas cidades e suas condições de vida.

## 4. FUNDAMENTOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS E LINHAS INTERDISCIPLINARES

Os oito cursos previstos para o Instituto das Cidades são baseados em Fundamentos Políticos Pedagógicos e Linhas Interdisciplinares que fomentam diálogos temáticos.

### Fundamentos político-pedagógicos

Para tratar de temas que podem orientar a educação integral dos profissionais formados pelo Instituto das Cidades, optou-se por priorizar aqueles que apresentam, na atualidade, maior urgência social e que podem favorecer a compreensão da realidade e a participação cidadã. Tratam-se, portanto, de abordagens que permitam aos alunos desenvolver a capacidade de posicionar-se diante das questões que interferem na vida coletiva, superar a passividade para intervir na transformação social de forma responsável. Sua complexidade faz com que nenhuma das unidades curriculares da matriz pedagógica, isoladamente, seja suficiente para abordá-los.

Ao invés de fragmentar ou compartimentar o ensino e a aprendizagem, os fundamentos político-pedagógicos orientam o trabalho nas unidades curriculares de modo sistemático e contínuo, no decorrer de toda a formação do profissional, possibilitando um tratamento cada vez mais aprofundado das questões eleitas.

Os fundamentos político-pedagógicos resumem valores e dimensões a serem almejadas em todas as atividades de ensino-pesquisa-extensão. São eles:

- **ÉTICA, EQUIDADE E JUSTIÇA SOCIAL**
- **DIVERSIDADE E PLURALIDADE SOCIO-CULTURAL**
- **TRABALHO COLETIVO E COLABORATIVO**
- **ESPÍRITO CRÍTICO E INVESTIGATIVO**
- **CONTEXTUALIZAÇÃO DE TEMAS E SUAS CONJUNTURAS**
- **INVENTIVIDADE E PRAZER PELO CONHECIMENTO**
- **SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

### Linhas interdisciplinares

O objetivo das Linhas Interdisciplinares é estimular a convergência em temas de ensino, pesquisa e extensão, metodologias, processos de ensino-aprendizagem na graduação e pós-graduação. Todos os cursos terão representantes em todas as linhas temáticas e vice-versa, de modo a garantir a integração e o diálogo interdisciplinar. Todos os docentes farão parte de um colegiado de curso e de um colegiado temático da linha. Todas as Unidades Curriculares devem estar associadas a uma linha e a um ou mais cursos.

Cada Linha Interdisciplinar contará com um coordenador e um vice-coordenador, responsáveis por promover a implantação da proposta do Instituto das Cidades (IC), em conjunto com os coordenadores e vice-coordenadores dos demais cursos e linhas do IC. O coordenador da Linha será membro da Câmara Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão e deverá encaminhar as demandas da sua linha àquela instância de deliberação. As sete Linhas Interdisciplinares são:

**1. Estado e Políticas Públicas.** Exemplos de temas: Teorias e Organização do Estado; Geografia Política; Estado, Poder e Sociedade na América Latina; Democracia, participação e controle social; Políticas Públicas e sua dimensão territorial; Orçamento e Finanças; Direito constitucional, administrativo e legislação; Poder Republicano, ordenamento jurídico e burocracia; Teorias e ferramentas do Planejamento e da Administração; Compras públicas e Licitações; Convênios, Contratos, Concessões e Parcerias público-privadas; Gestão com Pessoas; Metodologias e indicadores de Avaliação em políticas públicas; Avaliação de Risco em políticas públicas; Pesquisa de opinião pública; Órgãos Controladores e Auditorias; Governança; Ética; Dinâmicas político-eleitorais nas cidades.

**2. Sociedade Civil e Direito à Cidade.** Exemplos de temas: Teoria e história da urbanização; Cidade

e o urbano na contemporaneidade; Os dinamismos e desigualdades das cidades e metrópoles latino-americanas; Classes sociais, acesso à terra e segregação socioespacial; Distribuição social da riqueza urbana; Movimentos sociais, reforma urbana, reforma agrária e conflitos territoriais; Dinâmicas populacionais, migrações e êxodos; Direito constitucional; Direito urbanístico, ambiental e ordenamento jurídico-territorial; Patrimonialismo e aplicação seletiva da lei; Os discursos e as políticas da cidade (planos estratégicos, cidade parque, cidade competitiva, cidade global etc.); Estratégias e táticas não hegemônicas de produção, uso e apropriação da cidade; Tecnopolíticas e novo ativismo urbano; Mídia, opinião pública e representações ideológicas da cidade; Cidades inclusivas; Questões de gênero, relações Étnico Raciais e Poderes; Violência urbana e repressão.

### **3. Território, Trabalho e Desenvolvimento.**

Exemplos de temas: Economia política da urbanização; As relações entre Estado, Mercado e Sociedade no Planejamento urbano, metropolitano e regional; Mercado de trabalho nas cidades; Mercado Financeiro, Mercado Imobiliário e o circuito de valorização de capital no espaço urbano; Estudos metropolitanos e metropolização; Estratégias territoriais das empresas; Divisão do trabalho, especializações produtivas e dinâmica regional; Políticas de implantação e modernização de grandes infraestruturas e suas formas de planejamento, gestão e regulação; O setor da construção, capitais e trabalhadores; Operários da construção e suas representações de classe; Desenvolvimento local e regional; Geografia econômica; Economia solidária, economia popular, trabalho, renda e território; Modalidades e formas de propriedade do solo; Dinâmicas contemporâneas do espaço rural.

**4. Gestão Ambiental e de Riscos.** Exemplos de temas: As interfaces entre a cidade e os recursos naturais: sistema de drenagem e recursos hídricos, os solos e a geotécnica, micro e meso climas; Direito ambiental; Tecnologias e infraestruturas de baixo impacto socioambiental; Paisagem e Paisagismo; Gestão de Resíduos Sólidos (Redução, Reciclagem e Reuso); Regeneração de áreas degradadas; Eficiência energética; Controle sanitário; Ciclo de

Vida de produtos e logística reversa; Certificações ambientais; Estudos de impacto ambiental; Análise e gestão de áreas de risco (ambiental e geotécnico); Gerenciamento de emergências e catástrofes urbanas.

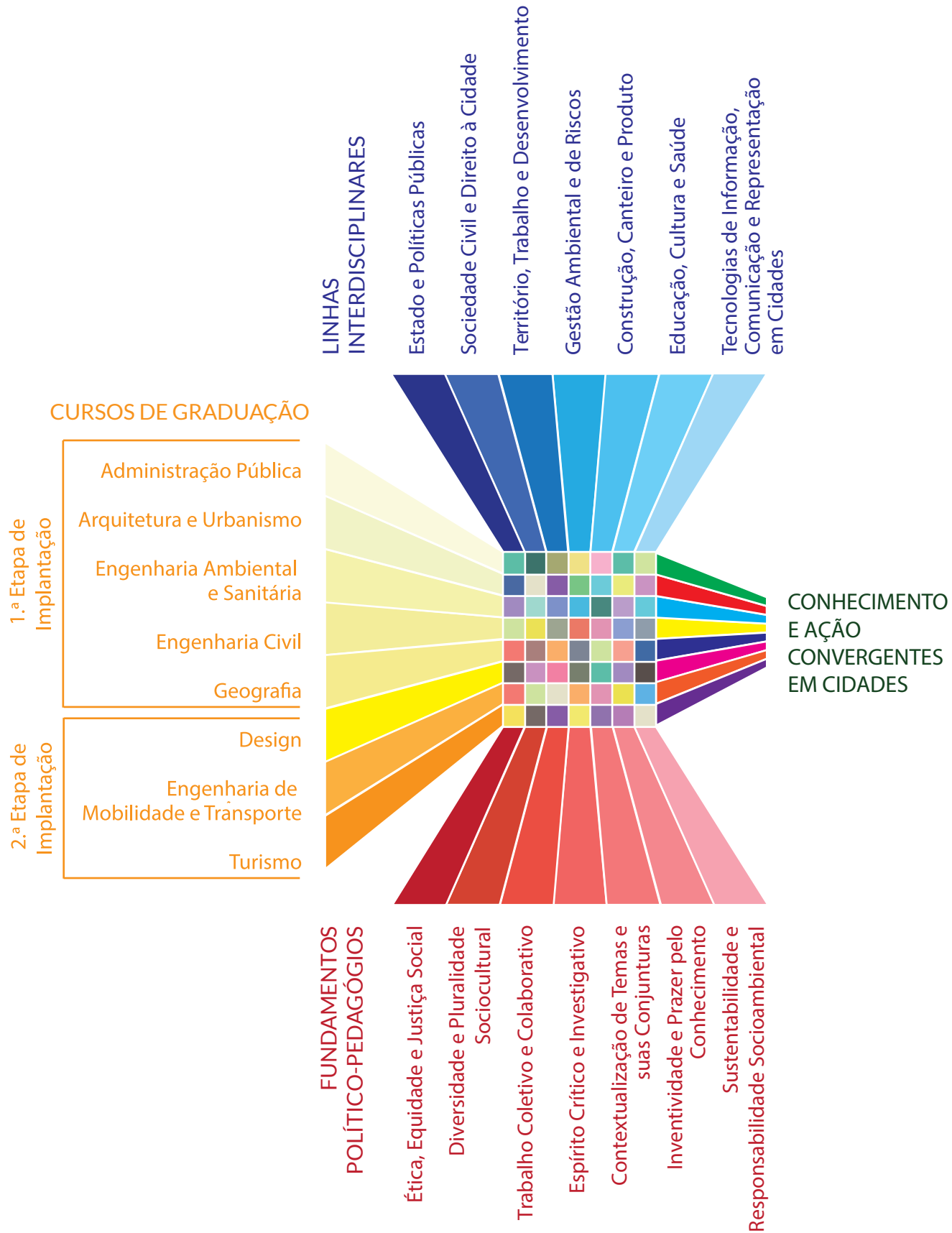
**5. Construção, Canteiro e Produto.** Exemplos de temas: Teorias e histórias da arquitetura, da engenharia e do trabalho de construir; Teoria e história do design, artesanato e indústria; Teorias e história das técnicas e tecnologias; Projeto (produto e processo) de objetos, edificações, fundações, estruturas e infraestruturas; Gestão de Projetos; Metodologias de Projeto; Materiais e matérias-primas; Sistemas e Instalações prediais e condominiais; Tecnologias construtivas e industriais; Reutilização e readequação do ambiente construído; Controle Ambiental em Edificações (Térmico, Acústico, Lumínico); Ergonomia; Ofícios e “saber-fazer”; Experimentação construtiva em canteiros de obras; Processos produtivos; Sociologia e Psicologia do Trabalho; Atividades de ensino-aprendizagem nos espaços de produção; Saúde e Segurança do Trabalho, Avaliação de Desempenho e Eficiência (do objeto, edifício, infraestruturas); Impacto ambiental em canteiros de obra e indústrias; Custos de operação e manutenção.

**6. Educação, Cultura e Saúde.** Exemplos de temas: Pedagogia, Educação e/na Cidade; Teoria e História da Educação; Políticas educacionais e formação de professores/educadores; Currículo e inovações educativas; Metodologia e Didática de Ensino; Educação inclusiva; Estudos Culturais; Patrimônio histórico urbano material e imaterial; Antropologia Urbana; A relação entre cultura e território; Questão de gênero e cidades; Raça, etnia e cidades; Escravidão e urbanização, e seus legados nas cidades brasileiras; Políticas culturais, valorização imobiliária e “gentrificação”; Religiões e religiosidades na vida urbana; Geografia da diferença; Estética e História da Arte; Cinema, Arte e Cidade; Literatura, Poesia, Música e Cidade; Teatro e Cidade; Turismo cultural; Gastronomia e Hotelaria; Educação Ambiental; Saúde pública, coletiva e preventiva; Cidades saudáveis; Segurança alimentar; Agricultura urbana e nutrição.



**7. Tecnologias de Informação, Comunicação e Representação de Cidades.** Exemplos de temas: Sistemas de informação urbanas; Controle e monitoramento em tempo real; Salas situacionais; Drones e dispositivos móveis; Análise de topologia de redes; Cartografia, Geoprocessamento (GIS, GPS, Mapas temáticos etc.), Topografia e Geodésia; Projeto Digital, *Softwares* colaborativos, Simulações, *Cyberspace*, Games, Programação de Softwares; Representação gráfica bidimensional e tridimensional, analógica e digital, do objeto, do edifício, território e paisagem; Realidade ampliada em projetos urbanos e edificações; Modelagem de informação em edificações (BIM); Desenho livre e Desenho técnico; Comunicação social e suas linguagens; Diagramas; Infográficos; Redes digitais.

## QUADRO 1 Matriz Acadêmica do Instituto das Cidades



## 5. PERFIL DO EGRESSO

O Instituto formará profissionais voltados à garantia da cidade como nexos fundamentais dos direitos da cidadania, da defesa do interesse público e do bem comum, do atendimento às maiorias e do desenvolvimento de um país mais equitativo e democrático – resultado do conhecimento integrado das soluções de Geografia, Urbanismo, Arquitetura, Engenharia, Design, Administração Pública e Turismo. O profissional formado no Instituto das Cidades terá formação que alia teoria e prática, com valorização do trabalho criativo e em equipe, desenvolvimento de um pensamento sistêmico, possibilitando que ele aprenda a delinear bem os problemas e seus fundamentos, colocando-os de forma clara, organizada e racional, facilitando a busca e desenvolvimento de soluções sustentáveis do ponto de vista tecnológico, social, ambiental e econômico. Será capaz de pensar e transformar as cidades, sendo ao mesmo tempo ousado em suas ideias, atualizado a respeito do debate internacional e com habilidade para procurar as forças políticas e sociais capazes de promover as transformações necessárias para cidades melhores e mais justas.

## 6. PERFIL DOCENTE

Os docentes do Instituto das Cidades estarão a ele diretamente vinculados e deverão estar igualmente associados a pelo menos um dos colegiados de curso e a uma linha transversal interdisciplinar. A carga didática de trabalho na graduação será atribuída pela Câmara de Graduação. Os docentes deverão participar da elaboração, atualização, consolidação e avaliação do Projeto Político-Pedagógico do IC e do respectivo curso, zelando por seu desenvolvimento integral. Em acordo com os objetivos do IC, espera-se que os docentes:

- Sejam graduados e pós-graduados não apenas nas áreas de formação exigidas para os cursos que serão oferecidos, mas também docentes com formação complementar ao projeto político pedagógico do IC, tais como: historiadores, cientistas sociais, filósofos, economistas, advogados, jornalistas, pedagogos, artistas, demógrafos, assistentes sociais, sanitaristas, geólogos, biólogos, físicos, químicos, matemáticos, engenheiros com especializações diversas, além de técnicos nas áreas relacionadas aos laboratórios e oficinas do IC.
- Desenvolvam atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo a formação teórica, prática e interdisciplinar de profissionais e pesquisadores, que sejam capazes de refletir, produzir novos conhecimentos e tecnologias, planejar, construir e melhorar as cidades, atuando criticamente sobre contextos complexos;
- Trabalhem na perspectiva de interação entre humanidades, ciências exatas, ciências da natureza, artes e novas tecnologias, por meio da convergência de conhecimentos das diferentes áreas, de forma contextualizada e socialmente referenciada;
- Desenvolvam projetos de interação do IC com outras unidades universitárias da Unifesp, promovendo diversos tipos de atividades acadêmicas intercâmpis;
- Mobilizem métodos de ensino atualizados e inovadores, estimulando, simultaneamente, o conhecimento teórico e experimental, além de combinar o uso de tecnologias digitais nas atividades dos laboratório, escritórios pedagógicos, oficinas, residência e extensão;
- Adotem métodos e materiais didáticos diferenciados para que a estratégia de formação baseada na resolução de problemas e em ações práticas e colaborativas se efetive em toda a sua potencialidade, evitando a dinâmica tradicional unilateral da aula expositiva;
- Participem de acordos de cooperação com instituições públicas formuladoras e gestoras de políticas urbanas e territoriais e de políticas educacionais, e ainda com organizações não governamentais, redes e movimentos populares da região;
- Estabeleçam relações com o entorno do Campus Zona Leste por meio da pesquisa, da reflexão e da ação, articulando a investigação acadêmica com políticas públicas diversas, para o desenvolvimento da região;
- Participem de redes nacionais e internacionais de pesquisa e colaboração nas áreas específicas do IC;
- Contribuam com o desenvolvimento do IC e da Unifesp, exercendo atividades de gestão, coordenação e representação em órgãos colegiados, tais como comissões, câmaras e conselhos;
- Apresentem, desde o concurso, projeto de ensino, pesquisa e extensão em diálogo com este PPP e com a área na qual pretendem ingressar na universidade. Após o ingresso, o projeto será submetido, acompanhado e avaliado durante o período probatório pelo Núcleo Docentes Estruturante (NDE) do curso.

## Professores, pesquisadores e profissionais visitantes

- Serão estimuladas atividades em cooperação com colaboradores externos convidados: pós-doutorandos, residentes, professores, pesquisadores e profissionais visitantes;
- Trarão aportes relevantes em questões, métodos, soluções que estão sendo adotadas (ou questionadas) no campo profissional não acadêmico, órgãos públicos, ONGs, assessorias técnicas ou noutras universidades, brasileiras e estrangeiras;
- Poderão realizar atividades pontuais (palestras, workshops, debates, bancas etc.) a convite de professor permanente do curso;
- Participarão, sempre que possível, nas atividades curriculares regulares do curso;
- Ou ainda, em atividades de maior duração (cursos, minicursos, pesquisa, residência, pós-doutorado etc.), mediante termos de cooperação técnicos específicos ao curso, ao Instituto das Cidades e bolsa específica.

## 7. PRÁTICAS CONVERGENTES

### a. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

Para garantir o princípio da indissociabilidade, como um dos eixos do percurso formativo na graduação, há um conjunto de atividades de extensão, pesquisa e ensino que acontece de forma integrada e convergente entre áreas de conhecimento de cursos, centralizadas em de problemas urbanos complexos e situações desafiadoras. Várias unidades curriculares contemplam nas suas estratégias e condições de ensino-aprendizagem, as atividades de pesquisa e extensão, que contabilizam horas para integralização dos cursos. Além disto, são propostas atividades específicas de caráter complementar que propiciam condições para atuação em pesquisa, extensão e processos de ensino-aprendizagem, distribuídas no decorrer do percurso formativo.

#### a.1. Ensino de Graduação

**O tema/problema articulador Cidades, dada a sua complexidade e transversalidade, favorece o desenvolvimento de uma visão integrada entre cursos de graduação de diferentes campos do conhecimento.** É, ao mesmo tempo, parte fundamental na definição das condições e qualidade da vida cotidiana dos indivíduos, o que permite uma relação promissora entre ensino, pesquisa e extensão, e destes com as políticas públicas e os direitos dos cidadãos. Portanto, constitui-se em potente plataforma propulsora de ideias e práticas.

**A formação é dirigida à construção de situações e ao mapeamento e resolução de problemas complexos por meio da convergência de conhecimentos baseada em contextos reais.** Este processo de pesquisa das possibilidades de solução de problemas não se resume à descoberta de respostas instrumentais, mas contextualizadas em relação a fins, agentes e interesses, de modo que possam ser compreendidas como

indutoras da sua própria realização, construir consensos políticos e sociais para sua viabilidade. Desse modo, o exercício experimental de projetos resulta sempre em um produto capaz de atingir não apenas conhecimento acadêmico, mas também estratégias para alcançar consensos sociais e políticos para sua implementação.

Embora a hipótese de um conhecimento convergente possa apontar para a ideia de que exista um só ponto de convergência, sua prática não resulta em uma resposta única, com validade para todos os contextos, sujeitos e tempos. A convergência cria espaços onde os interlocutores identificam se suas formas de pensar sobre determinadas questões e problemas são complementares, o que permite construir entendimentos comuns e holísticos para situações desafiadoras, conflitivas e complexas da urbanização contemporânea. Isso não significa apenas a procura de consensos, mas também a oportunidade para evidenciar conflitos, diversidade de olhares e perspectivas de dissenso.

**O IC irá valorizar a capacidade de trabalhar em grupo e pensar as cidades de forma coletiva, como campo de entendimento, cooperação e conflito.** Confrontar diferentes ângulos e métodos de observação para fenômenos complexos – como o da urbanização – é pedagogicamente estimulante e simula contextos favoráveis à tomada de decisões baseada em fundamentos. Favorecer abordagens multidisciplinares em sala de aula e atividades de ensino, pesquisa e extensão requer, de um lado, o reconhecimento das diferentes identidades profissionais e, de outro, permite a revisão crítica da formação tradicional nas diversas áreas, avaliando sua atualidade e redesenho para o mundo contemporâneo. **Abre-se, desse modo, a possibilidade de testar alternativas e caminhos para a produção de conhecimento sobre a urbanização. Em relação ao perfil do profissional do futuro nessa área, deverá transitar com familiaridade e efetividade por campos afins no pensamento crítico, planejamento, projeto, gestão e produção das cidades.**

Outra convergência desejada é a articulação permanente entre teoria e prática, própria a forma-

ções aplicadas e que tem como instrumentos o projeto, o plano e a política pública. Nesse caso, essa articulação é favorecida pela aproximação de um tema comum - as cidades. **O aprendizado baseado em análise de contextos, conflitos e problemas é uma ferramenta poderosa para a aplicação crítica do conhecimento em ações resolutivas e socialmente referenciadas.** O processo resultará em uma rica mistura de visões que se complementarão em função de seus diferentes perfis acadêmicos: professores que colaboram nas “problematizações” e outros nas “resoluções” – sempre evitando uma abordagem instrumental de solução, dissociada da avaliação de meios e fins.

Mesmo com diplomas próprios a cada curso, pretende-se que a experiência pedagógica permita a **formação integral em Cidades**, combinando a formação polivalente com a especialização não excludente – e que deve ser mais desenvolvida na pós-graduação. O profissional deve ser capaz de pensar a sociedade e as políticas públicas globalmente e agir localmente como especialista capaz de fazer avançar criticamente sua área de conhecimento, as tecnologias, os projetos e os produtos.

## Vivência educacional plena do estudante na cidade

**O estudante, em sua vivência no Instituto das Cidades, terá oportunidade de atuar como educando, mas também como educador.** O IC propiciará condições facilitadoras que deverão contribuir para ampliar seu potencial e repertório na ação como educador, nas diferentes situações da realidade social e nos diversos espaços educativos. As atividades que proporcionam contextos, conteúdos e práticas para a formação dos estudantes como educadores são:

1. Unidades Curriculares (UC) específicas sobre práticas educativas, métodos, teorias, práticas e história da educação em sua área de formação, bem como educação nas práticas profissionais;

2. UCs que terão como um de seus objetivos e conteúdos (atitudinais, conceituais e procedimentais) propiciar momentos em que os estudantes atuam como educadores em diversos contextos e

situações, dentro e fora do campus;

3. Programa de Monitoria, junto com professores, aprendendo como planejam as UCs e acompanhando a docência no ensino superior. A monitoria será estimulada, mas opcional e preferencialmente contará com bolsa específica;

4. Preparação de planos de ensino aprendizagem em atuações em projetos desenvolvidos com populações;

5. Registro de seu percurso formativo, no Memorial, que deverá propiciar capacidade reflexiva sobre os processos de ensino-aprendizagem - “aprender a aprender” e compreensão das estratégias de ensino-aprendizagem;

6. Programas de Educação Tutorial (PET);

7. No caso da Licenciatura, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID), Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores (LIFE), Observatório da Educação (Obeduc), Programa Novos Talentos e Residência Pedagógica.

## Unidades Curriculares obrigatórias oferecidas pelo Instituto das Cidades

O Instituto das Cidades oferecerá Unidades Curriculares comuns a todos os cursos, ministradas por professores de mais de um curso, que serão compartilhadas na sala de aula por estudantes das diferentes áreas. Serão, por isso, momentos de fortalecimento do diálogo e da formação integrada, ao mesmo tempo que, no contexto das atividades de ensino-aprendizagem, valorizarão as oportunidades de troca e contribuição específica das diferentes profissões e formações. As UCs obrigatórias do Instituto, com exceção das duas primeiras indicadas no quadro ao lado, serão de livre adesão, nas matrizes curriculares dos cursos, conforme pertinência de compartilhar momentos de formação conjuntos. Elas não constituem um ciclo básico, eixo comum ou bacharelado interdisciplinar. Contudo, são elementos importantes para o modelo de convergência adotado pelo Instituto.

**Lista de Unidades Curriculares Comuns - IC**

Nome da UC / CH	Administração Pública	Arquitetura e Urbanismo	Engenharia Ambiental e Sanitária	Engenharia Civil	Geografia - Bacharelado	Geografia - Licenciatura
Realidade Brasileira: formação social, geográfica e econômica / 30H	2º sem.	4º sem.	4º sem.	2º sem.	4º sem.	4º sem.
Cidades: Jogos e Simulações / 30H	5º sem.	1º sem.	1º sem.	1º sem.	3º sem.	3º sem.
Escritório em projetos urbanos e política pública / 60H	7º sem.	9º sem.	9º sem.	9º sem.	7º sem.	7º sem.
Expo cidades vividas, cidades imaginadas / 15H	1º sem.	1º sem.	1º sem.	1º sem.	1º sem.	1º sem.
Expo e Fórum de debates anual / 15H	Sem. pares	Sem. pares	Sem. pares	Sem. pares	Sem. pares	Sem. pares
Emergência urbana: Debates sobre as cidades / 30H	1º sem.	1º sem.	1º sem.	1º sem.	1º sem.	1º sem.
Culturas da cidade / 30H	1º sem.	1º sem.	1º sem.	1º sem.	1º sem.	1º sem.
Trabalho de Conclusão de Curso 1 / 60H	7º sem.	9º sem.	9º sem.	9º sem.	7º sem.	7º sem.
Trabalho de Conclusão de Curso 2 / 120H	8º sem.	10º sem.	10º sem.	10º sem.	8º sem.	8º sem.
Memorial de percurso formativo / 15H	Todos os sem.	Todos os sem.	Todos os sem.	Todos os sem.	Todos os sem.	Todos os sem.
Gestão e prevenção de riscos urbanos / 30H	8º sem.	8º sem.	8º sem.	8º sem.	8º sem.	
Organização de escritório público e gestão de projetos / 30H	6º sem.	4º sem.	8º sem.	8º sem.	8º sem.	
Geoprocessamento e tecnologias de informação em metrópoles / 30H	6º sem.	6º sem.		6º sem.	6º sem.	
Economia plural e tecnologias sociais / 30H	4º sem.	8º sem.	4º sem.	4º sem.		
Gestão de metrópoles / 30H	6º sem.	6º sem.			6º sem.	6º sem.
Escritório de planejamento de metrópoles / 60H	6º sem.	6º sem.	8º sem.		6º sem.	6º sem.
Economia política e geografia da urbanização e das cidades / 30H	5º sem.	5º sem.			5º sem.	5º sem.
Direito ambiental e urbanístico / 30H	4º sem.	8º sem.	8º sem.			



Nome da UC / CH	Administração Pública	Arquitetura e Urbanismo	Engenharia Ambiental e Sanitária	Engenharia Civil	Geografia - Bacharelado	Geografia - Licenciatura
Megacidades mundiais / 30H	6º sem.	6º sem.	10º sem.			
Segurança e Saúde no trabalho de construir / 30H		5º sem.		5º sem.		
Escritório de Mobilidade Urbana e Usos do Solo / 60H		9º sem.	9º sem.	3º sem.		
Escritório de requalificação de assentamentos precários / 30H		8º sem.	8º sem.	8º sem.		
Escritório em edifícios e infraestrutura sustentáveis / 30H		9º sem.	9º sem.	9º sem.		
Escritório rural e territórios híbridos / 30H		2º sem.	2º sem.		2º sem.	2º sem.
A caracterização do rural e do urbano: a relação cidade/campo / 30H		2º sem.			2º sem.	2º sem.
Gestão de cidades de pequeno e médio porte / 30H		2º sem.		2º sem.	6º sem.	6º sem.
História e teoria do construir e dos construtores / 30H		5º sem.		5º sem.		
Projeto Digital: BIM / 30H		6º sem.		7º sem.		
Restauro, renovação e técnicas retrospectivas / 60H		7º sem.		7º sem.		
Escritório de projetos em reabilitação integrada / 60H		7º sem.		9º sem.		
Descrição e Representação da Paisagem / 30H		2º sem.	2º sem.			
Ambientes urbanos, meio físico e suas biodiversidades / 60H			2º sem.	2º sem.		
Escritório de micro-bacias hidrográficas e gestão das águas / 60H			3º sem.	5º sem.		
Fenômenos de transporte de flúidos / 30H			3º sem.	5º sem.		

## a.2. Ensino de pós-graduação

**A pós-graduação deverá privilegiar programas interdisciplinares em Cidades, com linhas de pesquisa que combinem uma diversidade de profissionais e pontos de vista para abordar questões emergentes da urbanização mundial, investigações históricas e estudos de futuro.**

Posteriormente, após a avaliação da pós-graduação inicial, o IC poderá abrigar outros programas complementares em temas convergentes, profissionalizantes e acadêmicos.

Todos os programas deverão fomentar a mobilidade acadêmica, com professores, profissionais e pesquisadores visitantes, professores de outros campi da Unifesp com pesquisas afins, com forte intercâmbio nacional e internacional, constituindo um polo regional de integração em redes globais de estudos avançados, práticas projetuais e políticas para Cidades.

A pós-graduação deverá ter rebatimento contínuo e produtivo com os temas/problemas abordados nas linhas transversais e nos escritórios intercursos da graduação. De modo que o ensino em escritório pedagógico possa alimentar perguntas de pesquisa e vice-versa, criando um sistema cooperativo de pesquisa-ensino associado, testando hipóteses investigativas em âmbito projetual, de desenho de políticas públicas e retornando à investigação científica e reflexiva.

Além da oferta de cursos de pós-graduação, o IC oferecerá cursos de atualização profissional, aperfeiçoamento científico e tecnológico como oportunidade de educação continuada para diferentes profissionais.

## a.3. Pesquisa em Cidades

O Instituto das Cidades poderá colaborar com diversas instituições que estão seguindo na mesma direção e fazem pesquisas integradas sobre as cidades, no Brasil e no exterior. **A época atual é frutífera para o tema, pois a qualidade das cidades é cada vez mais uma questão fundamental para se definirem as condições de vida de imensas parcelas da população e o futuro das sociedades.** Os territórios em urbanização são elementos

multidimensionais propícios a pesquisas convergentes, pois conectam em suas superfícies diversas políticas públicas, aspectos simbólicos, políticos e tecnológicos, lutas sociais e circuitos de acumulação de capital. A dimensão experimental dos laboratórios, escritórios e oficinas, com atividades práticas distintas, favorece diferentes tipos de ensino que permitem engajar criticamente os estudantes na formulação de “perguntas urbanas” e estimular seu papel criativo de “imaginadores urbanos”.

A pesquisa no IC deve, por isso, nascer convergente e procurar temas articuladores estratégicos, que sejam afins entre os cursos, com outros Institutos e Escolas da Unifesp e com parceiros externos. A pesquisa em cidades constitui uma oportunidade única para a formação científica e tecnológica do estudante de graduação. As atividades previstas são:

1. Unidades Curriculares (UC) específicas de iniciação à pesquisa científica e tecnológica na área de formação, com estratégias associadas ao ensino e extensão e convergência de conhecimento com as demais áreas;

2. UCs que terão como um de seus objetivos e conteúdos (atitudinais, conceituais e procedimentais) propiciar momentos em que o estudante atue como pesquisador em diversos contextos e situações, dentro e fora do campus;

3. Capacitação para formulação de projetos de pesquisa científica e tecnológica visando a sua participação em grupos de pesquisa e captação de bolsas e recursos de fomento;

4. Participação em programa de jovens talentos para a ciência (JTC) e em projetos de iniciação científica (PIBIC) e de iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação (PIBIT);

5. Registro de seu percurso formativo, no Memorial, o qual deverá propiciar capacidade reflexiva sobre os processos de pesquisa no âmbito do ensino-aprendizagem (“aprender a aprender”) e compreensão sobre métodos, contextos e estratégias de pesquisa foram significativos em sua formação;

6. O TCC como momento de pesquisa e proposição integradas;

7. No caso da licenciatura, há o Observatório da Educação (OBEDUC), com pesquisas que dialogam com o espaço escolar e a política educacional.

## a.4. Extensão

O Campus Zona Leste começou suas atividades em 2013 com iniciativas no âmbito da **Extensão Universitária**. Cabe destaque ao Observatório de Políticas Públicas, ao Centro de Memória da Zona Leste, à Escola de Cidadania e ao Núcleo de Formação Sociocultural da Zona Leste. Outras iniciativas em fase de planejamento e que já existem em outros campi da Unifesp são o Cursinho Popular e a Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI). O começo das atividades de ambas está sendo planejado em conjunto com a Prefeitura da cidade de São Paulo por meio da Secretaria de Educação e também da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania. Além disso, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) já instalou polos de EaD em alguns CEUs da zona leste para atividades de formação de professores da Rede Pública e em 2017 oferecerá vagas no polo Vila Aricanduva e no Campus Zona Leste em sua primeira graduação a distância, o Curso Superior de Tecnologia em Design Educacional.

Para a realização dessas iniciativas, e abrindo ainda praças cobertas e espaços culturais de uso compartilhado com a população (como Teatro, Biblioteca, Cineclube, etc.), está previsto o prédio frontal do campus, que constituirá a fachada metropolitana na Av. Jacu-Pêssego. Tal edifício convidativo e de uso compartilhado marca o princípio de uma universidade aberta à população e em diálogo com os movimentos sociais, governo e políticas públicas.

**As profissões oferecidas pelo Instituto das Cidades serão aplicadas, por isso o exercício de estágios supervisionados, escritórios-modelo, incubadoras de cooperativas e de empresas, escola de governo, residências profissionais e extensão universitária são momentos fundamentais para a realização de experiências concretas de Práticas Assistidas.** Algumas delas já são amparadas por leis federais, estaduais e municipais, como as leis de assistência técnica pública e gratuita nas áreas de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia para projetos e obras de habitação destinados às populações de baixa renda, movimentos sociais e cooperativas (como a Lei 11.888/2008, que prevê convênios com as universidades nesse sentido). **As Práticas Assistidas permitem a formação profissional em atividades de campo, pela técnica de**

**aprender fazendo (learn-by-doing), em que os estudantes são expostos a contextos reais, interagindo com situações complexas e levando à prova sua formação intramuros.** A prática favorece, assim, o reconhecimento das desigualdades sociais e urbanas e o desejo de superá-las, com ações concretas e transformadoras na relação universidade-sociedade, como um meio de ativismo projetual pela justiça urbana.

A vocação extensionista do Campus Zona Leste e do Instituto das Cidades deve refletir-se igualmente em um Conselho com a participação de membros externos à universidade (com representantes de movimentos sociais, órgãos públicos, ONGs, setor privado, sindicatos etc.). Esse Conselho irá recomendar políticas e programas e cursos de extensão e especialização, entre outros.

Na definição de sua matriz curricular, **ao menos 10% da carga horária obrigatória dos cursos do IC será destinada a atividades de extensão**, como as mencionadas a seguir. O campus, como a universidade, deverá indicar orçamento para as atividades de extensão de modo a garantir sua viabilidade, continuidade e expansão.

As ações de Extensão são oportunidade única de colocar em marcha, em tempo real, a experiência desenvolvida nas atividades de ensino e pesquisa, possibilitando campos de interlocução nos quais a teoria se defronta com as situações concretas e onde ocorrem aprendizados mútuos entre sociedade e universidade. A extensão colabora para superar a defasagem temporal entre o caráter naturalmente anacrônico do ensino baseado em bibliografia sistematizada sobre acontecimentos passados e os desafios do tempo presente. A extensão permite reflexão e ação *pari passu* com os fenômenos sociais contemporâneos e o aprendizado “em tempo real”, em espaços concretos e em ação dialógica.

É desse modo que o Campus Zona Leste propõe a **Extensão como praxis estruturante** em seu programa de formação em cidades. Diferentemente das atividades complementares – caracterizadas por opções individuais que permitem aos estudantes escolher outros percursos formativos, as atividades de extensão são ações coletivas com intensa mobilização cooperativa, além de estruturantes para o projeto político pedagógico do Instituto das Cidades.

**A extensão, contudo, em especial no caso de um Instituto que lida com políticas públicas associadas às carências de infraestrutura e qualidade de vida da população, deve resguardar suas diferenças em relação à ação do Estado, provedor de serviços públicos e garantidor dos direitos da cidadania.** O Instituto deve estar associado às políticas públicas como agente observador, problematizador e inovador (incluindo ações exemplares de práticas assistidas), mas sem a capacidade de implementar ações na escala de serviço público universal. Para tanto, a universidade pode celebrar acordos de cooperação e/ou formular solicitações para que os órgãos públicos competentes atuem no que for de sua responsabilidade na atenção às demandas locais.

As atividades de extensão do Instituto oferecidas para seus estudantes de graduação e pós-graduação são:

- **Unidades Curriculares de natureza extensionista**, que realizam atividades práticas de relevância social, com intensidade e profundidade, conduzindo os processos de ensino-aprendizagem e indagações de pesquisa. A totalidade de sua carga horária é contabilizada como Extensão para fins de integralização do curso. Essas UCs devem dispor de orçamento específico e captação própria para viabilizar suas atividades. São vinculadas a Programas de Extensão de mais longa duração, para os quais podem ser remetidos trabalhos iniciados no âmbito da UC. Em suas ementas e planos de ensino, essas UCs devem explicitar claramente os objetivos, competências e formas de avaliação, tendo em vista o caráter formativo da extensão nas atividades de graduação;
  - **Unidades Curriculares com ação pontual extensionista**, que possuem uma parcela de carga horária definida como extensão, para disseminar uma cultura extensionista, de diálogo com a realidade social. Não possuem a intensidade das UCs extensionistas, mas proporcionam importantes momentos de integração entre ensino, pesquisa e extensão. Também devem explicitar em suas ementas e planos de ensino os objetivos, competências e formas de
- avaliação tendo em vista o caráter formativo da extensão nas atividades de graduação;
- **Programas e Projetos de Extensão**, permitem continuidade e atividades de longa duração extensionista, mantendo diálogo com as UCs. Alguns dos programas são: Observatório de Políticas Públicas, Centro de Memória da Zona Leste, Escola de Cidadania, Núcleo de Formação Sociocultural, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, Escritório-Modelo, Empresas-Júnior e Escola de Governo. Contam com bolsistas de extensão e recursos próprios, que podem ter fontes diversas - entre elas, a Lei de Assistência Técnica. A carga horária de dedicação dos bolsistas poderá ser contabilizada para a integralização do curso como atividade complementar, desde que aprovada pelas comissões dos cursos (prevendo-se normas e critérios para esse reconhecimento). Os programas de extensão que simulam práticas profissionais com supervisão de professores e técnicos especialistas podem ainda acolher para estágio curricular obrigatório;
  - **Fóruns e Exposições**. Fóruns, exposições e debates com a população, que apresentem a produção do Instituto das Cidades são projetos especiais de extensão e poderão ser contabilizadas como carga horária extensionista para os estudantes que estiverem no planejamento e execução direta destas atividades (segundo norma e critérios para esse reconhecimento);
  - **Residência Pedagógica** é um programa de estágio curricular supervisionado do curso de Licenciatura em Geografia e parte de sua carga horária pode ser contabilizada como extensão, tendo em vista normas e critérios estabelecidos pela comissão do curso;
  - **Residência em Cidades** é um programa de extensão com especialização, após a conclusão da graduação.
- Para população em geral (público externo), que deve igualmente frequentar o Campus - uma vez que este é pensado como espaço público e equipamento para a cidade -, também serão ofertados,

dentro da política de extensão da Unifesp (ProEC) e do Instituto das Cidades:

- **Cursos de aperfeiçoamento e especialização**, com temas a definir. Entre eles já estão em funcionamento a Escola de Cidadania e o Núcleo de Formação sociocultural da Zona Leste. Uma parcela dos cursos de aperfeiçoamento, na modalidade de sequência de unidades curriculares eletivas, será ofertada conjuntamente para os estudantes de graduação do IC. Tais cursos, de com o mínimo de 180 horas, fornecem certificações de aperfeiçoamento em diversos temas associados a gestão, projetos e políticas urbanas;
- **Universidade Aberta à Terceira Idade (Uati)**. Atividade de extensão já ofertada em outras unidades na Unifesp, em especial no campus avançado de extensão de Embu das Artes. Será replicada na Zona Leste;
- **Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Polo de Ensino a Distância (EAD)**. A UAB já está funcionando em alguns CEUs da Zona Leste que acolhem os polos de EAD para atividades de formação de professores da Rede Pública. Em 2017 oferecerá vagas no polo Vila Arican-duva e no Campus Zona Leste em sua primeira graduação a distância, o Curso Superior de Tecnologia em Design Educacional. O Campus prevê uma unidade da UAB com polo de EAD;
- **Participação de comunidades e órgãos públicos em projetos específicos dos programas de extensão do IC** (tais como Observatório de Políticas Públicas, Centro de Memória da Zona Leste, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, Escritório Modelo, Escola de Governo etc.), por meio de processos de seleção, convênios e parcerias, articulando universidade, sociedade e políticas públicas;
- **Residência em Cidades** é um programa de extensão após a conclusão da graduação. Estudantes graduados em outras universidades e instituições nos mesmos cursos que compõem originalmente o Instituto das Cidades poderão

concorrer a vagas no programa de Residência em Cidades.

- **Formação contínua de professores da rede de ensino básico**, com atividades diversas no Campus, utilizando especialmente seus laboratórios e oficinas, bem como a Biblioteca e o Centro de Memória da Zona Leste;
- **Educação ambiental**, uma vez que o IC conta com cursos de Geografia e Engenharia ambiental, uma área de preservação permanente (APP), com duas nascentes e córregos, um trecho de mata atlântica, uma área de agricultura urbana, sistemas de tratamento de esgoto, de água pluvial e de resíduos, uma central de reciclagem e outra de monitoramento ambiental;
- **Campus aberto para visita de estudantes da rede pública de educação básica**. Em semana pré-determinada e divulgada para a rede pública, o Campus estará aberto para visita de escolas, que poderão conhecer sua infraestrutura e atividades. Para os estudantes de ensino médio, serão feitas palestras informativas para atrair o público interessado em estudar no Instituto das Cidades;
- **Cursinho Popular**, para estudantes da Zona Leste, com foco em estudantes interessados em ingressar nos cursos de graduação da Unifesp, não apenas naqueles oferecidos pelo Instituto das Cidades.

O Campus Zona Leste é fortemente orientado para pesquisas e práticas extensionistas. Os professores ingressantes terão ciência dessa dimensão e seu perfil será selecionado em função da exigência de formação dos estudantes em contextos reais, socialmente referenciados e em diálogo com comunidades, movimentos sociais e órgãos públicos.

O atual sistema de progressão na carreira docente da Unifesp prevê pontuação específica para as atividades de extensão, o que não é comum na maioria das universidades. Essas atividades correspondem a 20% da avaliação docente para progressão (sendo o restante distribuído em 30% para ensino, 30% para pesquisa e 20% para gestão

universitária), com reconhecimento da extensão como prática formativa essencial na universidade contemporânea.

## b. Espaços pedagógicos integrados de ensino (ELO)

Serão três os espaços principais de ensino, todos eles abertos a momentos de trabalho de campo e reconhecimento da realidade exterior ao ambiente universitário em sua complexidade. Serão eles: os **escritórios**, focados em contextos e problemas reais a serem enfrentados projetualmente e por políticas públicas; os **laboratórios** de ensino de fundamentos, ciência aplicada e teoria; as **oficinas** de experimentação prática, com resultados em construção, modelos, protótipos, produtos gráficos e reciclagem e o centro de monitoramento ambiental. Além desse núcleo estruturante formado pelos Escritórios, Laboratórios e Oficinas (ELO), o IC contará ainda com salas de aula e auditórios para palestras, seminários, debates e disciplinas eletivas. Além de espaços destinados a exposições e discussão dos trabalhos realizados semestralmente e anualmente.

### Escritórios pedagógicos

Os **Escritórios Temáticos de Projetos, Políticas Públicas e Resolução de Problemas**, comuns a todos os cursos, permitirão o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão convergentes, abordando um mesmo recorte territorial/temático para o enfrentamento de problemas complexos de aprendizado, que compõem desafios projetuais e de políticas públicas, reais e contextualizados. Nesse sentido, a utilização do escritório temático é importante para a formação diferenciada em carreiras projetuais e de gestores públicos, orientadas à resolução de problemas e reconhecimento de potencialidades. Desse modo, não haverá separação de espaços pedagógicos distintos por curso, mas espaços comuns a todos com recortes temáticos, que acumularão saberes e práticas de ensino e poderão ser mobilizados por todos os cursos em todos os momentos, conforme o projeto pedagógico integrado. Os escritórios

manterão acervos próprios, com pequenas reservas técnicas e áreas de exposição – tornando-se espaços de produção e reflexão cumulativas sobre o seu tema gerador. Cada escritório possuirá núcleos de pesquisa e extensão associados ao seu tema. Tais núcleos comportam postos para estudantes que realizem iniciação científica ou extensão e, futuramente, pós-graduação, estimulando, pela organização espacial, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e fortalecendo os temas geradores de conhecimento no Instituto.

Serão 14 escritórios baseados nos mesmos temas transversais amplos, definidos pelas Linhas Interdisciplinares. Cada uma das sete linhas terá dois escritórios pedagógicos à disposição para as atividades acadêmicas planejadas.

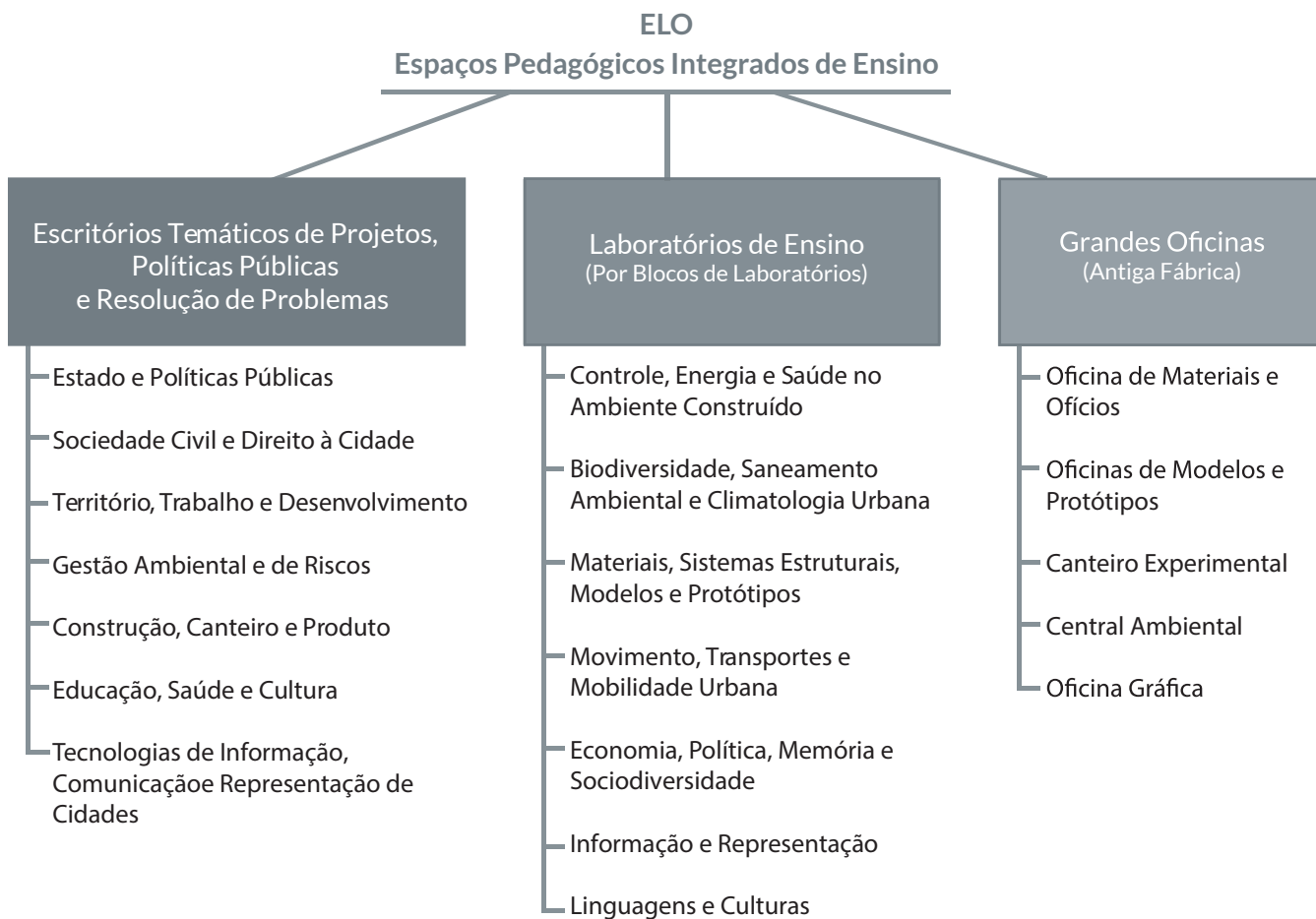
Os sete temas amplos dos escritórios são:

1. Estado e Políticas Públicas
2. Sociedade Civil e Direito à Cidade
3. Território, Trabalho e Desenvolvimento
4. Gestão Ambiental e de Riscos
5. Construção, Canteiro e Produto
6. Educação, Saúde e Cultura
7. Tecnologias de Informação, Comunicação e Representação de Cidades

### Laboratórios

Associados aos escritórios, estarão os **Laboratórios de Ensino**. Cada laboratório trabalhará com fundamentos das ciências, teorias e linguagens que apoiam a resolução de problemas, por meio de projetos e oficinas práticas. Os Laboratórios permitirão exercícios aplicados e visuais para a compreensão dos fenômenos, evitando o aprendizado abstrato e descontextualizado. No âmbito mundial, hoje há uma forte renovação no ensino de ciências e teoria aplicada em relação a carreiras orientadas para projeto e resolução de problemas, como as do Instituto das Cidades. A forma convencional de ensino de ciências e teoria, por exemplo, num contexto de “ciclo básico”, que se antecipa à compreensão e resolução de problemas, tem sido amplamente questionada. Ela resulta comumente na dissociação entre teoria e prática, entre utili-

## QUADRO 2 Organograma - Espaços Pedagógicos Integrados de Ensino



**Outros Espaços Pedagógicos:** Teatro Italiano, Teatro de Arena, Anfiteatros, Salas de Aula, Praça Digital, Área de Exposição, Biblioteca, Áreas de Extensão, APP, Agricultura Urbana, Estações de Tratamento e Monitoramento.

dade e aplicabilidade dos conceitos. Além disso, as aulas são, em geral, ministradas por especialistas de áreas duras, pouco familiarizados com a prática projetual e sem recurso à percepção experimental e sensível dos fenômenos – resultando em desestímulo, repetência e evasão. Por isso, os laboratórios de ensino têm como missão estimular o prazer e a dimensão lúdica no aprendizado das ciências, teorias e linguagens, com abordagens mais interativas e com dispositivos e ferramentas do tipo “mão na massa”. Ao mesmo tempo, contextualiza-se o saber aplicado, entendendo-o como não neutro e discutindo a relação entre meios e fins, agentes e interesses; por fim, como o conhecimento pode ser socialmente transformador.

Desse modo, reativar os sentidos (como sensorialidade, e também como intencionalidade) e favorecer o envolvimento dos estudantes na abordagem e compreensão dos fenômenos, conceitos e problemas com simulações em escala real ou reduzida é um desafio pedagógico para esses laboratórios. Organizados em sete blocos temáticos, como apresentado a seguir, esses espaços são previstos para atender progressivamente aos cursos do IC e à futura pós-graduação. As atividades pedagógicas dos laboratórios podem ser complementadas com visitas a outros espaços e instalações do Campus (tais como: estações de tratamento, sistemas de captação de água de chuva ou energia solar, área de preservação permanente, nascentes, agricul-

tura urbana, restaurante universitário, poços de monitoramento, estações externas, oficinas e canteiro experimental na antiga fábrica, teatros e anfiteatros, biblioteca, centro de memória etc.).

Todos os laboratórios contarão com áreas técnicas específicas, depósitos de materiais, plano de gestão ambiental e de resíduos, bem como com corpo de técnicos e professores com atuação e pesquisa nessas áreas. Seus espaços físicos serão adequados aos projetos pedagógicos pertinentes aos temas e linhas interdisciplinares. Tal como nos escritórios, ocupam espaços contíguos aos laboratórios os núcleos de pesquisa e extensão, fortalecendo a indissociabilidade e fixando estudantes bolsistas que desenvolvem seus temas. Esses núcleos serão embriões de grupos e centros de pesquisa maiores, que serão desenvolvidos em novos edifícios no Campus.

Laboratórios simples de informática estarão distribuídos em outros espaços do edifício central, em praças digitais de livre uso pelos estudantes ou como salas de aula informatizadas no bloco de salas de aula.

Os Blocos temáticos dos laboratórios são:

## **1. CONTROLE, ENERGIA E SAÚDE NO AMBIENTE CONSTRUÍDO**

**1.1.** Laboratório de LUMINOTÉCNICA. Luminotécnica, lumínica, medição de luminosidade, absorção, reflexão e refração de ondas luminosas, uso eficiente da energia e controle da luz natural;

**1.2.** Laboratório de ACÚSTICA e VIBRAÇÃO. Acústica, medição de níveis e espectro de som, vibração estrutural, materiais isolantes, análise de emissão e reflexão de ondas sonoras em modelos;

**1.3.** Laboratório de CONFORTO TÉRMICO. Análise de trocas térmicas, climatização e exaustão de ar, sistemas ativos e passivos de ventilação e resfriamento, uso eficiente da energia, túnel de vento;

**1.4.** Laboratório de CORPO e SAÚDE. Ergonomia, antropometria, comportamento dos usuários, psicologia ambiental, saúde pública, doenças urbanas etc;

**1.5.** Laboratório de ENERGIA e AUTOMAÇÃO em EDIFICAÇÕES. Fontes e uso racional de energias em edificações, elétrica e eletrônica prediais, medidas de proteção, automação predial e redes inteligentes.

## **2. BIODIVERSIDADE, SANEAMENTO AMBIENTAL E CLIMATOLOGIA URBANA**

**2.1.** Laboratório de BIODIVERSIDADE. Microbiologia, ecologia, manejo e conservação, paisagismo urbano, jardins verticais e horizontais, permacultura;

**2.2** Laboratório de GEOTECNIA e ANÁLISE DE SOLOS. Geologia, geomorfologia, geotecnia, mecânica dos solos e análise de solos, simulação de fundações e contenções;

**2.3.** Laboratório de HIDROLOGIA e POLUIÇÃO DA ÁGUA. Hidráulica, hidrologia, hidrografia e mecânica dos fluidos, análise de qualidade da água e efluentes;

**2.4.** Laboratório de CLIMATOLOGIA e POLUIÇÃO DO AR. Climatologia e análise de qualidade do ar e emissão de gases;

**2.5.** Laboratório de RESÍDUOS SÓLIDOS. Análise de resíduos, toxicidade, decomposição, triagem, reciclagem e reúso, compostagem (ênfase no aproveitamento de resíduos sólidos como materiais de construção).

## **3. MATERIAIS, SISTEMAS ESTRUTURAIS, MODELOS E PROTÓTIPOS**

**3.1** Laboratórios de MATERIAIS. Análise química e física dos materiais, ciclo de vida, testes e normas;

**3.2.** Laboratório de ESTRUTURAS. Testes de tração, compressão, torção, flexão, cisalhamento, comportamento de sistemas estruturais e exercícios práticos com modelos;

**3.3.** Laboratório de RESTAURO e RECUPERAÇÃO de EDIFICAÇÕES. Técnicas retrospectivas, restauro, recuperação, renovação, reconversões, tratamento de patologias em edificações;

**3.4.** Laboratório de FABRICAÇÃO DIGITAL. Produção de maquetes, modelos e protótipos, com marcenaria compacta, máquina CNC, corte a laser, impressora 3D [futuramente será ampliado tornando-se uma das Grandes Oficinas na antiga fábrica].

## **4. MOVIMENTO, TRANSPORTES E MOBILIDADE URBANA**

**4.1.** Laboratório do MOVIMENTO. Força, aceleração, velocidade, dinâmica, cinemática;

**4.2.** Laboratório de TRANSPORTE e LOGÍSTICA. Dimensionamento de sistemas, terminais,



fluxos e redes de mobilidade urbana e regional nos diferentes modais;

**4.3** Laboratório de MOTORES, COMBUSTÍVEIS e EMISSÕES. Fontes e uso racional de energia em transportes, motores à combustão e elétricos, filtros e catalizadores, controle de emissões.

**4.4.** Laboratório de DESIGN de EQUIPAMENTOS de TRANSPORTES. Modelos e protótipos de veículos, equipamentos e peças de transportes.

## 5. ECONOMIA, POLÍTICA, MEMÓRIA E SOCIODIVERSIDADE

**5.1.** Laboratório de MEMÓRIA e DOCUMENTAÇÃO. Análise e conservação de documentos, fotos, plantas e mapas, museografia, arquivologia, antropologia urbana, etnografia, pesquisa participante, história oral, videodocumentário;

**5.2.** Laboratório de POLÍTICA e PARTICIPAÇÃO. Simulações sociais, técnicas de dinâmica de grupo, grupos focais (sala de espelho), jogos de cooperação, debates, dinâmicas de audiência e assembleia, sistemas de consulta e democracia real, tecnopolíticas e plataformas digitais;

**5.3.** Laboratório de POPULAÇÕES. Sociodiversidade, direitos sociais, dinâmicas populacionais e socioeconômicas no território, mapas populacionais, tecnologias de multidões, violência urbana.

**5.4.** Laboratório de ECONOMIA URBANA, ESTATÍSTICA e ORÇAMENTO. Modelagens financeiras de intervenções urbanas, economias e desconomias urbanas, modelagens de orçamento público, avaliação de impacto econômico, orçamento de obras, economia solidária, estatística.

## 6. INFORMAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

**6.1.** Laboratório de MONITORAMENTO e INFORMAÇÃO. Sistemas de controle e monitoramento em tempo real, salas situacionais, sistemas de informação urbana, *drones*, dispositivos móveis, análise de topologia de redes;

**6.2.** Laboratório de REPRESENTAÇÃO DA PAISAGEM. Cartografia, geoprocessamento (GIS, GPS, mapas temáticos etc), topografia e geodésia;

**6.3.** Laboratório de PROJETO e MODELAGEM DIGITAL. Gestão de projetos, projeto digital, CAD, BIM, softwares colaborativos, simulações, cyberspace, games, realidade ampliada, programação de softwares;

**6.4.** Laboratório de DESENHO e GEOMETRIA. Desenho livre, desenho técnico, desenho geométrico.

## 7. LINGUAGENS E CULTURAS

**7.1.** Laboratório de IMAGEM e PERCEPÇÃO. Estudos da forma e percepção visual, cinema, fotografia, artes visuais e a cidade;

**7.2.** Laboratório da PALAVRA e COMUNICAÇÃO. Textualidade, oralidade, redação, literatura, poesia, dramaturgia, música e a cidade, design de informação, redes, mídia e opinião pública;

**7.3.** Laboratório de LÍNGUAS e CULTURAS ESTRANGEIRAS. Ensino de línguas e culturas estrangeiras com estrutura digital e instrumentais específicos, com foco no conhecimento e vocabulário em cidades e políticas públicas;

**7.4.** Laboratório de GASTRONOMIA e SEGURANÇA ALIMENTAR. Saberes e culturas alimentares, gastronomia, nutrição, segurança alimentar, agricultura urbana e reforma agrária.

## Grandes oficinas no interior da antiga fábrica

Laboratórios experimentais maiores, denominados **Grandes Oficinas**, serão instalados no prédio da antiga fábrica, retomando sua vocação de espaço de produção. Serão constituídos por oficinas de protótipos e modelos, oficinas de materiais e ofícios, canteiro experimental, gráfica, centro de reciclagem de resíduos e centrais de monitoramento de ar, água e solo, todos compartilhados por dois ou mais cursos, permitindo trabalhos conjuntos em outras dimensões prático-teóricas. As **oficinas de materiais e ofícios** darão ênfase didática ao conhecimento de suas características físicas, químicas, históricas e normativas, bem como dos saberes do trabalho, comportamento estrutural, ciclo de vida etc. Os estudantes aprenderão a manuseá-los, conhecendo todas as suas implicações práticas, sociais, econômicas e ambientais. As peças pré-fabricadas nessas oficinas poderão depois ser montadas e retrabalhadas no Canteiro Experimental e na Oficina de Modelos e Protótipos. As Oficinas também poderão ser utilizadas em projetos de extensão

universitária com a comunidade, tais como a incubadora de cooperativas e as parcerias com sindicatos e escolas técnicas de construção civil.

As oficinas de materiais trabalharão com diferentes ferramentas e máquinas - de ofícios e instrumentos milenares a máquinas de controle numérico e corte a laser. Os materiais são: madeira, metais, concreto/argamassa, polímeros (plásticos), resinas, tintas, têxteis, papelões, gesso, cerâmica, terra crua, bambu e fibras naturais. Nessas oficinas serão testadas hipóteses construtivas em diversas escalas e também a possibilidade de desmontagem de objetos para análise. As oficinas contarão com técnicos e professores com experiência nas respectivas áreas para desenvolvimento das atividades pedagógicas e manuseio de máquinas e materiais, evidenciando-se, assim, o apoio ao trabalho dos alunos num contexto de aprendizado, cooperação e segurança no trabalho.

As oficinas de materiais e ofícios possuirão acervo técnico e área de exposição para cada uma de suas práticas, constituindo um pequeno **Acervo de Artes e Ofícios e de Ciência dos Materiais e das Técnicas**, do passado ao presente e ao futuro. O sentido histórico dos fazeres e saberes associados aos materiais que fazem as cidades são elementos importantes do projeto pedagógico crítico e contextualizado do Instituto das Cidades e de sua ligação com o mundo do trabalho.

A **Oficina de Modelos e Protótipos** (ampliação do Laboratório de Projeto e Modelagem Digital (FabLab), mencionando no item anterior) poderá utilizar-se de peças realizadas nas oficinas de materiais e contará com um sistema de corte, injeção e prototipagem por laser e impressão 3D. Por meio desse sistema será possível transformar a programação digital de projetos realizados por diferentes softwares em objetos físicos tridimensionais de pequeno porte (protótipos de objetos ou modelos em escala) com alta qualidade, impressos por meio de camadas sucessivas de materiais aditivos.

Dentre as oficinas do complexo cabe destaque ao **Canteiro Experimental** – locus da realização prática de projetos dos estudantes, que promoverá a transição entre concepção e execução, trabalho intelectual e manual, resignificando ambos em suas transferências de conhecimento. O Canteiro Experimental será o local de montagem de peças e

componentes elaborados nas oficinas de materiais. Ali serão testadas, em escala real (1:1), interfaces de materiais, tridimensionalidade e resistência de estruturas e vedações, efetuando-se também as instalações hidráulicas e elétricas etc. O resultado será um objeto construído pronto para uso, a ser testado por estudantes, técnicos e professores e, sempre que possível, destinado à situação concreta que o demandou. O espaço contará com uma ponte rolante para movimentação de peças, que atravessará o setor de oficinas, passará pelo de montagem em canteiro e terminará em uma área de carga e descarga acessível para caminhões. Construções, componentes e objetos pré-fabricados poderão ser embarcados para montagem dentro ou fora do campus, em atividades de extensão e parcerias com órgãos públicos, comunidades e movimentos sociais.

O setor das grandes oficinas contará também com uma **Central Ambiental**. Dela farão parte: um centro de reciclagem de resíduos sólidos (em especial resíduos da construção civil), uma estação de tratamento de efluentes e de compostagem, dispositivos de coleta e reúso de água, dispositivos de captação de energia solar e eólica, uma estação de monitoramento do ar e outra de monitoramento da contaminação do solo. Além dos propósitos didáticos, o objetivo é reduzir a “pegada ecológica” do campus, uma vez que ele permitirá a avaliação de reconversão de áreas industriais, projeto e operação de ambientes educacionais e cidades, sendo permanentemente monitorado. O centro de reciclagem de lixo receberá os resíduos sólidos produzidos no campus, procurando formas de desmontagem, reciclagem, reúso ou destinação controlada do lixo. Ele testará novas possibilidades no tratamento de resíduos e envolverá trabalho dos estudantes de todos os cursos e da incubadora de cooperativas.

Por fim, a antiga fábrica ainda abrigará uma pequena **Oficina Gráfica**, que poderá ser utilizada pelos alunos que se interessem por comunicação visual, produção editorial e experimentação gráfica. Além das máquinas de impressão, a oficina gráfica contará com espaço para produção de silkscreen e estêncil. A gráfica deverá produzir as publicações experimentais do campus e, anualmente, uma edição com o resultado da Exposição e

Fórum anuais de apresentação e debate dos trabalhos e projetos, conforme já mencionado.

Todas as oficinas, o canteiro experimental, as centrais ambientais e a gráfica terão núcleos de pesquisa e extensão associados, tal como ocorre com os escritórios e laboratórios.

### c. Eletivas e certificações de competências

As Unidades Curriculares Obrigatórias Eletivas respondem por aproximadamente 15% da carga horária dos cursos e favorecem a construção de percursos formativos próprios e a autonomia dos estudantes. As eletivas são oferecidas pelo Instituto das Cidades e não pelos cursos, isoladamente. Preferencialmente devem ser ministradas por professores de mais de um curso, garantindo a diversidade de abordagens e a convergência de conhecimentos. São, desse modo, espaço vital no

Projeto Político-Pedagógico e na integração entre estudantes e professores e ainda entre cursos e profissões.

Os estudantes de todos os cursos concorrem para eletivas mediante critérios de seleção definidos no Regimento Interno da ProGrad. As eletivas contam créditos para integralização dos respectivos cursos, como as unidades curriculares fixas.

Em todos os cursos as terças-feiras são majoritariamente livres para eletivas, do 2º ao último semestre. No 1º semestre, pela impossibilidade dos ingressantes ainda optarem por UC em sua matrícula, a terça-feira é o momento para grandes debates sobre as cidades e atividades culturais de integração (teatro, dança, música, filmes, saraus etc.) no Teatro principal do Campus.

A carga horária total das eletivas poderá ser de 30h ou 60h semestrais, com a utilização dos diferentes espaços pedagógicos do Campus (escritórios, laboratórios, oficinas, salas de aula, anfiteatros e teatros, áreas livres etc) e fora do campus.

Linha transversal		Sequência de eletivas com certificação de competências	
		1ª Etapa de implantação	2ª Etapa de Implantação
1	Estado e Políticas Públicas	Políticas e projetos em cidades de pequeno e médio porte	Governança e participação em cidades democráticas
2	Sociedade civil e direito à cidade	Reforma urbana, conflitos fundiários e socioambientais	Políticas e projetos em reabilitação de assentamentos habitacionais
3	Território, trabalho e desenvolvimento	Mobilidade urbana	Desenvolvimento e tecnologias sociais
4	Gestão Ambiental e de Riscos	Prevenção, gestão de riscos urbanos e defesa civil	Economia e tecnologias de baixo carbono
5	Construção, Canteiro e Produto	Cooperativismo, autogestão e economia solidária na construção civil	Renovação e sustentabilidade de edificações e infraestruturas
6	Educação, Saúde e Cultura	Educação e Cultura: identidade e poder popular	Saúde, Esportes e Lazer: inclusão, diversidade e longevidade
7	Tecnologia da Informação, Comunicação e Representação das cidades	Gestão da informação em cidades	Realidade virtual e expandida para cidades

A maior parte das eletivas será agrupada como sequência de formação com certificação específica para as competências adquiridas. Tais sequências estão associadas às linhas transversais convergentes, conforme tabela a seguir.

As sequências escolhidas podem ser cursadas por estudantes de outros campi da Unifesp e também pelo público externo. Para receber a certificação de complementação de estudos na graduação do IC (pela ProGrad), o aluno externo deverá ser portador de diploma de graduação ou estar frequentando um curso de graduação. Não tendo graduação, o estudante poderá frequentar o mesmo curso e receber uma certificação de aperfeiçoamento (pela ProEC). Em ambos os casos, serão ofertadas vagas a mais (no mínimo 10% das vagas regulares), além das vagas remanescentes não ocupadas pelos estudantes de graduação do próprio IC. A seleção de público externo ocorrerá por meio de regulamentação específica.

As sequências são compostas por UCs eletivas que totalizam uma carga horária mínima de 180 horas. Os estudantes que optarem pelas sequências receberão a certificação de competência após a sua conclusão. Os estudantes do IC que preferirem escolhas não sequenciais de eletivas terão registrado em seu histórico escolar o percurso realizado.

Novas certificações ou modificação das existentes poderão ser propostas e aprovadas na Câmara integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão, desde que apresentado planejamento de viabilidade (recursos humanos e infraestrutura). Quando da abertura dos cursos da segunda etapa de implantação (Design, Turismo e Engenharia de Mobilidade e Transportes), igualmente serão abertas novas certificações.

As certificações terão regulamentação específica e estão embasadas na Resolução CNE/CES n.º 1, de 27 de janeiro de 1999.

#### **d. Optativas de fundamentos da educação básica**

O Instituto das Cidades também oferecerá um grupo de atividades optativas de fundamentos da educação básica para os estudantes. Elas ocorrerão

por EaD e/ou à tarde, período com maior disponibilidade de infraestrutura e funcionários, bem como mais acessível a estudantes do matutino e do noturno. As optativas não contam crédito para integralização de curso, mas podem ser registradas como Atividades Complementares.

Todas as optativas são abertas aos estudantes interessados, limitadas pelo número de vagas. Elas iniciam a partir do segundo semestre letivo. Os estudantes podem ser orientados para realizar determinadas optativas ou espontaneamente procurá-las. O processo de matrícula terá regulamentação própria.

#### **e. Exposições e Fóruns anuais**

Ao final de cada ano letivo, todos os temas/problemas enfrentados por todos os cursos em projetos, experimentações concretas e políticas públicas serão expostos em uma semana de debates, na qual avaliar-se-ão a pertinência, contradições e conflitos em torno de cada solução, além da confrontação entre estas, em um Fórum

<b>Quadro de Optativas no período vespertino ou EAD</b>	
<b>1</b>	<b>Redação e interpretação de texto</b>
<b>2</b>	<b>Princípios da matemática e da estatística</b>
<b>3</b>	<b>Geometria e desenho geométrico</b>
<b>4</b>	<b>Artes (desenho, fotografia e modelagem de objetos tridimensionais)</b>
<b>5</b>	<b>Ciências (Física, Química, Biologia)</b>
<b>6</b>	<b>Informática básica</b>
<b>7</b>	<b>Libras</b>
<b>8</b>	<b>Línguas estrangeiras (a definir com o Centro de Línguas da</b>

de discussão sobre as cidades, como exercício de “esfera pública”. Eventualmente, o Fórum poderá optar por realizar debates, dramatizações (como o “teatro fórum”) e votações na escolha de soluções divergentes, simular contextos de tomadas de decisão de governo e de consulta à sociedade, ou ainda realizar uma plenária de orçamento participativo com os projetos ali apresentados. A Exposição, o Fórum e os debates serão abertos a toda a população, que será convidada a opinar e discutir, juntamente com gestores públicos, movimentos sociais, empresas e especialistas de outras universidades, dedicados aos temas em pauta. A montagem de exposições, os debates e o Fórum serão contabilizados para fins de integralização na matriz curricular. O resultado anual da Exposição e do Fórum constituirá material para desenvolvimento de projeto editorial gráfico de todos os cursos.

## f. Memorial e trabalho de conclusão de curso

### Memorial do processo formativo

Todos os estudantes do Instituto das Cidades deverão produzir, ao longo da graduação, desde o primeiro semestre, um MEMORIAL do seu processo formativo, costurando os nexos do seu aprendizado, com apoio de tutor e com debates abertos, finalizando com um documento final que é apresentado junto com o TCC.

Esse tipo de memorial (diário de bordo, diário de obra), com formato livre, é instrumento importante tanto para a avaliação do estudante quanto do próprio curso. Deve ser uma espécie de romance formativo, como passos no processo de tomada de consciência de si e do mundo.

### Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O TCC no Instituto das Cidades deverá agregar as múltiplas experiências formativas do estudante em um trabalho que exprima as potencialidades de um pensador-gestor-construtor de cidades. Ele visa ampliar as condições de formação profissional do aluno por meio da integração dos vários conhecimentos, valores e habilidades/competências apreendidos e construídos ao longo do curso. Diversos

formatos serão permitidos (projetos, planos, trabalhos teóricos, trabalhos práticos, vídeos, construções, protótipos etc.), sempre justificada a relação entre forma-conteúdo e tema-produto. Esperar-se que estes sejam resultantes da experiência de formação baseada na convergência de conhecimentos e análise de contextos e problemas urbanos desafiadores.

O Instituto das Cidades, por meio das linhas interdisciplinares dos Escritórios, Laboratórios e Oficinas (ELO), proporá temas articuladores de TCCs. Em qualquer caso o trabalho em equipes deverá ter ênfases específicas para cada estudante, que será avaliado individualmente, mesmo que parte do trabalho tenha sido desenvolvido coletivamente. O processo poderá envolver orientação individual ou coletiva, ou ambas em momentos diferentes do desenvolvimento do trabalho.

O TCC sintetizará o resultado do processo formativo de cada estudante e seu produto indicará o perfil do profissional que o Instituto está formando – por isso, servirá igualmente como importante momento para avaliação do próprio projeto pedagógico, de cada curso e do IC como um todo.

É recomendado que o processo avaliativo e a banca congreguem três professores, envolvendo pelo menos dois cursos do Instituto e/ou externos, com a seguinte composição: professor orientador, um docente do curso, um docente de outro curso do Instituto e/ou um convidado externo. O convidado externo, pode ser docente ou não, como profissional do setor público, privado ou terceiro setor, ativista de movimentos sociais, de centros de pesquisa, desde que relacionados ao tema.

A apresentação dos TCCs e suas defesas serão consideradas atividades formativas para o restante dos estudantes. Ao final de cada semestre haverá uma exposição de TCCs aberta ao público e com debates sobre o conjunto da produção.

A Unifesp não possui regulamentação única para os TCCs, cabendo a cada curso sua regulamentação específica. As diretrizes que embasam a execução do TCC dos diferentes cursos do IC são:

- O TCC é um trabalho individual e sua realização deverá possibilitar que o aluno concretize, de forma autônoma, crítica e criativa, o conjunto

de experiências realizadas no decorrer de sua formação acadêmica e profissional;

- Dentro das linhas interdisciplinares do IC e por meio do sistema ELO, o estudante fará sua escolha de objeto, no qual também deverá agregar múltiplas experiências formativas de seu percurso acadêmico em um trabalho que exprima potencialidades de um pensador de cidades;
- O tema deverá ser obrigatoriamente relacionado às atribuições e atividades profissionais estabelecidas em lei, bem como a reflexão crítica e histórica sobre estas mesmas atribuições e atividades;
- Diversos formatos serão permitidos (ex: projetos, planos, trabalhos teóricos, trabalhos práticos, vídeos, etc.) sempre justificada a relação entre forma-conteúdo e tema-produto;
- O orientador é de livre escolha do estudante e poderá ser qualquer dos docentes do curso de origem do aluno da Unifesp;
- Espera-se que o TCC apresente resultado relevante e expressivo da experiência de formação baseada na convergência de conhecimentos e análise de contextos e problemas urbanos desafiadores;
- A composição da banca será composta por:
  - Professor orientador;
  - Um docente do curso do estudante;
  - Um docente de outro curso do Instituto das Cidades e/ou um convidado externo.
- A apresentação dos TCCs e suas defesas serão consideradas atividades formativas para o restante dos estudantes, contabilizadas como atividade complementar;
- Ao final de cada semestre haverá uma exposição de TCCs aberta ao público e com debates sobre o conjunto da produção.

O Trabalho de Conclusão de Curso no Instituto das Cidades contará com regimento específico.

## g. Atividades Complementares

As Atividades Acadêmicas Complementares são ao mesmo tempo importantes momentos de ampliação e de experimentação pessoal do repertório dos estudantes, parte da vida universitária em sua dimensão mais ampla, com dimensões culturais, políticas, sociais, de integração e cooperação etc. Também são consideradas Atividades Complementares iniciativas em pesquisa e extensão, seminários e publicações que são computadas como carga horária para fins de integralização do curso. As Atividades Complementares deverão constar no histórico escolar e no currículo do estudante, quando pertinente, demonstrando sua iniciativa em alargar as fronteiras de sua formação.

São Atividades Acadêmicas Complementares previstas no Projeto Político-Pedagógico do Instituto das Cidades:

- Participação em projetos de iniciação científica (PIBIC), iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação (PIBIT), monitoria, educação tutorial (PET), jovens talentos para ciência (JTC) e de iniciação à gestão (BIG) iniciação à docência (PIBID), Laboratórios interdisciplinares de Formação de Educadores (Life) observatório da educação (OBEDUC), Novos Talentos;
- Participação em ações de extensão (programas, projetos, cursos, eventos, bolsas PIBEX etc.) - dentre eles, em projetos relacionados ao escritório modelo, escola de governo, escola de cidadania, incubadora de iniciativas econômicas solidárias observatório de políticas públicas, centro de memória da Zona Leste, jornais e periódicos da Instituição;
- Participação em optativas de fundamentos da educação básica e LIBRAS;
- Participação em atividades culturais na Unifesp e no Campus (teatro, coral, dança, música, vídeo, rádio, webtv etc.);
- Trabalhos desenvolvidos pelos discentes, sob orientação docente, apresentados na Instituição

e/ou externamente, em atividades extra sala de aula e extra disciplina específica, em eventos científicos, exposições ou seminários;

- Trabalhos publicados em periódicos científicos, anais de congressos, livros, capítulos de livros, jornais, revistas, dentre outros;
- Organização de eventos e exposições de relevância acadêmica;
- Participação em centros acadêmicos, representação discente, atléticas, federação de estudantes, encontros estudantis, atividades de integração;
- Ida a eventos externos à Instituição recomendados pelos docentes (exposições, filmes, peças teatrais etc);
- Participação em atividades e competições esportivas representando a Unifesp e os cursos do Instituto das Cidades;
- Participação em atividades voluntárias com comunidades e movimentos sociais;
- Participação em programas de intercâmbio institucional, nacional e/ou internacional;
- Viagens, estudos de campo, imersões e visitas técnicas extracurriculares;
- Participação em Escolas de Verão, workshops e atividades de formação complementares;
- Participação em concursos de projetos, prêmios e exposições;
- Estágios não curriculares relacionados às atividades do IC;
- Outras atividades específicas, desde que previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e no Regulamento de Atividades Complementares.

As Atividades Complementares do Instituto das Cidades terão regulamento próprio. A integra-

lização de créditos dependerá de análise e aprovação de cada comissão de curso.

## h. Programa de intercâmbio e mobilidade estudantil

Em todos os cursos do Instituto, é previsto um intercâmbio (semestre “out”) recomendado (mas opcional), em que os estudantes deverão circular, sempre que possível apoiados com bolsas, por outras instituições, nacionais ou internacionais, e conhecer contextos urbanos e culturais diferentes, alargando seu repertório e ampliando suas hipóteses de entendimento profissional, de pesquisa e ação sobre as cidades.

O intercâmbio é vetado no primeiro e último anos do curso e recomendado nos demais semestres. A duração poderá ser de um ou dois semestres consecutivos. O intercâmbio deverá ocorrer por meio de acordo de cooperação com instituições brasileiras e estrangeiras. As atividades realizadas pelos estudantes nessas instituições deverão ser contabilizadas para a integralização de seu curso na Unifesp, devendo seu reconhecimento ficar a cargo de avaliação da comissão de curso.

O estudante que não fizer o intercâmbio prosseguirá na matriz curricular do Instituto, no seu curso.

O Instituto também irá receber estudantes de outras universidades do país e do exterior, mediante os mesmos acordos de cooperação, integrando-os no ensino, pesquisa e extensão.

Além do intercâmbio, viagens de estudo mais curtas são fundamentais ao longo da graduação, com foco em contextos urbanos diversificados (de grandes metrópoles a vilas em áreas predominantemente rurais, cidades históricas e novos povoados), de preferência na América do Sul.

As viagens obrigatórias serão parcialmente subsidiadas pela Universidade. As viagens optativas (atividades complementares) dependerão de recursos dos estudantes ou captação em projetos e editais específicos.

Viagens e visitas técnicas terão regulamentação específica.

## Programa de mobilidade estudantil da Unifesp

A mobilidade internacional é uma oportunidade de vivência internacional em instituições conceituadas, com as quais Unifesp mantém acordos de cooperação, proporcionando, além de uma formação acadêmica ainda mais sólida aos estudantes, o seu amadurecimento pessoal, cultural e profissional.

A Unifesp dispõe de três modalidades de mobilidade acadêmica internacional para seus estudantes: pelo Programa Ciência sem Fronteiras (com apoio concedido pelo governo federal); pelo Programa Santander Universidades (com apoio concedido pelo próprio banco) e pelos acordos e convênios firmados bilateralmente entre a Unifesp e outras Instituições de Ensino estrangeiras (sem apoio, porém com o respaldo oficial da Unifesp).

Estes programas são abertos aos estudantes de graduação, por meio de editais, onde são publicadas as regras do processo seletivo e a documentação que o aluno precisa apresentar para a Secretaria de Relações Internacionais (SRI). Os Editais são publicados periodicamente nas páginas da SRI e da ProGrad.

Há ainda a possibilidade de o aluno fazer um intercâmbio de maneira autônoma, sem o respaldo da Unifesp (fora dos editais), em alguma instituição estrangeira da sua escolha (quer seja ela conveniada ou não com a Unifesp). Neste caso, ele não precisa se reportar à SRI, mas deverá se comunicar para a Secretaria de Graduação do seu Curso e atender as regras específicas do seu curso e do Regimento Interno da ProGrad.

### i. Programa de Residência em Cidades

Prevê-se no Programa multidisciplinar de Residência em Cidades (PRC) que os estudantes trabalhem com políticas públicas urbanas, em diferentes espaços e com objetivos diversos, enfrentando situações concretas a partir dos aprendizados e experiências proporcionados ao longo de sua formação no IC. O PRC será realizado após a graduação, configurando-se como um dos eixos aglutinadores

das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Deve ser organizado como ação de formação inicial dos futuros profissionais, podendo, ao mesmo tempo, contribuir para a formação continuada de profissionais que já atuam na gestão pública das cidades, por meio de convênios entre a Unifesp e as Prefeituras e Estados interessados. Essa aproximação efetiva da Universidade com as administrações públicas proporciona experiências significativas para a formação teórico-prática dos graduados, articulando formação inicial e continuada, além de propiciar a identificação de problemas consistentes para pesquisas em nível de mestrado e doutorado.

O PRC é um programa diferenciado de estágio opcional após a graduação que tem como propósito promover experiências em gestão e planejamento urbano que propiciem a reflexão crítica e a produção de conhecimentos e tecnologias em situações articuladoras de teoria e prática. São experiências realizadas em grupos de residentes em diferentes órgãos públicos e estruturas administrativas existentes nas cidades. Por um tempo específico, os residentes devem atuar como colaboradores aprendizes, junto a profissionais lotados em diferentes instâncias das administrações públicas, sobre problemas complexos típicos das cidades e da urbanização contemporâneas. Concomitantemente, são supervisionados e orientados pelos docentes do IC. O PRC tem como base o princípio da imersão dos Residentes em ambientes profissionais para o acompanhamento de suas rotinas e desafios cotidianos durante um período determinado.

No que diz respeito à formação dos estudantes do IC, o objetivo do programa é o de proporcionar aprendizagens práticas estimulando, por meio de situação de imersão, a reflexão crítica e a formulação de ações criativas que permitam a resolução, ainda que parcialmente, de problemas como a precariedade das infraestruturas urbanas; a segregação socioespacial e a má qualidade da maior parte dos espaços de moradia e dos equipamentos e serviços públicos; o travamento da mobilidade urbana dirigida pelo favorecimento ao automóvel; a falta crônica de saneamento básico e água potável em determinadas regiões e os problemas de saúde pública; a ocupação irregular de áreas ambientalmente frágeis e a recorrência de catástrofes



ambientais que atingem sobretudo os mais pobres, além de problemas relacionados à promoção da qualidade da educação pública de nível básico e da atuação de seus professores.

A formalização do PRC se dá por meio de Acordos de Cooperação Técnica com municípios, estados e órgãos federais, com instâncias específicas a eles relacionadas, como Secretarias municipais e de estado, Subprefeituras, Procuradorias, Controladorias, Conselhos, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, prevendo-se contrapartidas do IC para atendimento às demandas dessas instâncias, caracterizadas como ações de extensão. As contrapartidas serão promovidas pelo IC no âmbito dos Acordos de Cooperação para a geração de benefícios mútuos para os órgãos públicos e o IC, tais como: assessorias, participação de servidores públicos dos diferentes órgãos e instâncias como alunos especiais ou professores visitantes no IC, cursos de extensão, cursos de especialização, elaboração conjunta de projetos de ação voltados às demandas presentes nas diferentes instâncias e órgãos públicos etc. Com isso, o PRC estabelece também como meta a vinculação entre a formação inicial (universitária) e continuada de profissionais a partir da cooperação mútua das instituições.

O PRC deverá apresentar uma instância de gestão partilhada no âmbito dos acordos de cooperação técnica chamada de “Comitê Gestor do PRC”, que deverá reunir docentes do IC vinculados ao programa e aos escritórios pedagógicos, representantes de residentes e gestores dos órgãos e instâncias participantes do PRC. Esse Comitê terá por finalidade a produção e a regulamentação de orientações complementares ao PRC durante a sua realização, além de participar das decisões que envolvam as contrapartidas do IC e as demandas de formação continuada dos órgãos e instâncias da administração pública. O Comitê Gestor deverá ser parte também das estratégias de aprendizagem da gestão democrática e coletiva das cidades, necessárias à formação dos futuros profissionais do IC, e estratégia de aproximação e consolidação de alianças entre as instâncias da administração pública envolvidas e o IC.

O Programa de Residência em Cidades terá regulamento próprio.

## j. Síntese das práticas convergentes

O Instituto das Cidades considera fundamental a construção e o reconhecimento de identidade e alteridade entre diferentes formações e profissões, desde o princípio da trajetória acadêmica de formação no ensino superior. A existência de possibilidades criativas de organização do trabalho pedagógico promotoras de convergências de conhecimento envolve o reconhecimento de lugares e províncias do conhecimento de onde se fala e observa. Cada formação/profissão percebe o território, a cidade e seus problemas a seu modo, de seu lugar de produção do conhecimento, com identidade já constituída, resultante de tradições epistemológicas do pensamento ocidental e de uma histórica divisão social do trabalho intelectual. Não se pretende negá-las, mas reconhecê-las, confrontá-las e reinterpretá-las. A convergência é, por isso, a procura de confluências e esquinas de encontro do conhecimento, formas de condensar, na construção coletiva do lugar e da cidade, os conhecimentos diversos das diferentes áreas do saber, e também das diferentes experiências de vida e intelectuais de professores, técnicos e estudantes, considerados desde o primeiro dia de aula como sujeitos do seu aprendizado e pesquisadores ativos.

Por isso, não adotamos o modelo de ciclo básico, eixo comum ou de bacharelado interdisciplinar para os dois ou três primeiros anos. Entendemos que tais modelos acabam, tendencialmente, a homogeneizar a formação dos estudantes e, com isso, não colaboram para construir identidades ricas e diversificadas para o diálogo e troca entre áreas do saber e profissões.

Consideramos que a dinâmica fundamental entre identidade e alteridade, diferença e convergência, são elementos fundamentais tanto para os estudantes quanto para os docentes, fortalecendo o compromisso de trabalho coletivo em torno de situações desafiadoras e problemas complexos que exigem múltiplos saberes associados trocando modos de ver, descrever, problematizar, formular e agir em equipes cooperativas.

Desse modo, o diálogo entre profissões ocorre porque há necessidade e interesse comum, há

espaço para a diversidade, para as identidades formativas, há real necessidade de trabalho colaborativo para a resolução de problemas e por isso, interesse pelo outro como complementar a si. Em resumo, esses pontos de encontro e diálogo convergente ocorrem em diferentes momentos e lugares, quase sempre como convite e oportunidade para trabalhar juntos e trocar ideias.

**Entendemos que este modelo de convergência será bem-sucedido porque contamos com:**

- Projeto Político-Pedagógico do Instituto das Cidades desenvolvido ao longo de 3 anos (2013-15), com debates públicos e construção de consensos em diversos níveis, tornando-se forte e legítimo instrumento articulador dos cursos, com objetivos e princípios comuns e organizado em torno de um tema-gerador complexo, relevante e multidimensional;
  - Linhas transversais interdisciplinares como matriz intercurso, favorecendo que docentes estejam tanto vinculados aos colegiados de cursos como a linhas transversais, estimulando projetos comuns;
  - Processo de seleção de professores em interlocução com o PPP do Instituto e seus cursos, com candidatos e bancas cientes do projeto interdisciplinar e dispostos a fortalecê-lo;
  - Primeiro semestre e penúltimo com questões e metodologias comuns (“Cidade Viva, Cidade Inventada” e Escritório Integrado com tema eleito):
    - O primeiro semestre, apesar do tema comum a todos (“Cidade Viva, Cidade Inventada”), é um convite a cada curso apresentar as cidades a seus estudantes conforme o olhar, métodos e questões de cada profissão e área do conhecimento. A exposição final do semestre permitirá um reconhecimento recíproco dessas identidades e saberes e um forte desejo de interlocução e cooperação.
    - Já o penúltimo semestre, altamente integrado entre os cursos, permitirá
- que todos trabalhem em conjunto em projetos e políticas comuns, em mesas de trabalho coletivas, incorporando saberes complementares para resolução de problemas complexos;
- Ao longo dos cursos, núcleos temáticos semestrais para todos os cursos, que organizam a oferta das diversas unidades curriculares, favorecendo o trabalho colaborativo entre docentes, a interdisciplinaridade, a articulação entre teoria e prática, a convergência interna ao curso e o diálogo com outros cursos;
  - Espaços pedagógicos comuns (ELO), por temas convergentes e não por curso;
  - Unidades Curriculares (UCS) comuns do Instituto integrando a matriz de todos os cursos ao longo de todos os semestres e ministradas por professores de mais de um curso;
  - Linhas de pesquisa e pós-graduações temáticas intercurso, começando com um mesmo Programa em Cidades;
  - Programas de extensão comuns a todos os cursos, incluindo convênios e parcerias do instituto com órgãos públicos, ongs, centros de pesquisa, movimentos sociais e setor privado;
  - Terças-feiras reservadas para eletivas do Instituto, com livre escolha dos estudantes, com certificações de competência intercurso;
  - Fóruns anuais, debates e exposições intercurso;
  - Programa de especialização de Residência em Cidades após o fim da graduação;
  - Integração estudantil em espaços de representação, semanas acadêmicas, atividades culturais e complementares, atléticas e clube universitário;
  - Viagens de estudo, programas de intercâmbio e mobilidade estudantil comuns ao Instituto das Cidades;

- Programa de estágio curricular supervisionado com convênios e parceiros comuns a todos os cursos;
- Mesma proposta de memorial de percurso formativo;
- TCC mantendo diálogo entre cursos e estudantes, com avaliação final com bancas mistas intercurros;
- Gestão integrada do Campus como minicidade e Administração-escola, envolvendo TAEs, professores e estudantes em atividades comuns de gestão.

## 8. RELAÇÃO UNIVERSIDADE-SOCIEDADE E SEUS CONSELHOS

O Instituto das Cidades propõe um inovador espaço de interlocução entre Universidade, Sociedade Civil e Setor Público, por meio de Conselhos paritários de diálogo, organizados por temas. Esses espaços de participação são decisivos para uma articulação socialmente referenciada das atividades acadêmicas e os problemas e questões que atingem a vida cotidiana das populações urbanas, em especial na Zona Leste de São Paulo, e as diversas políticas públicas ali implementadas. Os conselhos são de caráter consultivo e permitem um diálogo permanente que promova o que o sociólogo Boaventura de Sousa Santos definiu como “ecologia de saberes” para o entendimento dos grandes problemas das sociedades contemporâneas e, no nosso caso, de suas cidades.

Serão elaborados regimentos específicos para cada um dos Conselhos.

### a. Conselho Estratégico de diálogo Universidade-Sociedade-Setor Público

O Conselho Estratégico tem como missão a interlocução Universidade-Sociedade-Poder Público para a consulta sobre situações-problema e temas geradores de ensino, pesquisa e extensão que tenham relevância acadêmica, social e em políticas públicas no âmbito do Instituto das Cidades e do Campus Zona Leste. O Conselho repercute internamente na universidade temas contemporâneos, estruturantes ou urgentes, temas críticos e situações de crise urbana do momento que exigem pensamento inovador da universidade e da sociedade para seu entendimento e enfrentamento. Este Conselho consultivo propõe convênios e cooperações técnicas, cursos de extensão e extra muros, atividades de universidade aberta e aulas públicas, a serem aprovados pela Congregação do Instituto das Cidades. Igualmente propõe atividades dentro dos Fóruns e Exposições anuais e colabora na sua divulgação e em debates.

Ele será composto por 24 membros, sendo 12 representantes da Universidade; 6 representantes de movimentos sociais (abarcando diversidade de temas de mobilização) e 6 representantes de poder público (abarcando esferas municipais, estaduais e federais).

### b. Conselho de Rede de Escolas em cooperação com o Campus Zona Leste

Esse Conselho tem como missão a interlocução com as diretorias regionais de educação, secretarias municipais de educação, escolas da região, em especial, com as quais o Campus Zona Leste mantém cooperação, estágios e programas de licenciatura e outras atividades vinculadas à formação de professores. Elabora propostas para essa articulação, remetendo para os setores deliberativos específicos do Instituto das Cidades e do Campus Zona Leste as atividades sugeridas.

Ele será composto por 12 membros, sendo 6 representantes da Universidade e 6 representantes da rede de ensino local (municipal e estadual).

### c. Conselho de Atividades Culturais e de Memória do Campus Zona Leste

Esse Conselho tem como missão a interlocução com grupos e instituições culturais e de memória da Zona Leste, com o objetivo de definir atividades, programações, acervos documentais diversos que o Campus Zona Leste pode abrigar, em especial de seus teatros, áreas expositivas e centro de memória da Zona Leste. Elabora propostas para essa articulação, remetendo para os setores deliberativos específicos do Instituto das Cidades e do Campus Zona Leste as atividades sugeridas.

Ele será composto por 12 membros, sendo 6

representantes da Universidade e 6 representantes de movimentos, coletivos e instituições culturais e de memória com atuação na região.

#### **d. Conselho de Atividades Esportivas e de Lazer do Campus Zona Leste**

Esse Conselho tem como missão organizar o uso dos espaços de Esportes e Lazer do Campus Zona Leste, em especial do Clube Universitário, propondo atividades em conjunto com a comunidade local, disponibilizando sua infraestrutura em horários determinados, para jogos, campeonatos e atividades diversas. Elabora propostas para essa articulação, remetendo para os setores deliberativos específicos do Instituto das Cidades e do Campus Zona Leste as atividades sugeridas.

Ele será composto por 12 membros, sendo 6 representantes da Universidade e 6 representantes com atuação na área de esportes na região e órgãos públicos.

#### **e. Conselho de Atividades Econômicas e Desenvolvimento urbano e regional**

Esse Conselho tem como missão a interlocução com a diversidade de agentes econômicos na Zona Leste, empresas, cooperativas, sindicatos, movimentos sociais e órgãos públicos, com o objetivo de definir ações voltadas ao apoio da universidade a atividades econômicas plurais e de desenvolvimento urbano e regional, em especial por meio de incubadoras de empresas e cooperativas populares, cursos de extensão, convênios e parcerias com o setor produtivo. Elabora propostas para essa articulação, remetendo para os setores deliberativos específicos do Instituto das Cidades e do Campus Zona Leste as atividades sugeridas.

Ele será composto por 12 membros, sendo 6 representantes da Universidade e 6 membros que representem a diversidade de atividades econômicas da região e secretaria municipal associada ao tema (trabalho e desenvolvimento).

## 9. COOPERAÇÃO ACADÊMICA NACIONAL E INTERNACIONAL

Em uma área de conhecimento emergente e convergente como cidades e processos de urbanização e metropolização, ações cooperativas com instituições nacionais e internacionais são de vital importância.

Conceitos básicos que norteiam a política de cooperação internacional e nacional:

- **Internacionalização do ensino:** inclui aperfeiçoamento docente e administrativo-funcional, mobilidade de alunos, professores e funcionários, cooperação científica, tecnológica, pedagógica, produção acadêmica compartilhada, dupla diplomação;
- **Internacionalização do campus:** inclui recursos de comunicação multicultural, sistemas de acolhimento, gestão das Relações Internacionais Acadêmicas, eventual criação de centro de línguas e culturas estrangeiras (pode incluir parcerias com os centros de línguas binacionais e representações diplomáticas estrangeiras), eventual implementação de moradia para estudantes, professores, funcionários visitantes.

O Instituto das Cidades deverá formalizar acordos de cooperação acadêmica e mobilidade com outros institutos, universidades e centros afins no Brasil e no Exterior. Deverá se consolidar com um centro de referência regional na América do Sul para compor redes internacionais de pesquisa e ensino na área. Outros Institutos e Programas com projetos pedagógicos interdisciplinares em Cidades e Canteiros Experimentais, como referência para possíveis ações de cooperação:

### Nacionais

- Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território (ILATIT) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Link: [www.unila.edu.br](http://www.unila.edu.br)

- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Link: [www.ippur.ufrj.br](http://www.ippur.ufrj.br)
- Centro de Estudos da Metrópole (CEM), FFLCH-USP e Cebrap, em São Paulo. Link: [www.fflch.usp.br/centrodametropole/](http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/)
- Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC (UFABC), com cursos de Planejamento Territorial e Engenharia Ambiental e Urbana. Link: [www.ufabc.edu.br](http://www.ufabc.edu.br)

### Internacionais

- Instituto Indiano para os Assentamentos Humanos (Indian Institute for Human Settlements) IIHS. Link: [www.iihs.co.in](http://www.iihs.co.in)
- Centro Africano para as Cidades na Universidade da Cidade do Cabo na África do Sul (African Centre for Cities, University of Cape Town). Link: [www.africancentreforcities.net](http://www.africancentreforcities.net)
- Instituto de Estudos Urbanos da Universidade Nacional da Colômbia, em Bogotá. Link: <http://www.institutodeestudiosurbanos.info/>
- Centro de Pesquisas e Políticas Urbanas (CURP) da Universidade de Columbia, Nova York, EUA. Link: <http://www.columbia.edu/cu/curp/>
- Programa de Cidades da Escola de Economia de Londres (London School of Economics LSE - Cities Programme). Link: [www.lse.ac.uk/LSECities](http://www.lse.ac.uk/LSECities)
- Unidade de Desenvolvimento e Planejamento. Escola Bartlett da Universidade de Londres (Development Planning Unit DPU. The Bartlett School - University College London-UCL). Link: [www.bartlett.ucl.ac.uk](http://www.bartlett.ucl.ac.uk)
- Instituto de altos estudos em desenvolvimento e ordenamento do território na Europa (IHEDATE). <http://www.ihedate.org>

- Grandes Ateliês da França (Les Grands Ateliers-Innovation, Architecture, Ingénierie, Art, Isle d'Abeau, Lyon) Link: [www.lesgrandsateliers.org](http://www.lesgrandsateliers.org)
- Programa de Transportes do MIT integrado com suas escolas de Engenharia, Arquitetura e Administração (EUA). Link: <http://transportation.mit.edu/>
- Urban and Rural Studios, College of Architecture, Design and Construction, Auburn University (Alabama, USA). Link: <http://cadc.auburn.edu/>
- Centro de estudos urbanos e comunitários da Universidade de Toronto, Canadá. Link: <http://www.urbancentre.utoronto.ca>
- Global Cities Institute, Toronto, Canadá. Link: <http://www.globalcitiesinstitute.org>
- The City Institute - York University. Link: <http://www.yorku.ca/city/>

## 10. AUTONOMIA ESTUDANTIL, REPRESENTAÇÃO E PROTAGONISMO

O Instituto das Cidades tem como objetivo estimular a autonomia, o protagonismo e pensamento crítico do estudante, assim como a capacidade de definir sua trajetória ao longo do curso, elegendo áreas de interesse, com consciência do percurso formativo, na escolha de atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão), atividades complementares, estágio, intercâmbio e representação discente, tornando-se sujeito ativo na sua formação, desde o primeiro semestre até o trabalho de conclusão de curso.

Neste sentido, é fundamental que os estudantes tenham oportunidade de desenvolver a autonomia de aprendizado e sejam capazes de manter um processo reflexivo sobre o próprio percurso formativo, tendo consciência da relevância e atualidade dos temas no contexto da realidade brasileira, dos diferentes métodos de abordagem e investigação, das contradições e dimensões históricas, das opções de caminhos críticos, prospectivos e projetuais. Após o primeiro semestre de acolhimento, apresentação de cada curso e da nova fase de formação que se apresenta com a vida universitária, a cada novo semestre serão abertas novas possibilidades de percursos, eletivas e atividades complementares, além das escolhas em opções de intercâmbio e estágio – de modo a que o estudante possa progressivamente tornar-se sujeito de seu aprendizado.

As ocupações de mais de 200 escolas estaduais em São Paulo no segundo semestre de 2015 por estudantes mobilizados contra a reorganização institucional e do ensino propostas unilateralmente pelo governo do Estado relembrou que os estudantes não são objeto do sistema de ensino, mas sujeitos dotados de opinião, capacidade de mobilização e transformação do status quo. É nesse espírito que o Campus Zona Leste da Unifesp reconhece e propõe o diálogo com um perfil de estudante capaz de construir espaços, relações e contextos de ensino em conjunto com os demais sujeitos do seu processo formativo, individual e coletivo.

### a. Práticas emancipatórias de conhecimento

Na formação tradicional universitária prevalece uma concepção de ensino como um conjunto de técnicas para “transmitir conhecimento”, com o professor como figura central que “nutre” ou “alimenta” o aluno (“àquele para qual falta luz”). Nas formulações de Paulo Freire, ou em proposições contemporâneas, como lembra o professor e designer Gui Bonsiepe, deve-se quebrar este paradigma do *estudante-espectador*, tão fortemente enraizado, em favor do *estudante-sujeito*, do seu processo de aprendizado, na leitura e transformação do mundo. O conjunto dos estudantes passa a estar no centro do aprendizado, distanciando-se da imagem tradicional e hierárquica do professor protagonista. Não é o caso de inverter o polo de dominação, como chega a ocorrer no ensino privado, em que o estudante como cliente-consumidor passa a ver o docente como mero prestador de serviço e o aprendizado como uma mercadoria. O que se pretende é construir práticas de diálogo, cooperação e reciprocidade na ação formativa, reconhecendo diferentes papéis e posições para que a relação ensino-aprendizagem se constitua como exercício de liberdade e emancipação e não de opressão e dominação.

Esta revisão radical da concepção de ensinar e aprender, iniciada há mais de meio século ainda é pouco implementada nos ambientes escolares e, sobretudo, universitários. Quais contextos de aprendizado e ações educativas são as adequadas para a construção da autonomia estudantil e não de subordinação, ajustamento e mimetismo? Saber discernir, enunciar, romper o senso comum, captar as contradições e ter autoconfiança para propor, de forma livre e criativa, e indicar a transformação no mundo real - são caminhos que o Instituto das Cidades pretende proporcionar aos seus estudantes e a toda a comunidade acadêmica.

A virada informacional e epistemológica da era



digital também traz desafios e favorece uma redefinição dos papéis entre professores e estudantes, desde que cientes que as novas tecnologias não são neutras e mantêm heteronomias na relação programadores e programados, exigindo da ação educativa redobrada atenção e visão crítica para estimular capacidades de reprogramação e construção de práticas e plataformas colaborativas mais autônomas. Inegável, contudo, que o desenvolvimento das tecnologias digitais facilitou enormemente o acesso a todos os tipos e ofertas de informação. O “saber” já não consiste mais em acumular dados (e muito menos memorizá-los), mas sim na inteligência de selecioná-los, problematizá-los e procurar as relações com o contexto real e suas dinâmicas. Isso requer uma mudança de abordagem, a partir de situações-desafiadoras, palavras e temas geradores que partem da realidade concreta e vivida em direção à concebida e imaginada (movimento imanente do pensar-transformando, que tem afinidade com a tradição do ensino nas profissões mais projetuais previstas no Instituto). Significa uma ruptura com a forma tradicional da didática universitária, porque o estudante não aprende por assimilação de conhecimento e informações proporcionadas pelo professor, mas aprende mediante coparticipação na produção de conhecimento e na resolução de situações concretas, de preferência em grupo, em colaboração com estudantes de outras carreiras ou populações com quem dialoga em seus projetos.

Hoje, conhecimentos são adquiridos dinamicamente quando se enfrentam casos e problemas concretos. A vantagem de motivar os estudantes, quando participam de situações concretas, é que interpretem o processo de aprendizagem como exercícios sobre casos reais em que são sujeitos e protagonistas na sua resolução (mesmo que em escala restrita e experimental). No aprendizado por temas, casos e problemas os estudantes podem e devem ser proponentes na escolha das situações de aprendizado em conjunto com seus professores. Não é o docente sozinho quem, necessariamente, determina o problema previamente, pois o estudante é considerado ator com repertório intelectual próprio, que ajuda a formular o tema gerador do aprendizado a partir de sua experiência individual e coletiva, condição social, carga emocional e subjetiva.

Além disso, em contextos propícios que devem ser estimulados progressivamente, os estudantes podem ensinar-se mutuamente, como ação comunicativa, produtiva e cooperativa direta e horizontal, não apenas sob forma de monitoria pedagógica. Se na era de acesso restrito à informação o docente antes sabia mais que os estudantes em quase todos os assuntos, hoje nem sempre é assim. Por isso, a visão contemporânea do docente deve ser menos conteudista e mais processual, menos hierárquica e mais orientadora. O professor deverá atuar como um articulador, mediador e tutor/instrutor (*coach*), que colabora para que a realidade vivida e percebida pelos estudantes seja pensada-refletida-transformada (os estudantes não sabiam que já sabiam, muitas vezes). Deve-se estimular no estudante autoconfiança, atitude, vontade, curiosidade, inventividade, cooperação, espírito crítico e empatia. Abandona-se o conceito de professor como centro do ensino, o estudante torna-se progressivamente o protagonista do seu processo autoconsciente e determinado de aprendizagem e descoberta do mundo, como *ser-histórico*, nos termos de Paulo Freire, capaz de conhecer a si mesmo, a realidade que o cerca para transformar ambos.

De outro modo, cabe à ação educativa emancipadora conseguir ampliar a capacidade de reflexão crítica sobre a realidade e estimular a reflexão sobre bases e valores (ver capítulo 4) que não são hoje hegemônicos, numa sociedade em que predomina a desigualdade, a repressão, a injustiça e a predação. Construir sentidos de ética, justiça, respeito, solidariedade, sustentabilidade entre outros é parte de um esforço coletivo em superar o senso comum e as “regras do jogo” competitivo capitalista, individualista, de sobrevivência e acumulação, em busca de formas mais avançadas de organização social, democráticas e permeáveis às questões que afligem o povo brasileiro.

Ainda no que se refere à proatividade estudantil, são previstas atividades semanais de envolvimento dos estudantes, técnicos e professores com o cuidado com o espaço acadêmico, em atividades de organização, limpeza, manutenção, agricultura urbana, jardinagem e plantio de árvores etc. Esse tipo de formação e senso de responsabilidade no cuidado com o espaço de ensino é comum

em escolas escandinavas e orientais e deve ser mais estimulado no Brasil. Isso não significa a supressão dos trabalhadores contratados envolvidos nessas tarefas, mas no seu reconhecimento como parte da comunidade acadêmica. Em momentos pré-definidos, cada curso irá organizar em rodízio brigadas de mutirão e de apoio aos serviços de manutenção do Campus, em diálogo com trabalhadores que estão à frente desses serviços, apoiando-os, conhecendo-os e a seus instrumentos e processos de trabalho, reconhecendo sua importância e envolvendo-os, igualmente, em atividades formativas da Universidade.

Somadas aos momentos de trabalho em canteiro, oficinas e demais campos de aprendizado prático, em que a dimensão do fazer é dominante, tais oportunidades constituem elemento importante para o estudante vivenciar no ambiente universitário não apenas a formação teórica conceitual mas igualmente a que envolve mobilização coletiva e esforço em tarefas construtivas e práticas curriculares e junto aos trabalhadores que cuidam do cotidiano da universidade - como exercício experimental de gestão de um território especial, essa mini cidade que é um Campus universitário.

## b. Representação estudantil

Do ponto de vista da representação estudantil, é estimulado que os estudantes que assim desejarem possam participar dos centros acadêmicos, atléticas e como representantes discentes nas diversas instâncias do Instituto, da Unifesp e interuniversitárias. Deverá ser previsto em regimento as condições de representação e para o abono de faltas em razão de participação em atividades de representação institucional dos estudantes.

Cada curso poderá ter um centro acadêmico e uma atlética e o conjunto dos cursos do Instituto das Cidades deverá ter um diretório local dos estudantes. Os centros acadêmicos, as atléticas e o diretório terão espaço previsto no Instituto das Cidades em área de fácil acesso e visibilidade, liberdade e autonomia para propor debates, fóruns publicações, exposições, jogos, competições etc. utilizando

os espaços universitários, desde que previamente agendados. O Campus e suas edificações são planejados para acolher, sempre que possível, as atividades e encontros estudantis, inclusive encontros nacionais e internacionais, escolas de verão, atividades culturais e complementares.

Cada C.A. e o Diretório deverão ter regimento próprio, eleições regulares e terão oficialmente no calendário letivo o direito de ser proponente de atividades de formação durante uma semana de cada ano (Semana de XXX) e assembleias anuais, com suspensão de aulas em dias previamente agendados nos cursos respectivos.

## c. Autonomia e protagonismo

Os estudantes são sujeitos e protagonistas do seu processo de aprendizado em diversos momentos e aspectos elencados a seguir:

- Na postura ativa nas Unidades Curriculares, na definição conjunta de temas e problemas de ensino-aprendizagem, práticas e metodologias para resolução de casos reais, como apresentado no projeto político-pedagógico;
- Na escolha de atividades de pesquisa na graduação, iniciação científica e demais ações de integração entre ensino e produção de conhecimento;
- No engajamento em atividades, projetos e programas de extensão universitária oferecidos no Instituto das Cidades, tornando-se igualmente sujeito ativo e coproponente;
- Na escolha de UCs eletivas e suas sequencias para formação de determinadas competências complementares à carreira pretendida;
- Na escolha de optativas de fundamentos da educação básica para suprir lacunas na formação no ensino médio;
- Na organização do Fórum e exposição anuais do conjunto da produção do Instituto das Cidades

com agenda de atividades e debates relacionados;

- Na proposição de atividades complementares e culturais, exposições, concursos, debates, dentro e fora do Instituto;
- Na escolha de realizar (ou não), em qual local e momento, o intercâmbio nacional e internacional ao longo da graduação;
- Na escolha de locais de estágio curricular programado como iniciação à formação profissional;
- Na escolha do formato do Memorial do Processo Formativo;
- Na definição do seu tema, orientador e formato de Trabalho de Conclusão de Curso;
- Na participação nos Fóruns de avaliação e revisão curricular do Instituto das Cidades;
- Na organização das ações de apoio aos demais trabalhadores do Campus no cuidado com seu espaço educacional e sua transformação coletiva;
- Na participação em centros acadêmicos, atléticas e representações discentes, em suas atividades e encontros (locais, nacionais e internacionais);
- Na eleição para representantes discentes, para diretor acadêmico do campus e para reitor.

Sobre as políticas de Apoio ao Estudante, Permanência, Editais e Bolsas.

## 11. APOIO AO DISCENTE

### a. Programas e Ações da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

(obs.: vigentes em 2015, sujeitas a alterações)

- **Núcleos de Apoio ao Estudante (NAEs).** Em cada campus da Unifesp há uma equipe formada por profissionais das áreas de serviço social, educação e saúde que compõem o NAE. O NAE está vinculado à PRAE e a Direção do Campus e tem como objetivos principais: Contribuir para as Políticas de Permanência estudantil; Executar e contribuir para as políticas de apoio aos(às) estudantes; Contribuir para o desenvolvimento acadêmico, visando uma formação integral e de qualidade; Participar, apoiar ou acompanhar projetos vinculados aos(às) estudantes junto à PRAE.
- **Serviço de Saúde do Corpo Discente (SSCD).** É um Serviço criado para receber estudantes de todos os Campi que necessitem de atendimento médico especializado e que não seja coberto pelos serviços de saúde do município no qual se encontra o Campus do(a) estudante. São atendimentos em diversas especialidades: odontologia, ginecologia, ortopedia, psiquiatria, nefrologia, cirurgia vascular, urologia, dermatologia, otorrinolaringologia e endocrinologia. Conta também com apoio de serviço de enfermagem. Este serviço não pode ser considerado um substituto para os serviços de seu município e nem pode ser tratado como um “plano de saúde” da Unifesp.
- **Restaurantes Universitários.** Em todos os Campi da Unifesp existem Restaurantes Universitários. Neles a comunidade acadêmica pode realizar suas refeições balanceadas (almoço e jantar) com o preço subsidiado. Ou seja, o valor é fixo e bem abaixo do preço da refeição. O(a) estudante paga o preço fixo e a PRAE complementa.
- **PAPE – Programa de Auxílio para o(a) Estudante.** É um dos programas que compõem a Política de Permanência Estudantil da Unifesp. Ele tem como objetivo criar condições de acesso, aproveitamento e permanência plenos da formação acadêmica aos(às) estudantes que apresentem perfil de vulnerabilidade socioeconômica através da concessão de auxílios. A análise para concessão dos auxílios é realizada pela assistente social do NAE de cada campus por meio de um estudo para identificar o perfil do(a) estudante que pode ser classificado como:
  - Perfil I: caracteriza situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica;
  - Perfil II: caracteriza situação de alta vulnerabilidade socioeconômica;
  - Perfil III: caracteriza situação de média vulnerabilidade socioeconômica;
  - Perfil IV: caracteriza situação de baixa vulnerabilidade socioeconômica;
  - Perfil V: caracteriza situação de vulnerabilidade financeira, ou seja, apenas atende ao perfil de renda estabelecido pelo PNAES sem apresentar outros indicadores sociais (perfil não prioritário).
- **PBP - Programa de Bolsa Permanência.** É um programa do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. O recurso é pago diretamente ao(à) estudante de graduação por meio de um cartão de benefício. Este programa somente atende estudantes de cursos com 05 ou mais horas diárias de aula. Os(as) demais estudantes não contemplados por este critério podem solicitar os auxílios do PAPE, conforme as normas deste programa.
- **Atenção à Saúde Física e Mental Acolhimento em Saúde.** Entrar na universidade é um momento de mudanças intensas na vida do(a) estudante. Muitas questões novas se colocam: como estudar, onde morar, com quem contar, onde ir, o que fazer com tudo o que aprendi e não funciona mais nesse novo lugar? Essas, entre outras questões, podem nos levar a caminhos diferentes; por um lado, podemos ficar mais frágeis e todo esse processo se tornar mais

difícil ou podemos nos tornar mais potentes e todas essas questões podem nos impulsionar na nossa vida acadêmica. Em ambas situações é importante saber que temos na universidade uma equipe de profissionais abertos a acolher e ajudar os estudantes a encaminhar as questões que emergem nesse momento, assim como nos demais momentos do ciclo de formação. As ações desenvolvidas nos NAEs são baseadas nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e contam com o acolhimento de demandas do(a) estudante e do contexto universitário de modo a encaminhá-las para as unidades de atenção (internas e externas) de acordo com cada especificidade. Além do acolhimento, a política de atenção em saúde trabalha a partir de eixos (alimentação, sexualidade, atividade física, cultura, lazer, pertencimento, articulação e mobilização) que organizam as ações desenvolvidas junto aos(as) estudantes da universidade. Essa organização considera as dimensões mais sensíveis ao ciclo de vida universitário e permite a ampliação de temas de acordo com as possibilidades e necessidades tanto da universidade quanto dos(as) estudantes.

- **Rede Procultura Unifesp.** Tem como objetivo mapear e auxiliar as atividades culturais no âmbito das ações da Coordenadoria de Cultura, Atividade Física e Lazer da PRAE.
- **BIG - Bolsas Iniciação à Gestão.** O Programa BIG atribui bolsas e tem como objetivo oferecer ao(à) estudante espaços e condições para a iniciação e desenvolvimento de atividades que promovam aprimoramento de suas futuras habilidades profissionais. Este programa tem uma natureza ao mesmo tempo acadêmica e profissionalizante, no que diz respeito ao processo de formação e vivência universitária em setores relacionados à gestão educacional, institucional e social. Nele, podem concorrer projetos de servidores da Universidade. O Programa BIG PRAE atribui bolsas e tem como objetivo potencializar as ações de permanência estudantil, trabalhando junto com estudantes bolsistas em atividades que promovam a criação, o acompanhamento e aprimoramento de políticas institucionais sobre esse assunto em cada *campi* da Unifesp. Nele, os(as) bolsistas trabalham em projetos desenvolvidos pelas equipes dos NAE e SSCD e Coordenadorias da PRAE.
- **Promisae - Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior.** Tem o objetivo de fomentar a cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e os países com os quais mantém acordos – em especial os africanos – nas áreas de educação e cultura. O projeto oferece apoio financeiro de R\$ 622,00 (valor em 2015) para alunos(as) estrangeiros(as) participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), regularmente matriculados(as) em cursos de graduação em instituições federais de educação superior. O auxílio visa cooperar para a manutenção dos(as) estudantes durante o curso, já que muitos(as) vêm de países pobres.
- **Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir).** Propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (IFES). O Incluir tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas IFES, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação. Desde 2005, o programa lança editais com a finalidade de apoiar projetos de criação ou reestruturação desses núcleos nas IFES. Os núcleos melhoram o acesso das pessoas com deficiência a todos os espaços, ambientes, ações e processos desenvolvidos na instituição, buscando integrar e articular as demais atividades para a inclusão educacional e social dessas pessoas.
- **Auxílio a transportes para atividades complementares.** As atividades complementares visam promover a sociabilização, o estímulo da criatividade e a autoestima dos(as) estudantes da Unifesp. Durante o ano você pode solicitar transporte coletivo, destinado a apoiar sua participação em eventos de caráter

político, didático-pedagógico, cultural ou esportivo.

- **Procultura Estudantil e Proesporte Estudantil.** Os editais constituem parte da política da Coordenadoria de Cultura, Atividade Física e Lazer e tem como objetivo dar apoio financeiro a projetos nas áreas de cultura e esporte.

## b. Programas e Ações da Pró-Reitoria de Graduação

(obs.: vigentes em 2015, sujeitas a alterações)

- **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC.** É voltado para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação do ensino superior, visando contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa, para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional, para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação, incentivar as instituições à formulação de uma política de iniciação científica, possibilitar maior interação entre a graduação e a pós-graduação, qualificar alunos para os programas de pós-graduação, estimular pesquisadores produtivos a envolverem estudantes de graduação nas atividades científica, tecnológica, profissional e artístico-cultural e proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa.
- **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC nas Ações Afirmativas (PIBIC-AF).** É uma ação que tem como missão complementar as ações afirmativas já existentes nas universidades. Seu objetivo é oferecer aos alunos beneficiários dessas políticas a possibilidade de participação em atividades acadêmicas de iniciação científica. Este Programa está inserido no PIBIC e é resultado de uma parceria entre a Subsecretaria de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SUBPAA / SEPPIR-PR e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência e Tecnologia – CNPq / MCT.
- **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID Unifesp.** Tem por finalidade apoiar a iniciação à docência de estudantes de licenciatura visando aprimorar a formação, valorizar o magistério e contribuir para a elevação do padrão de qualidade da educação básica.
- **Programa de Monitoria.** Visa contribuir para a melhoria da qualidade dos cursos de graduação,

promover cooperação entre professores e alunos e estimular a iniciação à docência.

- **Programa Jovens Talentos.** Visa capacitar o aluno recém ingresso na Universidade, selecionado por prova de conhecimento gerais específico elaborado pela CAPES e CNPq, para desenvolverem após um ano, Programas de Iniciação Científica (PIBIC/PIBITI/PIBIF-Af), PIBID ou Ciência sem Fronteiras.
- **Programa de Educação Tutorial (PET).** É uma política do Ministério da Educação que foi criada para apoiar atividades acadêmicas que integrem ensino, pesquisa e extensão. A partir de editais específicos, são formados grupos tutoriais de aprendizagem que possibilitam a realização de atividades extracurriculares complementares à formação acadêmica do graduando de acordo com o plano de desenvolvimento institucional e do projeto pedagógico da graduação. Cada grupo PET é formado por um docente tutor e por estudantes, que recebem apoio financeiro para o desenvolvimento de suas atividades do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
- **Programa de Aperfeiçoamento Didático (PAD).** É uma política institucional de formação de professores para o ensino superior, caracterizando-se como espaço de aprendizagem sobre o magistério superior na perspectiva de dialogar com a formação docente universitária inicial e permanente de mestrandos e doutorandos. O PAD abrange os estudantes de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* de mestrado ou doutorado. Parte-se do princípio de que o preparo para a função docente não significa apenas a instrumentação técnica, mas também uma reflexão crítica desta prática e da realidade onde esta se realiza.

## 12. GESTÃO ACADÊMICA DO INSTITUTO DAS CIDADES

### a. Gestão Acadêmica do Instituto das Cidades

O Instituto das Cidades será uma Unidade Universitária situada geograficamente no Campus Zona Leste e estará articulada academicamente às demais Unidades Universitárias da Unifesp, fomentando maior integração entre as diferentes áreas de conhecimento, podendo, por exemplo, propor a instalação de unidades avançadas em outros campi, bem como abrigar unidades avançadas sugeridas por outros campi.

O modelo de convergência de conhecimento presente no Instituto das Cidades (ver capítulo 9) está relacionado à compreensão de que os problemas territoriais das cidades e demais assentamentos humanos são essencialmente interdisciplinares. Toma por base um movimento duplo, que simultaneamente conjuga a especificidade e o aprofundamento das disciplinas “tradicionais” e, de outro lado, beneficia e fomenta estratégias de reflexão e ação que buscam extrapolar as fronteiras disciplinares. Com isso, para além da convergência dos vários campos de conhecimentos em torno do tema Cidades, os processos de ensino-aprendizagem e de intervenção presentes no IC estarão fundamentados no trabalho colaborativo e na formação de redes de investigação científica e social que levem a soluções inovadoras, socialmente referenciadas, que visem à promoção e à consolidação dos direitos da cidadania.

**Assim, o Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades e de seus cursos necessita, entre outros fatores, de uma mudança radical na organização acadêmica tradicional.** Entendendo por tradicional o modelo que se consolidou com a reforma universitária imposta pela ditadura militar, baseada em departamentos estanques por áreas de conhecimento ou grupo de disciplinas e órgãos de apoio estanques que se constituíram ao longo do tempo em barreiras às iniciativas interdisciplinares e à renovação dos paradigmas de ensino. Se o departamento representou efetivos

avanços na organização e especialização de áreas de conhecimento da universidade em relação ao modelo anterior de cátedras, ele já é conceitualmente superado em novos paradigmas de ensino convergente, mais flexíveis e com maior capacidade de interagir.

**A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, abriu a possibilidade de diferentes modalidades de estruturação universitária e de organização das unidades acadêmicas, mas que tem sido pouco exploradas.** Ainda prevalece a forma-departamento na maior parte das instituições públicas, muitas vezes representando uma instância cartorial e paroquial que resulta na diminuição da importância da efetividade das atividades fins da universidade.

A construção da interdisciplinaridade como fundamento do PPP do IC, que se centra mais em abordagens temáticas do que disciplinares, requer a construção de uma organização acadêmica inovadora que favoreça e incentive a permanente e necessária interlocução entre os cursos, docentes e estudantes. Neste sentido os cursos deverão ser mais flexíveis para permitir uma forte interação entre áreas do conhecimento, sem a necessidade de Departamentos, com a adoção de formas de coordenação e organização didático pedagógica representativas, estruturadas pela Congregação do Instituto, sua Câmara Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão e Colegiados de cursos e linhas interdisciplinares (ver quadro com organograma a seguir).

Com isso, os futuros docentes, técnicos e estudantes do Instituto das Cidades precisarão estar comprometidos com a sua missão e formato inovadores. O estímulo ao livre debate e entrecruzamento de ideias, aos conhecimentos prévios e ao trabalho colaborativo é ambiente imprescindível para fomentar o modelo de convergência de conhecimento aqui proposto. Um ambiente que deve promover a consciência do futuro profissional/pesquisador sobre as fronteiras disciplinares e sua transcendência, com uma base integrada, profunda e ampla de conhecimentos, para que possa entender, com múltiplas perspectivas, as



questões complexas e conflituosas do dia a dia das cidades e tratá-las de forma crítica, criativa, colaborativa e fundamentada.

Dada a ausência de Departamentos no Instituto das Cidades, as Unidades Acadêmicas são os Cursos e as Linhas interdisciplinares. O Regimento da Unifesp prevê que a Unidade Acadêmica não necessariamente precisa ser um Departamento, podendo ser outra unidade “equivalente” que “congregue professores e técnicos administrativos em educação com objetivos comuns” (Art. 13 do Regimento Geral, 2011), incluindo representação discente.

Para que os cursos não mimetizem a estrutura departamental convencional, eles são complementados transversalmente por linhas interdisciplinares (ver capítulo 4). O objetivo destas Linhas, com já mencionado, é estimular a convergência em temas de ensino, pesquisa e extensão, metodologias, processos de ensino-aprendizagem na graduação e pós-graduação. Todos os cursos terão representantes em todas as linhas temáticas e vice-versa, de modo a garantir a integração e o diálogo interdisciplinar. **Todos os docentes farão parte, ao menos, de um colegiado de curso e de um colegiado temático da linha.** Todas as Unidades Curriculares devem estar associadas a uma linha e a um ou mais cursos, constituindo uma rede matricial.

Além disso, **outra inovação do Instituto das Cidades é a integração das Câmaras** de Graduação, Pesquisa e Extensão numa única Câmara, fortalecendo a interdisciplinaridade e a indissociabilidade do seu Projeto Político Pedagógico – e detalhada a seguir.

Do ponto de vista da gestão de espaço pedagógicos é proposta uma coordenadoria específica, uma vez que alocação de espaços e equipamentos e sua manutenção adequada são problemas crônicos na universidade. A diversidade de espaços pedagógicos, em especial do sistema Escritórios-Laboratórios-Oficinas (ELO), exige uma dedicação importante da administração do campus para a distribuição, operação e manutenção desses espaços. Para esse fim é estabelecida uma coordenadoria de **Gestão de Espaços Pedagógicos** (GEP), formada por TAEs. Tal coordenadoria atua de forma integrada com divisões administrativas do campus na área de compras, infraestrutura, serviços etc.

No Instituto das Cidades, nenhum espaço pedagógico é de gestão ou uso exclusivo de um Curso, Linha ou professor. Todos os espaços pedagógicos do Campus são públicos, coletivos e vinculados diretamente ao Instituto. Deliberações sobre sua destinação, uso, operação, manutenção, reforma etc., são tomadas pelas instâncias colegiadas do Instituto, como a Congregação e a Câmara Integrada, e executadas pela GEP.

Em resumo, o Instituto das Cidades terá uma Congregação, uma Direção, uma Câmara Integrada, Coordenações e colegiados de Linhas interdisciplinares, Colegiados e Coordenações de Cursos, Secretaria de Cursos, Comissões de Cursos e Núcleo Docente Estruturante (NDE) por curso. Assim resumimos suas atribuições, que serão detalhadas em regimentos específicos, alinhados com o estatuto e regimento da Unifesp.

## Instâncias de Gestão Acadêmica do Instituto das Cidades

- A **Congregação** é o órgão máximo do Instituto das Cidades e tem a atribuição de debater e deliberar a respeito das diversas iniciativas acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão propostas pelas demais instâncias a ela subordinadas e elencadas a seguir. Deve analisar e aprovar propostas de novos cursos, projetos e programas, bem como a revisão dos projetos políticos pedagógicos dos cursos atuais, avaliando sua coerência e compromisso com o fortalecimento dos objetivos e princípios do Instituto, sua convergência temática e ênfase interdisciplinar – remetendo posteriormente tais deliberações para análise e aprovação dos Conselhos Centrais, conforme fluxo estabelecido pelo PDI/Unifesp. A Congregação do IC assume as funções de Conselho de Campus até o momento em que sejam desmembrados. Será composta por membros eleitos e natos, conforme estatuto e regimento da Unifesp.
- O **Diretor e Vice-Diretor** do Instituto das Cidades são eleitos e tem mandatos de quatro anos, com as funções executivas de implementação

das deliberações da Congregação, bem como representação do IC nos Conselhos Centrais. A Direção coordena os trabalhos do seu gabinete, da Secretaria Acadêmica, das Secretarias da três câmaras com sessão unificada, da Coordenadoria de Gestão de Espaços Físicos, entre outros. A Direção do Instituto assume as funções de Direção do Campus até o momento em que sejam desmembradas, orientando, assim, a Direção Administrativa e seus respectivos setores e divisões (ver capítulo 17 e organograma respectivo).

- A **três câmaras com sessão unificada de Ensino, Pesquisa e Extensão** é um órgão consultivo da Congregação que propõe, planeja e coordena as políticas e as ações acadêmicas do Instituto, levando propostas à Congregação para deliberação. A Câmara tem autonomia para deliberar apenas em encaminhamentos da gestão rotineira do Instituto, a serem detalhadas em regulamento próprio, e distribuir ações executivas diretamente para as **Secretarias da Câmara**, específicas para ensino, extensão e pesquisa.
- A **Coordenadoria de Gestão de Espaços Pedagógicos** tem como objetivo deixar em condições adequadas e em segurança todas as salas e equipamentos pedagógicos do campus e realizar a alocação semestral dos espaços. Para tanto, esta coordenadoria não tem autonomia deliberativa e remete a decisão de alocação de espaços à três câmaras com sessão unificada de ensino, pesquisa e extensão, da qual o coordenador de GEP participa, e à Congregação, quando necessário.

### Instâncias de gestão das Linhas Interdisciplinares

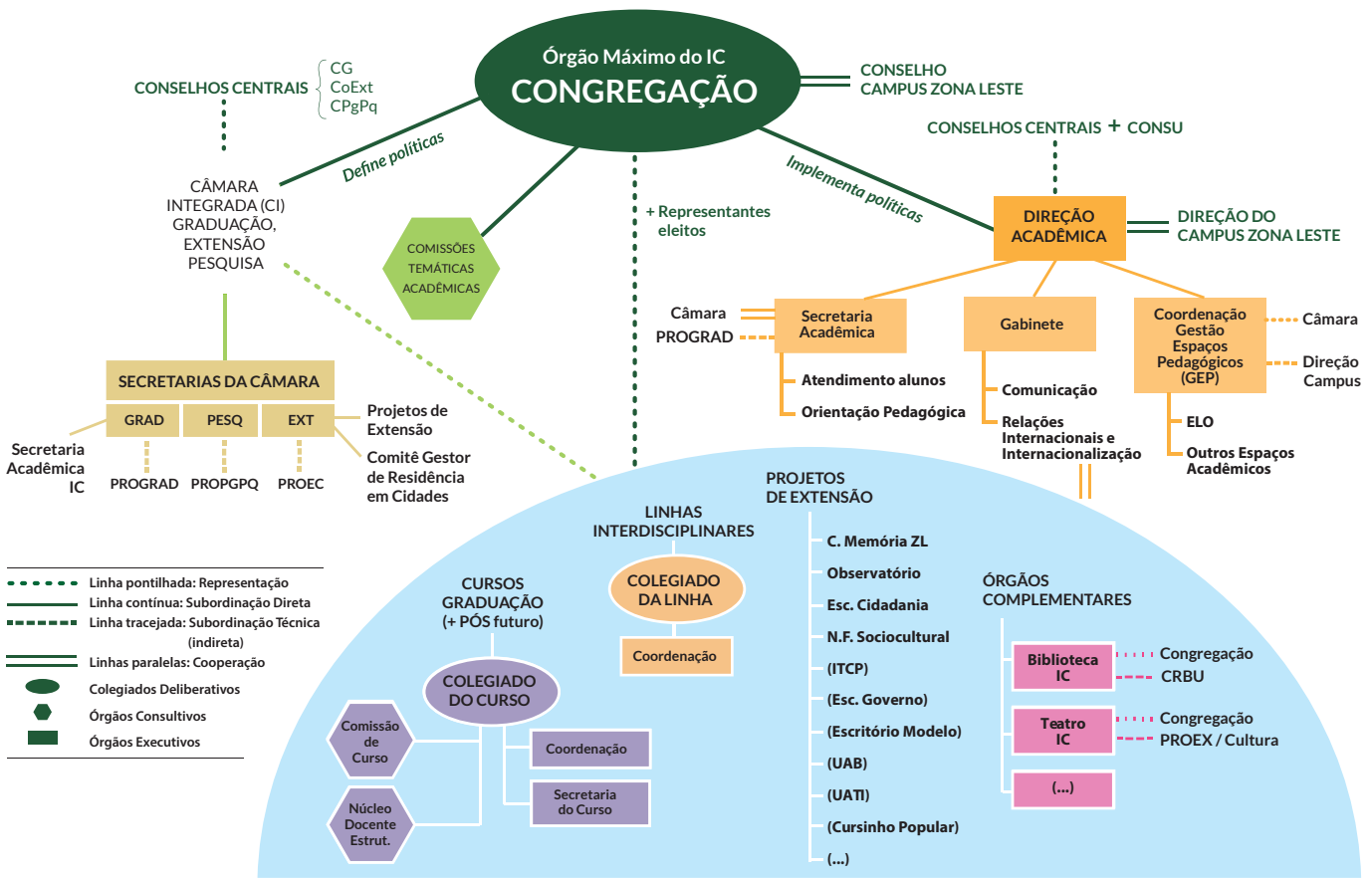
- Os **Colegiados de Linhas Interdisciplinares** têm o papel de garantir a condução político-pedagógica e acadêmica do processo de acompanhamento e avaliação do projeto convergente do Instituto das Cidades. Todos os docentes vinculados à linha, incluídos docentes em regime de colaboração, fazem parte do seu colegiado, bem como representação discente e de técnicos.

- Os **Coordenadores e Vice-coordenadores de Linhas Interdisciplinares**, eleitos pelo colegiado, têm o papel executivo de garantir a condução político-pedagógica da linha e suas diversas iniciativas intercurso, zelando pelo modelo de convergência temática do IC.

### Instâncias de gestão dos Cursos

- Os **Colegiados de Curso** têm como objetivo de deliberar e estabelecer as diretrizes da gestão administrativa e pedagógica do curso em conformidade com as regras e normas do IC e da Pró-Reitoria de Graduação da Unifesp. O colegiado será presidido e representado pelo Coordenador do curso, composto por docentes em atividade no curso, incluídos docentes em regime de colaboração, bem como dos representantes discentes e técnicos. Colegiados e seus coordenadores atuam para fortalecer o trabalho em equipe e a interdisciplinaridade interna aos cursos, a integração do corpo docente-discente-técnico, a implementação da matriz curricular e suas práticas pedagógicas.
- Os **Coordenadores e Vice-Coordenadores de Curso**, eleitos pelo colegiado com mandato de dois anos, têm o papel executivo de garantir a condução político-pedagógica e acadêmica do processo de acompanhamento e avaliação do projeto de cada curso além de atividades administrativas correlatas, para as quais são amparados por uma **Secretaria de Curso**.
- As **Comissões de Curso** são órgãos de coordenação consultivos e subordinados ao colegiado de curso, com o papel de discutir e articular a política de formação profissional e integralização curricular, subsidiando, auxiliando e acompanhando o colegiado e a coordenação na direção do curso, no processo ensino-aprendizagem, nos ajustes/orientação das diretrizes da formação do profissional e a sua inserção no mercado de trabalho e na sociedade.
- Os **Núcleos Docentes Estruturantes** assessoram as comissões de curso e têm o objetivo de formular,

### QUADRO 3 Organograma - Acadêmico



acompanhar, consolidar, avaliar e atualizar, permanentemente, o projeto político pedagógico do curso. São elementos do acompanhamento do NDE: as matrizes curriculares, os planos de ensino, as metodologias, as estratégias pedagógicas, a avaliação ensino-aprendizagem do curso.

#### Três câmaras com sessão unificada

**Detalhamos a seguir as três câmaras com sessão unificada**, inovação do Instituto, uma vez que nas demais Unidades Universitárias da Unifesp as três Câmaras são separadas entre si. Na sua primeira fase de implantação o Instituto das Cidades manterá uma Câmara Integrada de Graduação, Extensão e Pesquisa. Apenas após a formação das primeiras turmas de cada curso de graduação e início das pós-graduações que o Instituto das Cidades avaliará a pertinência e operacionalidade de manter unificada ou separar a Câmara em três,

desde que mantenham diálogo.

As três câmaras com sessão unificada faz o planejamento global das atividades acadêmicas, submetidas à aprovação da Congregação e em aspectos executivos distribui trabalhos para secretarias separadas de graduação, extensão e pesquisa, que atuam de forma coordenada com a Direção do Instituto. As três câmaras com sessão unificada enviará três representantes aos Conselhos Centrais, um para o Conselho de Graduação, outro para o Conselho de Extensão e o último para o Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação.

A Câmara será composta pelos Coordenadores dos Cursos de Graduação, Coordenadores das Linhas Interdisciplinares, Coordenador de Gestão de Espaços Físicos, representantes de estudantes, de técnicos e da sociedade civil.

As três câmaras com sessão unificada será um órgão consultivo, vinculado à Congregação do Instituto, que proporá, planejará e coordenará as políticas e as ações acadêmicas do IC:

- Acompanhará e avaliará o projeto acadêmico do IC no que diz respeito à graduação, propondo ajustes a serem submetidos à Congregação para aprovação. Analisará, avaliará e emitirá pareceres sobre os projetos pedagógicos dos cursos de graduação do IC e acompanhará a implementação das matrizes curriculares e as normas regimentais, em acordo com a legislação vigente;
- Será responsável por planejar a oferta curricular e a atribuição da carga didática dos docentes do IC, dando suporte e apoio acadêmico ao funcionamento dos ateliês, laboratórios, oficinas e estúdios/residência.
- Para tanto, a Câmara contará com comissões assessoras de docentes e técnicos que trabalhem mais sistematicamente em cada uma das modalidades de Unidades Curriculares (UCs) ofertadas pelo IC – UCs “tradicionais”, ateliês, laboratórios, oficinas e estágio.
- Analisará as necessidades dos cursos de graduação e do IC no que se refere à contratação de docentes e técnicos em educação, elaborará o perfil profissional e requisitos presentes nos editais a serem lançados para a contratação de novos servidores e encaminhará à deliberação da Congregação.
- Proporá e, após aprovação da Congregação, executará as políticas de desenvolvimento das atividades de extensão (programas e projetos sociais, cursos de extensão, eventos, prestação de serviços, cursos de pós-graduação *latu sensu* e programas de residência multiprofissional em cidades) em andamento pelo Instituto das Cidades, conforme a Política de Extensão definida pelo Fórum Brasileiro de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas e do Regimento Interno da Unifesp.
- Promoverá e coordenará atividades de pesquisa no âmbito do Instituto das Cidades aprovadas pela Congregação do IC.
- Implementará as prioridades do Instituto das Cidades aprovadas pela Congregação do IC em

projetos institucionais de fomento à pesquisa e seus espaços físicos.

- Encaminhará para a Congregação a oportunidade e condição de abertura da Pós-Graduações *stricto sensu* em Cidades e suas linhas interdisciplinares. Na medida em que cursos de mestrado e doutorado em Cidades forem abertos, ampliam-se as atribuições da Câmara neste aspecto.

## **b. Coordenadoria de Gestão de Espaços Pedagógicos**

A diversidade de espaços pedagógicos, em especial do sistema Escritórios-Laboratórios-Oficinas (ELO), exige uma dedicação importante da administração do campus para a distribuição, operação e manutenção desses espaços. Para esse fim é estabelecida uma coordenadoria administrativa e executiva de Gestão de Espaços Pedagógicos (GEP), formada por TAEs. Tal coordenadoria atua de forma integrada com divisões administrativas do campus na área de compras, infraestrutura, serviços etc. Tem como objetivo deixar em condições adequadas e em segurança todos os espaços pedagógicos do campus e realizar a alocação semestral dos mesmos. Para tanto, esta coordenadoria não tem autonomia deliberativa e remete à C&acirc;mara integrada de ensino, pesquisa e extensão, da qual o coordenador de GEP participa, e à Congregação, quando necessário, a decisão de alocação de espaços.

Nenhum espaço pedagógico é de gestão ou uso exclusivo de um Curso, Linha ou professor. Todos os espaços pedagógicos do Campus são vinculados diretamente ao Instituto das Cidades e deliberações sobre sua destinação, uso, operação, manutenção, reforma etc., são tomadas pelas instâncias colegiadas do Instituto, como a Congregação e a Câmara integrada, e executadas pela GEP.

## 13. ADMINISTRAÇÃO-ESCOLA E PERFIL DOS TAEs

### a. A administração-escola do campus e seu programa de estágio

A concepção do novo campus da Unifesp na Zona Leste como minicidade (ver item 20.a), que funciona como um espaço experimental de planejamento e gestão, favorece que a própria administração do campus funcione como escola de formação complementar para os alunos dos diferentes cursos, por meio de atividades de integração, programa de estágio, bolsas de iniciação à gestão (BIG), escola de governo etc. Além disso, este, por ser o campus que abriga o curso de graduação em Administração Pública, tem a missão de integrar ensino e gestão de forma inovadora, constituindo um elo importante de aprendizado e implementação, tanto para a renovação da própria gestão quanto da graduação. Esta é oportunidade única para apresentação aos estudantes de situações concretas de administração de um órgão público especial, que é a própria Universidade – cuja obrigação é ser um setor do Estado brasileiro capaz de autorreflexão permanente e produção de conhecimento.

A administração-escola do Campus Zona Leste prevê um programa de estágio que poderá atender simultaneamente cerca de 80 estudantes – com projeto pedagógico específico. O estágio programado é uma atividade educativa indispensável à integralização curricular da formação dos administradores públicos, arquitetos e urbanistas, geógrafos, engenheiros civis e engenheiros ambientais e sanitários e tem por objetivo qualificar o processo de ensino-aprendizagem do trabalho que ocorre no âmbito da formação e da intervenção profissional. Trata-se de uma importante etapa no ciclo de vida do aluno na graduação, pois é o momento que permite a articulação interdisciplinar entre as diferentes unidades curriculares com as dimensões teórico-metodológica e técnico-práticas que são necessárias para o exercício profissional. Assim, a gestão do campus se apresenta como espaço importante para escolha e oportunidade de estágio por parcela dos estudantes.

Os alunos do Instituto das Cidades terão a

oportunidade de estagiar nas diferentes áreas que compõe a gestão do campus: Administração, Áreas Acadêmica, Complexo de Esporte, Saúde e Alimentação, além dos vários programas de Extensão previstos (Centro de Memória da Zona Leste, Escola de Governo, Escritório Modelo, Observatório de Políticas Públicas, entre outros, alguns já em funcionamento).

A Administração do campus como um todo envolve diversas atividades e diferentes complexidades relacionadas à administração de uma organização pública como, por exemplo, área de compras públicas, contratos e convênios, licitações, planejamento de infraestrutura, gestão de imóveis, gestão com pessoas, tecnologia de informação, gestão ambiental, controladoria, entre outras, sendo estes interessantes espaços que permitirão aos alunos presenciar na prática atividades de planejamento, organização, liderança, comando e controle, desenvolver habilidades e técnicas de negociação assim como capacidades técnicas específicas de cada atividade.

Já as Atividades Acadêmicas contemplam as diferentes atividades de ensino, pesquisa, cultura e extensão do Instituto das Cidades permitindo aos estagiários desenvolver atividades junto à câmara integrada de graduação, extensão e pesquisa, biblioteca, diversos laboratórios e ateliês temáticos e de políticas públicas, entre outros. As grandes oficinas e canteiro experimental também serão espaços importantes de formação profissional dado que nas oficinas de materiais, maquetes e protótipos, no próprio canteiro experimental, na central ambiental e de reciclagem os alunos poderão fazer a conexão entre os referenciais teórico metodológicos com os práticos.

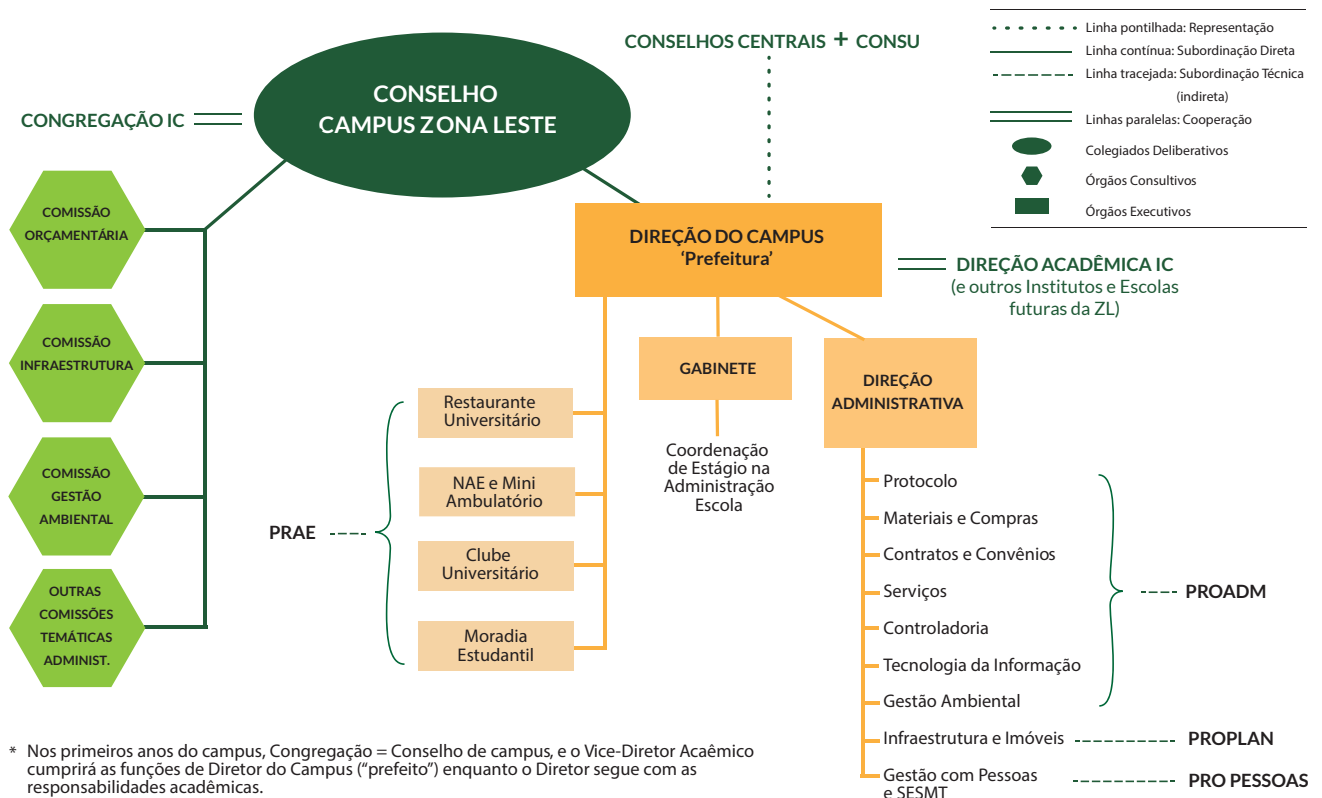
Fundamental em todo este processo é a supervisão dos estágios tanto por docentes dos cursos como por um representante do Programa de Estágio dentro da Administração-Escola do Instituto das Cidades a fim de potencializar as possibilidades de aprendizado profissional dos estudantes garantindo o melhor contato com a realidade dos espaços envolvidos e estimulando uma reflexão crítica e construtiva capaz de contribuir com a melhor execução das atividades de forma eficiente e eficaz na gestão do espaço e dos recursos públicos.

## b. Perfil dos Técnicos Administrativos em Educação – TAEs

Os Técnicos Administrativos em Educação do Instituto das Cidades, são sujeitos fundamentais na construção e desenvolvimento do campus, serão responsáveis por uma serie de atividades na gestão do campus e no apoio às atividades acadêmicas, de ensino, extensão e pesquisa. Espera-se que os TAEs:

- Atuem no planejamento, organização, execução e avaliação das atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino;
- Atuem no planejamento, organização, execução e avaliação das atividades técnico-administrativas inerentes à pesquisa, cultura e extensão;
- Atuem no planejamento, organização, execução e avaliação das atividades técnico-administrativas para gestão e operação cotidiana do Campus, mantendo as atividades meio e infra-estruturas necessárias para o seu pleno funcionamento;
- Realizem tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Unifesp disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão do Instituto das Cidades;
- Participem de programas de capacitação e aperfeiçoamento, pós-graduação e pesquisa;
- Contribuam e participem com o desenvolvimento de atividades de cultura e extensão fortalecendo as relações com o entorno do campus e a região da Zona Leste;
- Contribuam com o intercambio de conhecimento e troca de informações entre os *campi*, escolas e institutos da Unifesp;

**QUADRO 4**  
**Organograma - Administrativo**



- Contribuam com o desenvolvimento de uma Administração-Escola no âmbito do IC, levando sua experiência para o restante da Unifesp;
- Contribuam com o desenvolvimento discente nas atividades ligadas aos estágios dentro do Programa Administração-Escola, colaborando com o projeto pedagógico de integração ensino-gestão;
- Participem como representantes do IC em órgãos colegiados, tais como comissões, câmaras e conselhos;
- Mantenham reflexão permanente sobre suas práticas administrativas e em assuntos educacionais, como profissionais críticos, conscientes e ativos na construção de uma universidade democrática, eficiente e socialmente referenciada.

## 14. QUADRO DE SERVIDORES DO INSTITUTO DAS CIDADES

### a. Docentes dos cursos do Instituto das Cidades

- Total de docentes pactuados com o MEC para os primeiros 5 cursos, com vagas a serem enviadas progressivamente até 2018: 159. Sendo:
  - Administração Pública: 27
  - Arquitetura e Urbanismo: 35
  - Engenharia Ambiental e Sanitária: 35
  - Engenharia Civil: 35
  - Geografia: 27
- Total de docentes dos 8 cursos: 243

### b. Técnico Administrativo em Educação -TAEs do Campus Zona Leste

- Total de TAEs pactuados com o MEC para os primeiros 5 cursos: 184.
- Destes 74 TAEs classe E (Nível Superior) e 110 TAEs classe D (Nível Médio).
- 80% dos TAEs são alocados no Campus e 20% na Reitoria ou livre distribuição desta.
- Assim, o Campus contará conforme a pactuação com: 147 TAEs, sendo 59 de Nível E e 88 de Nível D.



## 15. INFRAESTRUTURA PLANEJADA DO INSTITUTO DAS CIDADES

### a. Campus como minicidade- escola

A oportunidade de realizar o Instituto das Cidades será também a de entender o Campus Zona Leste como um espaço experimental de produção e gestão de cidades em que o próprio campus é objeto de pesquisa e intervenção. Com diversas formações em planejamento, projeto e construção de cidades, esse campus deverá manter um caráter de exemplaridade em si mesmo, com pesquisas experimentais permanentes. Entre elas, testar novas tecnologias construtivas e formas espaciais inovadoras; pensar sua relação com o contexto urbano e com a paisagem, incluindo a área de preservação e nascentes que abriga; realizar uma política de gestão ambiental e de resíduos, monitoramento constante de emissões, reuso de água e eficiência energética, com objetivo de redução da pegada ambiental; combinar e alternar momentos de estudo com os de “trabalho” (dentro das oficinas da antiga fábrica, mantida como espaço de produção); realizar ações piloto de intervenção, manutenção e recuperação em edificações, móveis e equipamentos do campus; realizar plenárias e grupos de trabalho de avaliação, mapeamento, planejamento e administração do Campus, como exercício de gestão de uma pequena cidade; tudo isso com o objetivo de se tornar um campus sustentável, construtivamente inovador, acolhedor e democrático.

O Campus Zona Leste ainda permite que várias camadas históricas, de uso e ocupação da sua gleba permaneçam de algum modo ativos, física e pedagogicamente. São elas: a Área de Preservação Permanente - APP de cerca de 25 mil m<sup>2</sup>, com mata nativa e duas nascentes e córregos afluentes do Rio Jacu; o primeiro uso antrópico da gleba como chácara de família de imigrantes japoneses, produtora de horti-fruti e integrante do cinturão verde leste de São Paulo; sua conversão em área industrial no final dos anos 1970 com a instalação da Metalúrgica Gazarra, uma das principais fábricas da Zona

Leste e importante lugar de memória operária; e, por fim, sua transformação em Campus Universitário. De tal forma que a mini-cidade dialoga com esses patrimônios materiais e imateriais, ambientais e construídos. Seja com a recomposição e gestão da APP e recuperação das duas nascentes e córregos; com a destinação de ao menos 10 mil m<sup>2</sup> (1ha) para agricultura urbana com horta e pomar do Campus que abastecerá o Restaurante Universitário; a manutenção e renovação do prédio principal da indústria Gazarra para instalação das grandes oficinas e canteiro experimental; e, por fim, as novas edificações universitárias. De modo que tempos e naturezas distintas se interrelacionam, dialogam e são espaços pedagógicos para compreensão de uma minicidade que se faz com consciência do seu sentido histórico, seus patrimônios e memórias.

### b. Plano Diretor e Fases de Implantação do Campus

O partido projetual do Plano Diretor Preliminar do campus procura potencializar suas conexões com a situação urbana onde se encontra. A parte frontal do terreno, na Av. Jacu-Pêssego, é entendida como a “fachada metropolitana” do campus. Nessa avenida passará um corredor metropolitano de ônibus que integrará diversas estações de metrô e ônibus, além das regiões do ABC com Guarulhos e o Rodoanel. É por ali que chegará grande parte do público da universidade, onde se pretende que a estação do corredor metropolitano de ônibus tenha sistema de passarelas que permita o acesso direto ao campus, sem a necessidade de atravessar a movimentada avenida.

Na fachada metropolitana a universidade se apresenta aos cidadãos, com edifícios de grande

presença e de uso público, compartilhado entre universidade e a sociedade em geral. O edifício denominado de Bloco A abrigará teatro, cinema, biblioteca central do campus, Centro de Memória da Zona Leste, Observatório de Políticas Públicas, Universidade Aberta da Terceira Idade, Incubadora de Cooperativas, entre outros projetos de extensão universitária, praças cobertas e abertas e um restaurante que pretende atender tanto ao público acadêmico quanto a outros usuários desse equipamento de cultura e extensão. A fachada metropolitana é, desse modo, expressão do desejo da universidade de manter seu diálogo com a sociedade, de oferecer equipamentos que possam ser

utilizados por públicos diversificados. É também reconhecimento da mobilização popular que deu origem ao campus – e de que a sociedade não pode ser apartada da universidade por muros físicos e simbólicos.

A outra fachada, para a Rua Sho Yoshioka, é denominada de “fachada de bairro”. Nela definimos a localização de equipamentos da universidade que colaboram para a animação da vida de bairro e novos serviços. São eles a creche, a Moradia Estudantil e o Clube do campus. A Rua Sho Yoshioka interliga bairros populares com o Parque do Carmo e o Sesc Itaquera. Pode-se pleitear junto à prefeitura a qualificação dessa via, incluindo ciclovias



Diretrizes de Usos para o terreno do Campus Zona Leste (plano diretor)

- |   |  |
|---|--|
| <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: orange; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> A. Edifício de Cultura e Extensão         | <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: green; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Parque Universitário                    |
| <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: yellow; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> B. Oficinas experimentais de grande porte | <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: purple; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Moradia estudantil                     |
| <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: blue; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> C. Edifício de Direção e Administração      | <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: pink; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Creche/EMEI Municipal                    |
| <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: red; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> D. Edifício do Instituto das Cidades         | <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: orange; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Casa do professor visitante            |
| <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: pink; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> E. Edifício para instituto futuro           | <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: brown; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Circulação coberta de pedestres         |
| <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: yellow; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Clube Universitário                       | <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 15px; background-color: grey; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Circulação de veículos e estacionamentos |

e novos empreendimentos habitacionais e de uso misto. A área destinada ao Clube Universitário integrar-se-á à APP, com Mata Atlântica e duas nascentes de córregos intermitentes. Essa área será preservada integralmente, recuperada no que for necessário e aproveitada em seu potencial paisagístico, com trilhas para caminhadas. A Moradia Estudantil deve ser pensada, como já vem sendo proposto nos debates e comissões internas da Unifesp, não apenas como alojamento, mas como uma república (*res-publica*) estudantil. Isto é, como espaço de autonomia para atividades, debates, estudos, festas, cineclube, cozinhas coletivas – um exercício de socialização dos jovens, diferenciado do isolamento doméstico convencional. A moradia estudantil, que também será fruto de concurso organizado para todos os campi da Unifesp, deverá ser exercício para se pensar novas organizações espaciais, qualidades ambientais e tecnologias para a moradia econômica, não apenas estudantil, mas que é resultado das políticas públicas habitacionais.

No interior da gleba, propõe-se que o platô que abriga o prédio principal da antiga fábrica Gazarra e da cooperativa que lhe seguiu tenha grande parte do edifício mantido e recuperado. Essa é uma decisão tanto para manter viva a memória operária da zona leste, para a qual esse prédio faz referência a um importante espaço do mundo do trabalho, quanto para ser utilizado novamente em atividades práticas e de produção, agora experimentais e acadêmicas. A fábrica recuperada será o Bloco B, com oficinas de materiais (madeira, metais, concreto, argamassa armada, tijolo e cerâmica, terra crua, bambu, fibras vegetais, etc.), o Canteiro Experimental coberto (que contará com ponte rolante e executará exercícios modulares e de pré-fabricação leve), o Setor de Protótipos e Modelos, uma pequena gráfica e, por fim, as Centrais de Monitoramento Ambiental e de Gestão de Resíduos e Reciclagem – que fará pesquisa na área e o tratamento do próprio lixo do campus, incluindo o das oficinas. A manutenção do prédio da antiga fábrica não significa que deva permanecer intocado, mas pode sofrer interferências, aberturas, demolições e recomposições parciais, para melhor atender ao programa de necessidades, incluindo áreas de convivência coberta e praças.

O segundo platô, mais acima, é a área destinada ao ensino e à pesquisa. Ali serão instalados os prédios dos institutos do campus. O primeiro deles, o Bloco D, será o Instituto das Cidades. Nele estarão as salas de aula, ateliês de projeto, laboratórios de ensino e pesquisa, salas de professores, direção e secretarias acadêmicas. Também faz parte do programa um auditório, uma cantina e uma praça coberta para exposições, convívio e grandes debates. A circulação dos usuários deve permitir que visualizem os ateliês de projeto e mesmo os laboratórios com todas as suas atividades, exibindo a animação do aprendizado aplicado e interdisciplinar. O Bloco D ainda pode explorar sua fachada sul, sem incidência solar direta e com potencial para ser envidraçada, com vista para a Mata Nativa no entorno dos corpos d'água.

Entre os dois platôs, na condição de edifício-infraestrutura, que colabora com a urbanização de um talude e sua contenção, estará o Bloco C, de Administração e áreas técnicas. Deverá ser um bloco baixo e linear, paralelo à antiga fábrica, com térreo com almoxarifados centrais, áreas de apoio a terceirizados, áreas técnicas de geradores e data-center, além de um mini ambulatório. Nos andares superiores serão instalados os setores administrativos, apoio acadêmico e direção do campus, concentrando grande parte dos servidores técnicos da universidade.

**O detalhamento das instalações físicas do Instituto das Cidades e do Campus e seu cronograma de implantação é apresentado em caderno a parte, bem como atualizado permanentemente no site do Campus ([www.Unifesp.br/campus/zonaleste](http://www.Unifesp.br/campus/zonaleste))**



Vista área prédio, galpão, APP, agricultura urbana

### c. Turnos e Horários de Funcionamento

O Instituto das Cidades contará com cursos de graduação matutinos e noturnos, atividades complementares e pós-graduação no período vespertino, utilizando sua infraestrutura em tempo integral. Abertura ao final de semana é programada em função de atividades de extensão, cultura e esportes.

#### Organização temporal

7:00 - Abertura do Campus  
 7:30 as 8:30 – Café da Manhã  
 8:30 às 12:10– MATUTINO: Graduação Matutino (3h20 + intervalo 20 min)  
 12:00 às 14:00 – Almoço  
 14:00 às 18:00 – VESPERTINO: Pós-Graduação, Pesquisa, Cultura e Extensão, Optativas de fundamentos, Atividades Complementares, Esporte,

Estágio Programado

18:00 às 20:00 – Jantar

18:50 às 22:30 – NOTURNO: Graduação Noturno (3h20 + intervalo 20 min)

23:00 - Fechamento do Campus

Considerando 4 aulas de 50 minutos por dia letivo, tanto para o diurno quanto noturno

**Funcionamento Administrativo:** 9:00 às 18:00 (horário comercial);

**Biblioteca:** 10:00 às 22:00 (atendimento contínuo por 12 horas);

**Secretaria de Alunos e Secretarias de Cursos:** 10:00 às 22:00 (atendimento cont. por 12 h);

**Teatro, Clube e Atividades de Extensão:** também ocorrem aos finais de semana, com programação prévia;

**Manutenção:** durante todo o período de abertura do Campus e manutenções programadas no período em que o Campus se encontra fechado sem atividades.

## 16. SISTEMA DE INGRESSO E POLÍTICA DE COTAS

**Ingresso:** Anual, com início do semestre letivo no princípio do ano.

**Processo seletivo:** ENEM-Sisu (Sistema de Seleção Unificado)

### **Política de cotas:**

**a.** 50% das matrículas por curso e turno serão reservadas a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência (Lei nº 12.711/2012 e Decreto nº 7.824/2012)

**b.** As vagas reservadas às cotas (50% do total de vagas da instituição) serão subdivididas — metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio.

**c.** Em ambos os casos também será levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de afrodescendentes e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

### **Bônus Regional:**

**a.** Ação afirmativa adicional à política de cotas, com aumento de 10% da nota do ENEM para estudantes que realizaram os três anos do ensino médio em escola pública da Zona Leste de São Paulo, com objetivo de favorecer os estudantes locais na competição com estudantes de outras regiões.

**b.** O sistema de Bônus Regional já é adotado em diversas universidades federais (UFPE, UnB, UFF, UFAL).

**c.** A Implementação do bônus regional fica condicionada à sua aprovação no Conselho de Graduação e no Conselho Universitário da Unifesp, bem como a regulamentação específica.

associados a uma série de ações de permanência estudantil e bolsas (detalhadas no capítulo 18) e também iniciativas de revisão de fundamentos da educação básica.

A política de cotas e o bônus regional estarão

## 17. ANEXOS

### Documentos Autorizativos do MEC e Unifesp para abertura do Instituto das Cidades

Aprovação da Implantação do Instituto das Cidades e do Campus Zona Leste no Conselho Universitário em 17 de dezembro de 2014.

Link: [www.Unifesp.br/campus/zonaleste/images/campus\\_zona\\_leste/documentos/Institucional/Atas\\_Autorizativas/Consu/Ata\\_Consu\\_17-12-14.pdf](http://www.Unifesp.br/campus/zonaleste/images/campus_zona_leste/documentos/Institucional/Atas_Autorizativas/Consu/Ata_Consu_17-12-14.pdf)

Pactuação do IC e Campus Zona Leste com o MEC assinada em 18 de dezembro de 2014

Link: [www.Unifesp.br/campus/zonaleste/images/campus\\_zona\\_leste/documentos/Institucional/Pactuacao/Pactuacao\\_Assinada\\_.pdf](http://www.Unifesp.br/campus/zonaleste/images/campus_zona_leste/documentos/Institucional/Pactuacao/Pactuacao_Assinada_.pdf)

Demais atas e aprovações:

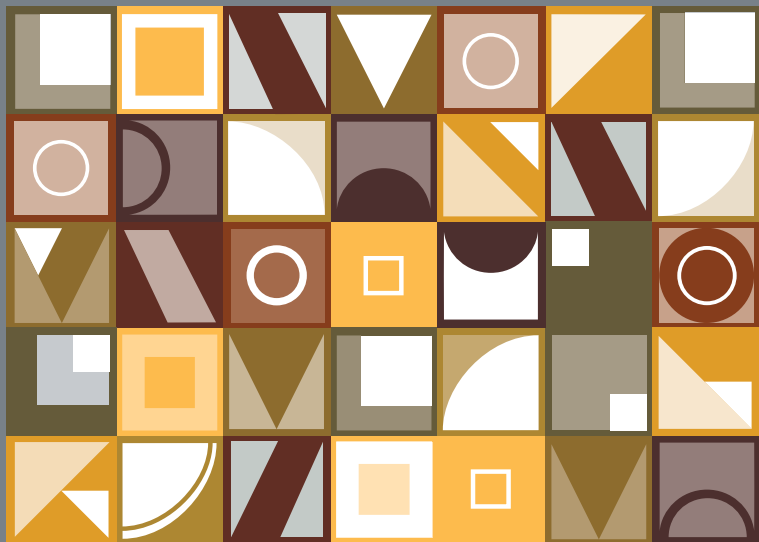
Link: [www.Unifesp.br/campus/zonaleste/institucional/institucional-titulo/atas-autorizativas](http://www.Unifesp.br/campus/zonaleste/institucional/institucional-titulo/atas-autorizativas)

Atas do Conselho Universitário (CONSU) da Unifesp

- Ata de 08 de abril de 2015
- Ata de 17 de dezembro de 2014
- Ata de 12 de junho de 2013
- Ata de 10 de abril de 2013

Atas do Conselho de Graduação (CG) da Unifesp

- Ata de agosto de 2016
- Ata de março de 2015
- Ata de novembro de 2014
- Ata de outubro de 2014
- Ata de abril 2013



Instituto das Cidades  
CAMPUS ZONA LESTE

## Pró-Reitoria de Planejamento da UNIFESP

Rua Sena Madureira, nº 1500 - 3º andar

Vila Clementino - São Paulo/SP

CEP: 04021-001

Tel: (11) 3385-4107 / 5576-4848 VOIP 8637

